

Relatório Anual de Atividades

Comissão de Legislação
Participativa

2018



Comissão de Legislação Participativa

I

Dos embates no parlamento
Nasceu uma ideia genial
Para servir de portal
No legislativo nacional
Para a Câmara Federal
Abrir as portas à nação
Onde o povo dê sua opinião
Numa ação propositiva
Com a Comissão Participativa
Dando voz ao cidadão

II

Foi assim, então, que nasceu
Esta Comissão interativa
Que alimenta sonhos, motiva
A sociedade civil organizada
Que com propostas elaboradas
Apresenta suas ideias
Tal qual abelha na colmeia
Que produz o doce do mel
O povo faz seu papel
Dando voz para platéia

III

Esta é a porta de acesso
Que liga o povo ao parlamento
Uma ideia, um pensamento
Pode aqui virar Projeto
E num ato bem concreto
Dar a cada um seus direitos
Mudando regras, conceitos
Garantindo à cidadania
Muito mais democracia,
E ao cidadão mais respeito

IV

Aqui o povo tem vez
E cada vez tem mais voz
Por isso é que cada um de nós
Servidores, deputados
Temos compromissos firmados
Com todos os interlocutores
Verdadeiros legisladores
Autores das proposições
Para que as novas legislações
Deem respostas aos eleitores

V

Sejam, então, todos bem-vindos
À nossa CLP
Acredite, podes crer
Este espaço é pra você
Que tem ideias e sugestões
Apresente suas razões
Traga seus arrazoados
Para o teu projeto ser aprovado
Tu não estarás sozinho
Aqui é mais curto o caminho
Entre o povo e os deputados

Autor:
Deputado Pompeo de Mattos
Presidente da Comissão
de Legislação Participativa

SUMÁRIO

1. PALAVRA DO PRESIDENTE.....	05
2. MEMBROS DA CLP.....	06
3. QUANTITATIVO DE REUNIÕES DELIBERATIVAS E DEMAIS EVENTOS.....	09
4. HISTÓRICO DELIBERATIVAS E DEMAIS EVENTOS.....	10
4.1. Tabela comparativa de eventos.....	10
4.2 Gráficos das Reuniões e Outros Eventos.....	11
5. PROPOSIÇÕES.....	14
5.1. Demonstrativo de proposições recebidas.....	14
5.2 Histórico de Proposições.....	14
5.3 Tabela de Sugestões Recebidas.....	14
5.4 Gráfico de Sugestões Recebidas.....	15
5.5 Gráfico de Sugestões Apreciadas.....	16
5.6 Gráfico de Sugestões Aprovadas.....	16
5.7 Gráfico de Sugestões Rejeitadas.....	17
5.8 Gráfico de Sugestões à LDO e à LOA.....	17
6. REUNIÕES DELIBERATIVAS E DEMAIS EVENTOS.....	18
6.1 Instalação e Eleição Ordinária.....	18
6.2 Deliberativa.....	19
6.3 Deliberativa.....	21
6.4 Mesa Redonda.....	23
6.5 Deliberativa.....	28
6.6 Deliberativa.....	30
6.7 Seminário de Vereadores.....	31
6.8 1ª Reunião Interna.....	34
6.9 Carcinoma-CHC.....	35
6.10 Deliberativa.....	40
6.11 Remoção de moradores de comunidades em área da União.....	41
6.12 Deliberativa.....	44
6.13 Jovens negros.....	46
6.14 Prestes.....	48
6.15 XV Seminário LGBT.....	49
6.16 Crise nos Hospitais.....	55
6.17 Digitalização de documentos.....	57
6.18 ICM-Bio.....	58
6.19 Deliberativa.....	61

6.20 X Seminário Guardas Municipais.....	62
6.21 Uso de tecnologias.....	64
6.22 Lei do Aprendiz.....	67
6.23 Correios e Telégrafos.....	69
6.24 Deliberativa.....	70
6.25 Deliberativa.....	72
6.26 Esterilização Compulsória.....	73
6.27 Seminário lei do aprendiz.....	74
6.28 Deliberativa.....	76
6.29 Seminário de Vereadores no RS.....	77
6.30 Deliberativa.....	79
6.31 Deliberativa.....	82
6.32 Gagueira.....	85
6.33 Deliberativa.....	89
6.34 Seminário Protagonismo Juvenil.....	91
6.35 Selo de Participação Legislativa.....	95
6.36 Ultrassonografia.....	99
6.37 Lei de Cotas.....	101
6.38 Deliberativa.....	102
6.39 Plano Petros.....	104
7. SUGESTÕES LEGISLATIVAS	106
7.1 Sugestões aprovadas.....	106
7.2 Sugestões rejeitadas.....	112
7.3 Sugestões apresentadas.....	113
8. REQUERIMENTOS.....	120
8.1 Requerimentos apresentados.....	120
9. EQUIPE TÉCNICA.....	128

1. Palavra do Presidente



A Câmara dos Deputados criou no ano de 2001 a Comissão de Legislativa Participativa – CLP, iniciativa que visa aproximar a sociedade do Parlamento e viabilizar a sua participação nas decisões tomadas dentro da Câmara dos Deputados.

A Constituição de 1988 estabeleceu que a soberania popular é exercida pelo voto direto, secreto e universal na escolha de seus representantes e, de forma direta, nos referendos, plebiscitos e por intermédio da iniciativa popular. Para possibilitar uma maior interação da sociedade nos trabalhos do Parlamento, a atuação da Comissão de Legislação Participativa- CLP ganha relevo por intermédio de seus canais de participação popular que permitem tanto ao cidadão e à cidadã, como também às entidades representativas da sociedade civil participar na produção das leis que deverão reger e organizar a nossa sociedade.

Atualmente, o Brasil passa por um momento de grave crise, com o desprestígio e a desconfiança da sociedade para com suas instituições, o que compromete as estruturas do Estado, desacredita as lideranças políticas do país e repercute diretamente na percepção da população em geral gerando um claro descompasso com o que pensa a população.

Neste contexto persiste a necessidade de aprofundar o processo legislativo e a Comissão de Legislação Participativa, em 2018, continuará no seu esforço de aumentar a interação com a sociedade e, aproveitando as inovações incrementais que paulatinamente se insurgiram por intermédio das mídias sociais, estabelecer a aproximação e a interligação de pessoas e ideias da sociedade civil com o Parlamento.

Como presidente eleito e como deputado federal que tem como uma das suas principais marcas da atuação parlamentar a proposição de um grande número de projetos de lei, pretendo na minha gestão, acelerar a análise das sugestões apresentadas à Comissão, para que estas iniciativas da sociedade possam ser apreciadas pelo Parlamento.

Dentro deste contexto, a atuação da Comissão de Legislação Participativa será norteadada para que se constitua num instrumento de aproximação da vontade popular e da sociedade com o Parlamento, lhe dando voz e vez, para que possamos sintetizar a aspiração de construir uma sociedade livre, justa e solidária, casa universal de todos os brasileiros, espaço de realização da utopia do bem comum.

2. MEMBROS DA CLP - 2018

Presidente: Pompeo de Mattos (PDT/RS)

1º Vice-Presidente: Flávia Morais (PDT/GO)

2º Vice-Presidente: Felipe Bornier (PROS/RJ)

3º Vice-Presidente: Eros Biondini (PROS/MG)

Titulares		
 <p>André Figueiredo PDT/CE (Gab. 940-IV)</p>	 <p>Celso Jacob MDB/RJ (Gab. 382-III)</p>	 <p>Chico Lopes PCdoB/CE (Gab. 310-IV)</p>
 <p>Eros Biondini PROS/MG (Gab. 321-IV)</p>	 <p>Felipe Bornier PROS/RJ (Gab. 216-IV)</p>	 <p>Flávia Morais PDT/GO (Gab. 738-IV)</p>
 <p>Glauber Braga PSOL/RJ (Gab. 362-IV)</p>	 <p>Julião Amin PDT/MA (Gab. 350-IV)</p>	 <p>Leonardo Monteiro PT/MG (Gab. 922-IV)</p>



Lincoln Portela
PR/MG (Gab. 615-IV)



Luiza Erundina
PSOL/SP (Gab. 620-IV)



Márcio Biolchi
MDB/RS (Gab. 843-IV)



Nelson Markezelli
PTB/SP (Gab. 920-IV)



Patrus Ananias
PT/MG (Gab. 720-IV)



Pompeo de Mattos
PDT/RS (Gab. 704-IV)



Ronaldo Lessa
PDT/AL (Gab. 722-IV)

Suplentes



Angelim
PT/AC (Gab. 543-IV)



Carlos Henrique Gaguim
DEM/TO (Gab. 222-IV)



Erika Kokay
PT/DF (Gab. 203-IV)



Marcos Rogério
DEM/RO (Gab. 930-IV)



Raquel Muniz
PSD/MG (Gab. 444-IV)



Subtenente Gonzaga
PDT/MG (Gab. 750-IV)

3. QUANTITATIVO DE REUNIÕES DELIBERATIVAS E DEMAIS EVENTOS - 2018.

Ao longo de 2018, foram realizados 41 reuniões deliberativas e eventos pela Comissão de Legislação Participativa, conforme descrito no demonstrativo abaixo.

Tipo de evento	Quantidade
Reunião de Instalação e/ou Eleição	2
Reuniões Deliberativas	14
Audiências Públicas	14
Seminários	7
Outros Eventos	4
Total:	41

4. HISTÓRICO DELIBERATIVAS E DEMAIS EVENTOS

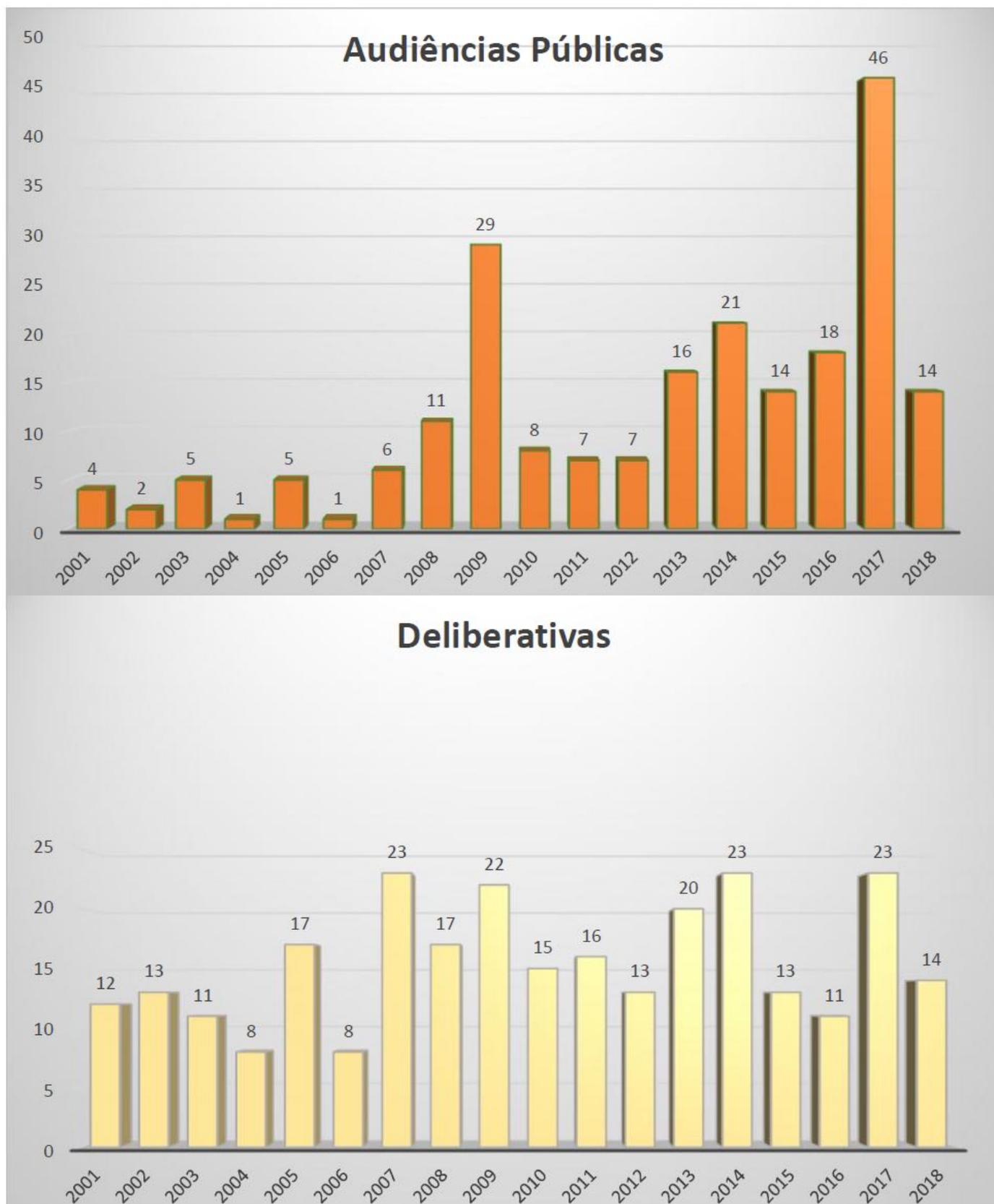
Apresenta-se neste item um histórico comparativo, sob a forma de tabela e gráficos, dos eventos promovidos pela CLP, identificado por tipo de atividade, desde a respectiva criação, em 2001.

Com isso, pode-se visualizar os diferentes níveis de atividades, ano após ano, e confirmar o maior volume de eventos nos anos ímpares e o decréscimo nos anos pares, em decorrência dos períodos eleitorais.

4.1 Tabela Comparativa de Eventos (2001 – 2018)

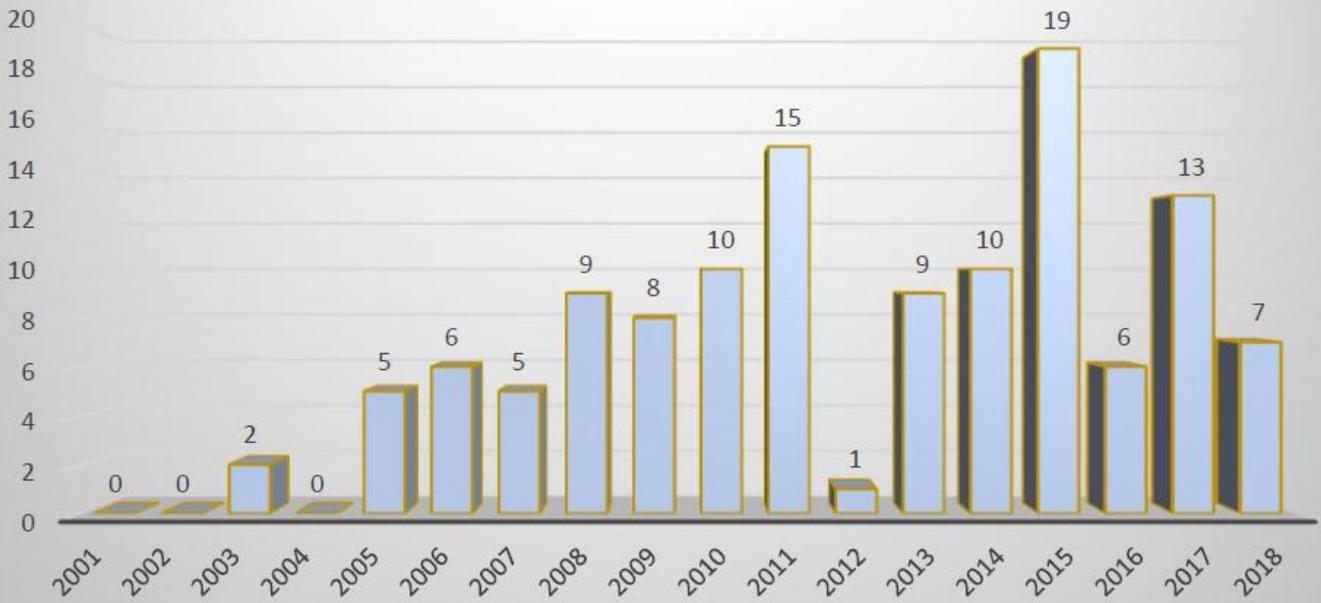
ANOS	Reuniões de Eleição	Deliberativas	Audiências Públicas	Seminários	Outros Eventos	Eventos Totais
2001	1	12	4	-	3	20
2002	1	13	2	-	-	16
2003	3	11	5	2	1	22
2004	1	8	1	-	14	24
2005	1	17	5	5	2	30
2006	1	8	1	6	1	17
2007	1	23	6	5	3	38
2008	3	17	11	9	2	42
2009	4	22	29	8	2	65
2010	1	15	8	10	2	36
2011	2	16	7	15	4	44
2012	1	13	7	1	2	24
2013	1	20	16	9	2	48
2014	1	23	21	10	4	59
2015	3	13	14	19	5	54
2016	2	11	18	6	8	45
2017	2	23	46	13	6	89
2018	2	14	14	7	4	41
Total	29	265	201	117	61	673

4.2 Gráficos das Reuniões e Outros Eventos (2001 a 2018)

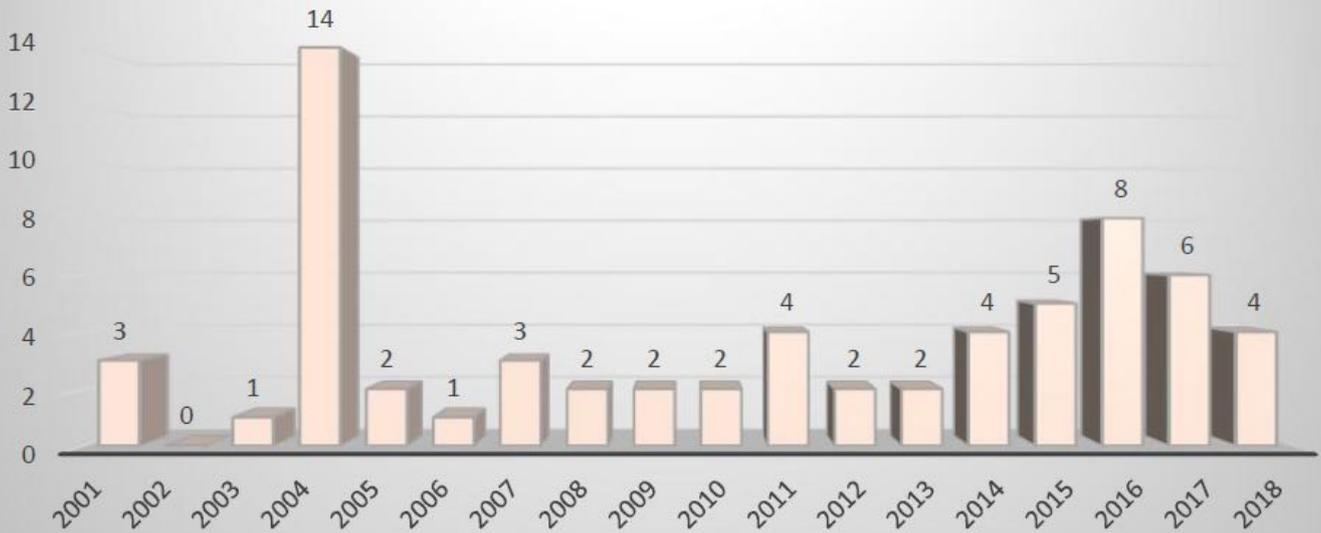




Seminários

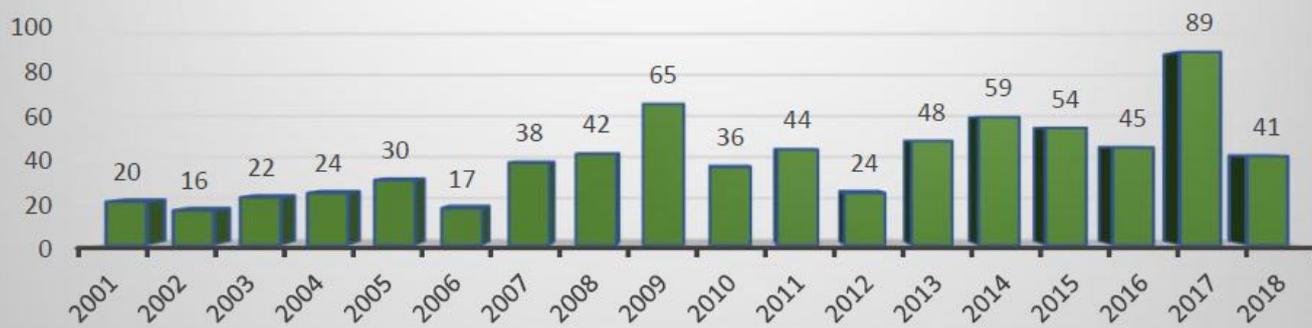


Outros Eventos





Eventos Totais



5. PROPOSIÇÕES

5.1 Demonstrativo das Proposições recebidas e apreciadas pela CLP em 2018:

Tipos	Proposições recebidas e apreciadas em 2018		
	Recebidos	Aprovados	Rejeitados
Sugestões (projetos de lei, audiência pública, etc.)	46	26*	12*
Requerimentos**	45	42	0
Sugestões de Emendas à LDO	-	-	-
Sugestões de Emendas à LOA	-	-	-

*Podem constar nas matérias aprovadas e rejeitadas sugestões remanescentes de outras sessões legislativas.

**Houve Requerimentos não apreciados

5.2 Histórico de Proposições

Para ilustrar as atividades legislativas da Comissão de forma sintética, em termos numéricos, são apresentados, a seguir, os quantitativos referentes à apresentação e apreciação de sugestões e requerimentos, desde a criação deste Órgão Técnico.

5.3 Tabela de Sugestões Recebidas (2001 a 2018)

Proposição	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Sugestões (projetos de lei, de audiência pública, etc.)	24	59	57	28	107	69	93	34	68	59	40	34	47	54	49	42	44	46	954
Sugestões à LOA	11	21	16	12	21	45	-	-	-	-	-	-	-	-	5	6	3	-	140
Sugestões ao PPA	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	5
Sugestões à LDO	-	-	-	-	5	7	26	16	12	23	4	3	14	2	-	3	2	-	117
Total de Sugestões	35	80	74	40	133	122	119	50	80	82	47	37	61	56	54	51	49	46	1216

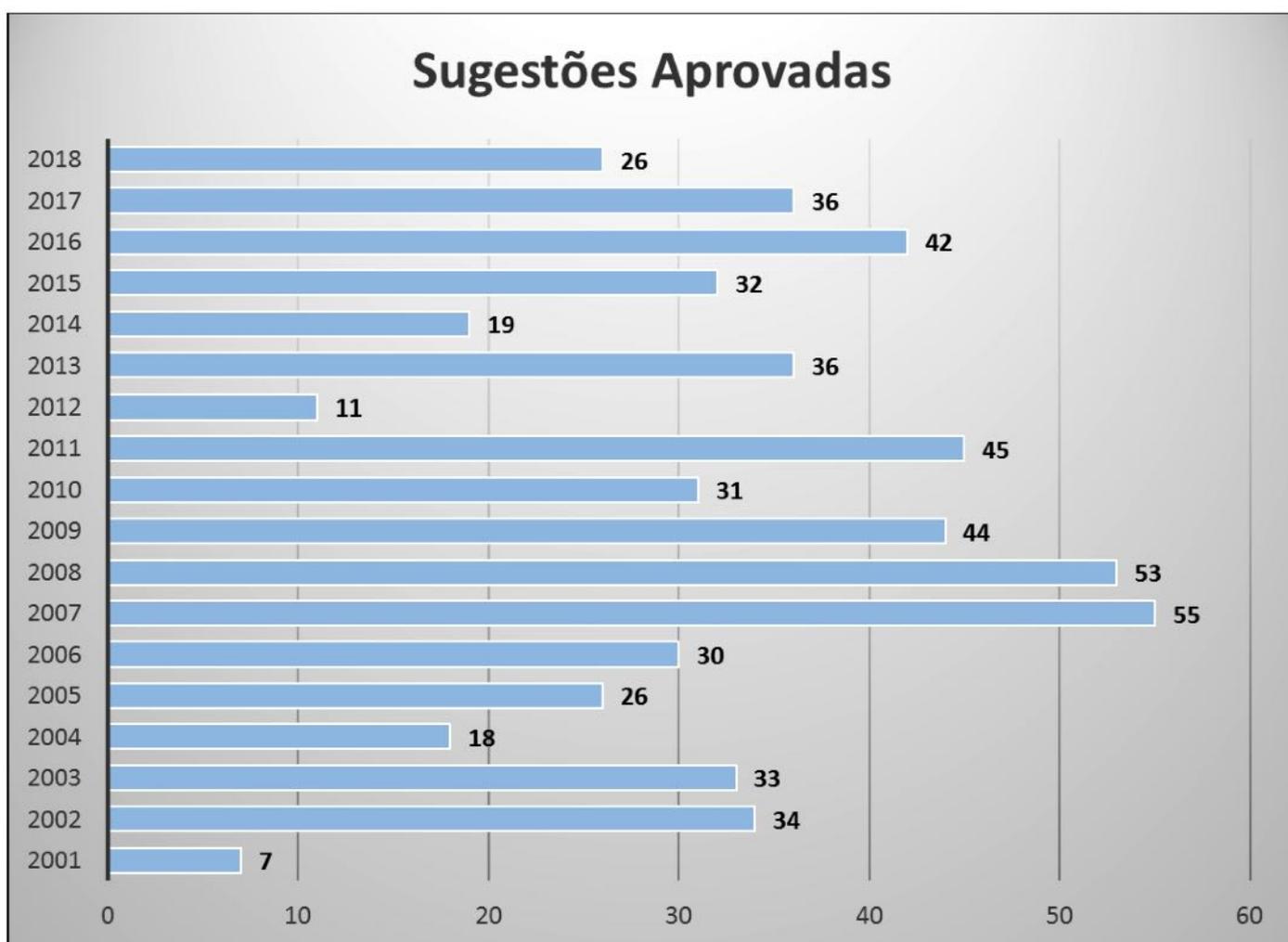
5.4 Gráfico de Sugestões Recebidas (2001 a 2018)



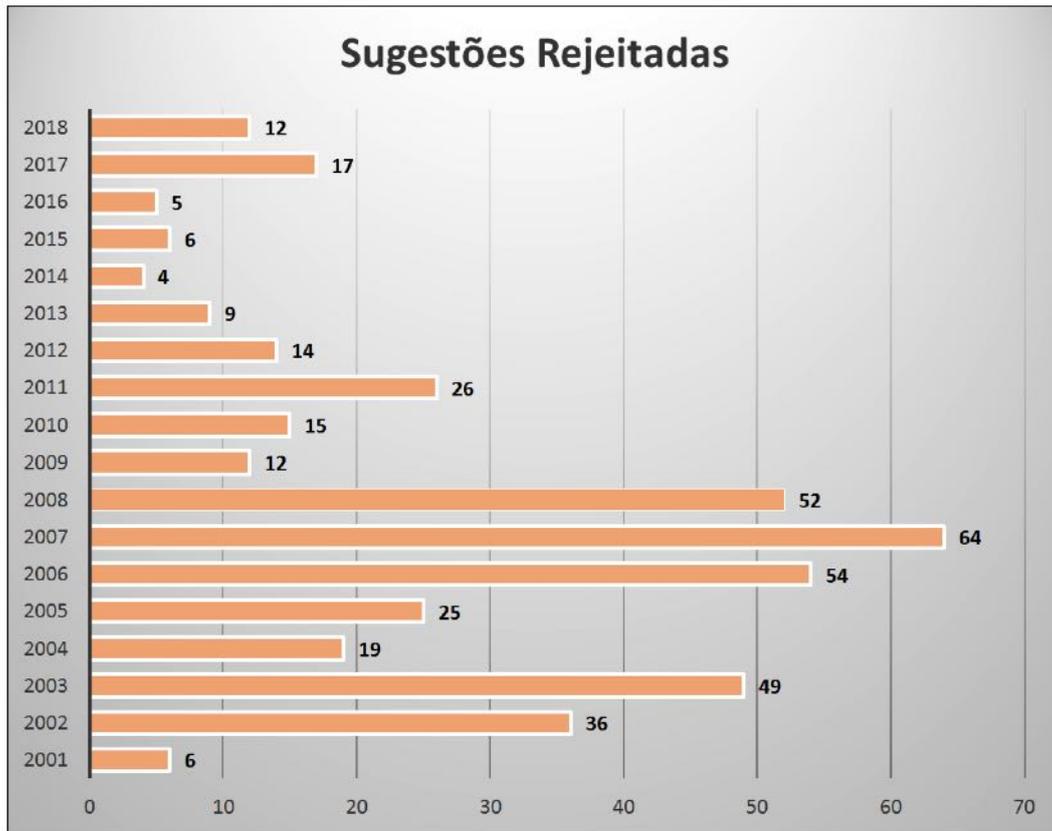
5.5 Tabela de Sugestões Apreciadas (2001 a 2018)

Período - 2001 a 2018	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Aprovadas	7	34	33	18	26	30	55	53	44	31	45	11	36	19	32	42	36	26	552
Rejeitadas	6	36	49	19	25	54	64	52	12	15	26	14	9	4	6	5	17	12	413
Prejudicadas	-	-	-	8	2	-	2	2	-	9	1	.	1	5	-	-	-	0	30
Devolvidas	2	1	5	-	-	-	38	2	2	-	1	.	-	-	-	-	-	0	51
Total	15	71	87	45	53	84	159	109	58	55	73	25	46	28	38	47	53	38	1046

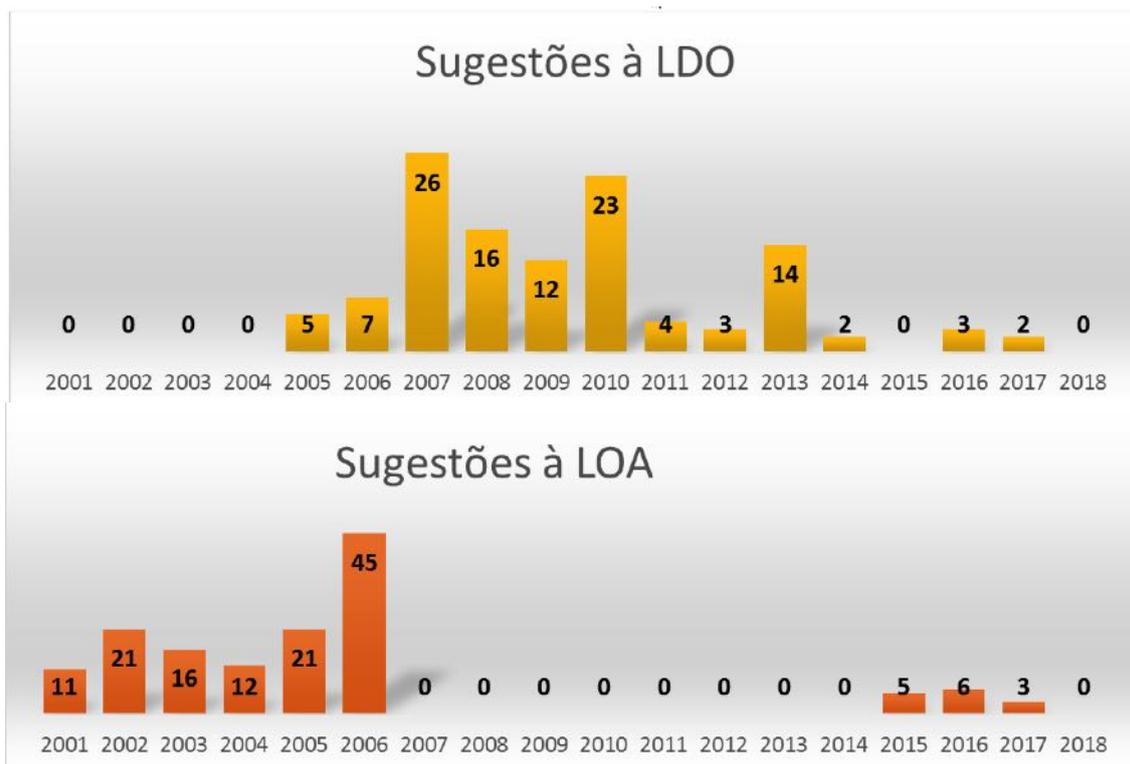
5.6 Gráfico de Sugestões Aprovadas (2001 a 2018)



5.7 Gráfico de Sugestões Rejeitadas (2001 a 2018)



5.8 Gráficos de Sugestões à LDO e à LOA (2001 a 2018)



6. REUNIÕES DELIBERATIVAS E DEMAIS EVENTOS – 2018

6.1 Reunião de Instalação e Eleição Ordinária



Em 04 de abril de 2018 realizou-se na Câmara dos Deputados eleição com o intuito de definir os novos presidente e vice-presidentes da Comissão de Legislação Participativa – CLP para o exercício do mandato durante o referido ano. A reunião fora presidida pela deputada Flávia Moraes (PDT/GO), que orientou a votação e explicou que esta seria realizada por escrutínio secreto e pelo sistema eletrônico, com maioria absoluta dos votos.

Apresentou-se ainda a chapa única que disputou o pleito, sendo esta composta pelo deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS) como candidato à presidência da CLP, deputada Flávia Moraes (PDT/GO) como candidata à primeira vice-presidente e deputado Felipe Bornier (PROS/RJ) como candidato a segundo vice-presidente. A respectiva chapa foi eleita para o mandato anual.

Houve ainda pronunciamentos dos deputados André Figueiredo (PDT/CE), Nelson Marquezelli (PDT/SP) e Zé Augusto Nalin (DEM/RJ), que alertaram para a relevância da Comissão de Legislação Participativa no cenário brasileiro por ser importante elo de aproximação dos cidadãos com a Câmara dos Deputados. Apontaram ainda para o trabalho feito pela deputada Flávia Moraes no exercício do mandato de presidente da CLP no ano de 2017, quando ela atuou no fortalecimento da Comissão perante à Câmara, aos cidadãos e às entidades.

6.2 Comissão realiza cerimônia de descerramento e apresenta planejamento para as atividades de 2018



A terceira reunião ordinária da Comissão de Legislação Participativa em 2018 foi marcada pela realização da cerimônia de descerramento da placa da deputada Flávia Moraes (PDT-GO) na galeria dos ex-presidentes da Comissão e pela entrega oficial do Relatório Anual de Atividades de 2017.

Flávia Moraes, atual vice-presidente da CLP, destacou o trabalho profícuo realizado no ano anterior, consubstanciado no relatório de 2017, ano do seu mandato como presidenta da comissão. A parlamentar reafirmou a sua participação nos esforços da CLP para garantir a participação da sociedade civil organizada nos debates da Comissão, enfatizando a relevância do colegiado como um dos mais importantes no cenário do Poder Legislativo.

O presidente da CLP, deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), agradeceu à deputada Flávia Moraes e ressaltou a excelente atuação da parlamentar à frente da Comissão, trabalho reconhecido e materializado no Relatório de Atividades. O relatório aborda temas como as Reformas da Previdência e Trabalhista, entre outros, e traz o panorama das audiências públicas, dos seminários, da Mesa Redonda, do demonstrativo de eventos e proposições de 2017, do histórico de eventos e Sugestões apreciadas de 2001 a 2017; e dos gráficos de desempenho da CLP.

Nessa mesma reunião, a CLP aprovou o Acordo de Procedimentos para o ano de 2018, previamente analisado e discutido pelo Departamento de Comissões da Câmara e pelas lideranças partidárias. O acordo tem o objetivo estabelecer de regras para a organização dos



trabalhos, de modo que cada Comissão harmonize os procedimentos, evitando a criação de regras divergentes e assegurando, assim, a transparência e a segurança normativa necessárias aos parlamentares, aos servidores e à sociedade.

Já o Regulamento Interno da Comissão, também aprovado nessa reunião, estabelece normas para organizar os trabalhos da Comissão; fixa regras e condições específicas para a CLP, explicitando, por exemplo, a classificação das Sugestões recebidas pelas entidades e seu respectivo trâmite; e os prazos para apreciação dessas Sugestões, entre outras normativas.

O presidente também participou da discussão e aprovação de requerimentos dos Deputados para a realização de audiências públicas; Seminário; Moção de reconhecimento a Manoel José Gondin da Fonseca, jornalista e historiador; além da aprovação do requerimento para realização de Mesa-Redonda com intuito de ouvir as demandas da Sociedade Civil Organizada, objetivando elaborar um plano de trabalho da CLP para 2018.

As próximas audiências públicas destacar-se-ão pelo debate de temas sobre a crise dos Hospitais Universitários; o Carcinoma Hepatocelular (CHC), em reunião conjunta da Comissão de Legislação Participativa com a Comissão de Seguridade Social e Família; a política de remoção de moradores de comunidades em áreas da União; e a instituição da data de 21 de agosto como o Dia Nacional do Ultrassonografista.

Finalmente, o deputado Pompeo de Mattos considerou o Seminário de Vereadores do Estado do Rio Grande do Sul, a ser realizado proximamente, como um dos mais importantes eventos, uma vez que o vereador é o representante mais próximo da realidade do cidadão brasileiro e conhecedor dos pormenores sociais, econômicos, administrativos e políticos do município.

6.3 Deputados da CLP aprovam a realização de seminários de Vereadores, Bancos Públicos Regionais e LGBT



Os parlamentares presentes à quarta Reunião Deliberativa da Comissão de Legislação Participativa, sob a direção do deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), aprovaram o requerimento para a realização de Seminário dos Vereadores do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (CODESUL), composto pelos estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná e do Mato Grosso do Sul. Neste evento, serão debatidos temas e legislações pertinentes ao acompanhamento do trabalho dos vereadores. A Comissão divulgará o seu trabalho para esses representantes políticos, de forma a estreitar a relação entre a sociedade civil organizada e o Poder Público.

O presidente Pompeo de Mattos também aprovou requerimento solicitando a realização do 15º Seminário LGBT do Congresso Nacional. O objetivo é promover o diálogo entre as várias partes da sociedade e assegurar os direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, bem como discutir aspectos culturais, modo de existência dessa população, velhice, expectativa de vida e violência que cercam a comunidade LGBT.

Também foi aceito o parecer do relator Pompeo de Mattos pela aprovação de Sugestão da Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil, que solicitou a realização do Seminário intitulado: “O Papel dos Bancos Públicos Regionais na Superação das Desigualdades Regionais”. As ameaças à causa da redução das desigualdades regionais têm sido constantes na política brasileira, por isso se torna necessária a defesa dos ditames da justiça social, que objetiva a erradicação da pobreza que marginaliza parcela significativa da sociedade brasileira.



Foi igualmente aprovado o requerimento que solicita a produção da cartilha designada: “O menor caminho entre os interesses da população e a Câmara dos Deputados”. A cartilha orienta a sociedade sobre os mecanismos de participação da população, de forma que as leis representem a deliberação autônoma e consciente dos grupos organizados, para o exercício do direito de participação junto ao Poder Legislativo.

6.4 Mesa Redonda com representantes da sociedade civil organizada



Foi realizada em 09 de maio de 2018 Mesa Redonda com o intuito de levantar as demandas dos entes da sociedade civil organizada para o ano de 2018. A reunião fora requerida pelo deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS) e encontra-se sob o nº 190/2018. Participaram da mesa redonda o Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais – Anadef, Presidente do Instituto Doméstica Legal, Coordenador de Relações Governamentais da Associação Brasileira de Planos de Saúde – Abramge, Presidente da Associação Socioambiental Carona Legal, Diretora Adjunta da Associação dos Advogados de São Paulo – AASP, Fundador do Instituto Cuidar Jovem, Presidente da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Ceará – ADPEC – CE, Ordem dos Bacharéis do Brasil – OBB, Secretário de Relações Institucionais da União Geral dos Trabalhadores – UGT, Diretora Presidente da Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – AFNBB, Diretor Presidente do Sindicato Nacional dos Decoradores e Tapeceiros – SINDETAP – DF, Secretário de Educação da CNTI, Presidente do Instituto Solidário Estudantil do Empreendedor Individual – Iseei, Sociedade Brasileira de Oncologia – SBOC e o Diretor Executivo da Associação Nacional dos Aposentados, Deficientes, Idosos, Pensionistas e dos Segurados da Previdência Social – ANADIPS.

O Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais – ANADEF, Senhor Igor Roque, iniciou sua exposição demonstrando grande preocupação no que diz respeito ao retrocesso social vivenciado em 2016 e sugeriu a elaboração de Proposta de Emenda à Constituição para reverter o quadro caótico que o Brasil vivencia após a edição da Emenda Constitucional nº 95 de 2016, que prevê o Novo Regime fiscal, o qual impede o Estado



brasileiro do cumprimento da Emenda Constitucional n^o 80 de 2014, que prevê o aumento de defensores públicos para atender à demanda da população.

O Presidente do Instituto Doméstica Legal e do Instituto Fundo Devido ao Trabalhador, Senhor Mario Avelino, disse que antes de conhecer a CLP trabalhava muito para desenvolver os projetos de iniciativa popular e não conseguia realizá-los. Após a aprovação de sugestão por ele apresentada, desde o ano passado, 50% do lucro líquido do FGTS são distribuídos para todos trabalhadores ou 7,2 bilhões de reais, somente em 2017. Outra iniciativa foi a PEC das domésticas, projeto popular iniciado na CLP em 2008, que previa a redução de INSS, entre outras melhorias. O Presidente dos institutos declarou que apresentaria duas sugestões: a primeira, para instituir a tramitação prioritária para as sugestões aprovadas nas Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A segunda sugestão pretendia criar Comissão Permanente para obrigar o Congresso Nacional a fiscalizar e cumprir as leis.

O Coordenador de Relações Institucionais e Governamentais da Associação Brasileira de Planos de Saúde – ABRAMGE, Senhor Frederico Borges, ressaltou o trabalho da Comissão, desde 2001, que permite à sociedade contribuir na discussão de temas e não apenas a apresentação de sugestões. Na sua oratória registrou também que a CLP completará em 2018 a sua maioria, seus dezoito anos de existência. O representante sugeriu o acesso mais organizado à Casa, especialmente nos dias mais conturbados.

O Coordenador da Sociedade Brasileira de Oncologia, Daniel Fernandes Marques, sugeriu Audiência Pública para debater a desburocratização na gestão de saúde, com a elaboração de regras mais claras e a realização de diagnóstico precoce. Esclareceu também que deveria haver uma melhora no SUS e uma diminuição da diferença de atendimentos nos diferentes Estados do Brasil. Esclareceu, por fim, que a ANVISA demora até 2 anos para incorporar novos medicamentos no rol de medicações e que este prazo deveria ser diminuído.

O Presidente da Associação Carona Legal, Senhor Valdir Braz de Azevedo, na Faculdade de Direito, resolveu levar adiante a ideia de socializar o uso legal do automóvel. Destacou que esse tema foi debatido na Comissão de Legislação Participativa no ano de 2017, sendo a Deputada Flávia Moraes, a relatora da sugestão. No seu relato, enfatizou que antes de conhecer o trabalho da CLP era muito difícil atuar na Câmara dos Deputados. Eram mais de 500 gabinetes de Deputados, de andar em andar, pedindo favor. O exemplo é esta oportunidade de falar com os Deputados diretamente e verificar que tramita nesta Casa o Projeto de Lei nº 8.074 de 2014, oriundo da Sugestão nº 134 de 2014.

A Diretora-Adjunta da Associação dos Advogados de São Paulo – AASP, Senhora Silvia Rodrigues Pereira Pachikoski, participou da reunião da Comissão de Legislação Participativa, declarando sua irrisignação com a Lei nº 13.606 de 2015, que trata do parcelamento do FUNRURAL, a qual permitiu à Procuradoria da Fazenda Pública e à União fazer a constrição dos bens dos contribuintes sem decisão judicial, sem processo administrativo, sem qualquer crivo do contraditório ou da ampla defesa, diretamente e sem qualquer análise de mérito pelo Poder Judiciário. Portanto, faz-se necessária a revisão efetiva da Lei nº 13.606 de 2015, que trouxe esses três dispositivos, estabelecendo a prerrogativa à União, a partir do momento da elaboração da Certidão da Dívida Ativa.

A representante da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Ceará – ADPEC/CE, Senhora Ana Carolina Neiva Gondim Ferreira, destacou o trabalho da Comissão e citou a cartilha da Comissão “O menor caminho entre a população e a CLP”. A Defensora sugeriu a realização de Audiência Pública para tratar da efetivação da Emenda Constitucional nº 80 de 2014, diante do novo quadro político e econômico, após a aprovação da Emenda Constitucional nº 95 de 2016.





O representante da Ordem dos Bacharéis do Brasil – OBB, Senhor Vasco Vasconcelos, analista, escritor e jurista, rogou à Casa a facilitação da vida dos bacharéis em direito, ou seja, regulamentar a profissão de bacharel em direito. Prosseguiu dizendo que se forma em medicina, quem é médico. Quem se forma em engenharia é engenheiro, quem se forma em administração é administrador. O debatedor espera que a CLP acompanhe a tramitação da Sugestão nº 32 de 2015, que trata da regulamentação da profissão de Bacharel em Direito.

O Secretário de Relações Institucionais da União Geral do Trabalhador – UGT, Senhor Miguel Falaberry Filho, falou da participação da UGT nos trabalhos da Comissão e a oportunidade que tiveram de encaminhar a Sugestão sobre o FGTS, conseguindo a aprovação do projeto. O Secretário da UGT aproveitou o ensejo para anunciar a apresentação de três novas sugestões, aprovadas na 27ª Plenária da Executiva Nacional da UGT. Continuou a sua exposição para especificar as solicitações de realização de Audiências Públicas; a primeira para discutir e atualizar a tabela do imposto de renda e as deduções aplicadas na base de cálculo do imposto; a segunda para discutir a conjuntura econômica brasileira, após a aprovação da emenda Constitucional nº 95 de 2016. A Emenda nº 95, de acordo com o expositor, impede o desenvolvimento e a criação de novos empregos; e a terceira permite ao Senado Federal a realização das correções das distorções aprovadas na nova Lei da Reforma Trabalhista, diminuindo assim as perdas trabalhistas alcançadas por essa iniciativa governista.

A Diretora-Presidente da Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – AFNBB, Senhora Rita Josina Feitosa Silva, reverenciou o trabalho da CLP que mais especificamente foi conhecido por eles em 2016 e com isso, desde então, apresentaram uma série de sugestões, complementando o escopo das lutas e bandeiras da associação. A Diretora informou que a associação apresentou a Sugestão nº 86 de 2016, transformada em Projeto de Lei nº 7.979 de 2017. Essa ideia visa garantir às associações a mesma representação dos sindicatos. Entre outros questionamentos, a Diretora mencionou os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, FNDE que estão sendo alocados para outras questões como FIES, moradias, medida com a qual a instituição não concorda.

Finalmente, a Diretora-Presidente da AFNBB ressaltou a necessidade da discussão do impacto da Emenda Constitucional nº 95 de 2016 no planejamento do BNB. Não se pode destinar para algumas regiões, por causa dos cortes, outros recursos. Mas apenas os recursos constitucionais, e mesmo esses recursos, vêm sendo tomados. O governo acha que o dinheiro do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE está sobrando e leva para outras questões que não têm prerrogativas constitucionais. Já foram alocados uma parte dos recursos do FNE para o FIES. Há projetos de lei solicitando recursos do FNE para a moradia.

O Senhor Clodoaldo Nery Júnior, representante da Associação Nacional dos Aposentados Deficientes, Idosos e Pensionistas e dos Segurados a Previdência Social solicitou o encaminhamento da Sugestão 146 de 2018 que sugere vedação à edição de Medida Provisória que trate de matéria de Direito Previdenciário e Direito do Trabalho. Também apresentou PEC com intuito de incluir o princípio da Confiança na Constituição Federal e, por fim, sugeriu PEC para tornar imprescritíveis os crimes de sonegação das contribuições sociais que financiam a Seguridade Social.



A Senhora Maфра Meris e o Senhor Rudmar Braz, do Instituto Solidário Estudantil do Empreendedor Individual – ISEEI –, apresentaram requerimento para realização de Audiência Pública e Seminário para tratar da questão dos “Jovens Aprendizes”.

O Instituto Cuidar Jovem veio representado pelo seu Presidente, o Senhor Marcos Muccillo Daudt que sugere apresentação de proposição para garantir ambulâncias em eventos relacionados a jovens e adolescentes. Objetiva uma melhor prevenção e acompanhamento das políticas antidrogas e contra bebidas alcoólicas e energéticas.

Por último, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, representada pelo Senhor José Reginaldo Inácio, sugeriu mudanças nas Leis 13.429 e 13.467/17, da terceirização irrestrita e da Reforma Trabalhista. Defendeu que a classe trabalhadora precisa de uma reestruturação em seu benefício.

6.5 Deputados aprovam realização de audiências sobre Hospitais Universitários, demissões nos Correios, Guardas Municipais e ainda Sugestão sobre Terapeuta Naturalista



A Comissão de Legislação Participativa (CLP), aprovou em reunião ordinária do dia 15 de maio de 2018, cinco requerimentos. Eles são referentes à realização de duas audiências, um seminário, lançamento da publicação de livro e autorização para o evento de premiação das entidades ganhadoras do “Selo de Participação Legislativa”. Também foram aprovadas duas sugestões: uma para realização de seminário, e outra para possibilitar o emendamento de projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados.

A primeira audiência aprovada trata da realização de balanço das realizações da Empresa de Serviços Hospitalares (EBSERH). Segundo a autora, deputada Erika Kokay (PT-DF), esse exame poderá contribuir sobremaneira para detectar problemas, assim como apontar encaminhamentos para a reestruturação dos Hospitais Universitários Federais. Já a segunda audiência, de autoria de Erika Kokay, tem por finalidade discutir as violações de direitos previdenciários de jovens adolescentes e pessoas com deficiência contratados como aprendizes, com vistas a aprimorar mecanismos para a manutenção dos direitos sociais dessa clientela, consagrados no ordenamento jurídico brasileiro.

Da mesma forma, foi aprovada a realização de Seminário envolvendo a Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados e a Comissão de Participação Popular da



Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. O Seminário visa discutir a situação de fechamento de agências e das demissões de trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. De acordo com o autor, deputado Leonardo Monteiro (PT-MG), a discussão pretende esclarecer a notícia veiculada na imprensa sobre essa questão e discutir alternativas ao fechamento das agências e o desemprego dos trabalhadores.

Outros dois eventos serão realizados pela Comissão. O primeiro é o lançamento da publicação do livro “Memórias Trabalhistas – Luís Carlos Prestes”. De acordo com o subscritor da matéria, deputado Pompeo de Mattos, o lançamento do livro, em conjunto com a Liderança do PDT, retrata a trajetória de Luís Carlos Prestes como um abnegado defensor dos trabalhadores, dos assalariados e das classes menos favorecidas. O segundo evento traz a quinta edição da premiação do “Selo de Participação Legislativa”, a ser realizado no mês de novembro. O prêmio torna realidade a homenagem às entidades da sociedade civil organizada que mais se destacaram nos trabalhos desenvolvidos pela CLP em 2017.

Durante a mesma reunião da Comissão de Legislação Participativa, foram aceitos os pareceres pela aprovação de duas Sugestões. Uma delas é para a realização do Seminário de Guardas Municipais e Segurança Pública. O relator, deputado Pompeo de Mattos, considerou, na sua exposição, a relevância do tema para a sociedade, por se tratar da valorização das guardas municipais, segmento essencial para a elevação do nível de segurança dos habitantes das cidades brasileiras.

A outra Sugestão apresenta emendas ao Projeto de Lei 6959/10, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Terapeuta Naturista. De fato, explicou a relatora Erika Kokay, a alteração do termo “naturista” por “naturalista” evita distorções no conceito dessa profissão, tendo em vista que, muitas vezes, a palavra “naturismo” é utilizada também para designar um estilo de vida. Além disso, continuou a deputada, “entendemos também ser necessária, conforme sugerido pela Associação dos Terapeutas Naturalistas Alternativos na Saúde e Cultura no Brasil (Atenab), a inclusão explícita do que se entende como terapias naturais e os objetivos da norma que mira à regulamentação das atividades dos terapeutas naturalistas”.

6.6 Deputado Eros Biondini é eleito para a mesa diretora da CLP



A Comissão de Legislação Participativa (CLP) realizou, no dia 16 de maio, a reunião de eleição para o cargo de terceiro Vice-Presidente. O Deputado Eros Biondini (PROS-MG) foi o escolhido.

A Comissão ainda aprovou requerimento para realização de audiência pública alusiva ao Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, com o tema: “Lei do Aprendiz: Avanços e Percalços”. Segundo o autor da proposta, deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), a audiência destina-se à divulgação do debate sobre as relações da criança e do adolescente com o mundo do trabalho, levantando problemas, propostas e soluções relacionadas à Aprendizagem Profissional.

6.7 Seminário de Vereadores dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul



Por solicitação dos deputados Pompeo de Mattos (PDT-RS) e Julião Amin (PDT-MA), a Comissão de Legislação Participativa (CLP) realizou o Seminário de Vereadores dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, no dia 16 de maio de 2018.

Pompeo de Mattos presidiu o seminário e abriu o evento ressaltando a importância do estreitamento da relação entre o Poder Legislativo e os seus representados, não só no âmbito da Câmara dos Deputados, por meio da CLP, mas também por intermédio dos deputados estaduais e principalmente dos vereadores, que são os mais próximos dos cidadãos.

Participaram das discussões José Francisco Seabra Mendes Júnior, promotor de Justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional Cível e de Proteção do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; e Lieverson Perin, diretor jurídico da Associação Gaúcha Municipalista e ex-Procurador-Geral Adjunto do Município de Porto Alegre (RS).

José Francisco Seabra Mendes Júnior valorizou a atividade da CLP no sentido de aproximar o parlamento dos vereadores, que são os representantes mais diretos da população junto ao Poder Público. Sua fala, no entanto, foi direcionada à função fiscalizatória exercida pelo Poder Legislativo na administração pública, especialmente o controle municipal realizado pelos vereadores. Ele explicou que os vereadores possuem duas funções básicas. A legiferante,

é a elaboração das leis de sua competência e a de fiscalizar o Poder Executivo. A fiscalização, de acordo com Seabra, pode ser exercida de forma política e administrativa, que acontece por meio de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), ou examinando a legalidade dos atos administrativos.



Seabra ressaltou o quanto é importante que os vereadores, ao assumirem essa função pública, estudem e entendam as regras do jogo, não só no âmbito das Câmaras Municipais, mas também todo o arcabouço legal estabelecido na Constituição. O promotor chamou a atenção para a importância do controle na ação fiscalizatória dos atos do próprio órgão administrativo, já que é ali que a atuação corretiva tem sua maior eficácia, devendo o vereador participar com muita proximidade desse trabalho. Seabra destacou, ainda, a importância do controle social que é exercido diretamente pelo cidadão e se dá especialmente por meio da transparência. A Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/11) é um dos principais instrumentos para isso, e os vereadores devem exigir, segundo ele, que os órgãos criem ou aperfeiçoem mecanismos para facilitar esse acesso.

Em sua apresentação, Lieverson Perin também trouxe informações relevantes sobre o trabalho de controle realizado pelos vereadores. Ele destacou que todas as consequências relativas às atividades de controle devem recair não no gestor último, mas também no servidor direto responsável por qualquer ato ilegal. Essa correção deve acontecer não só no âmbito federal, mas principalmente no estadual e municipal.

Perin chamou a atenção para a necessidade de atualização da Lei de Licitações (Lei 8.666/93), não só no que se refere aos valores, mas também nos procedimentos para adequá-las às novas tecnologias.



O deputado Dagoberto Nogueira (PDT-MS) também compôs a mesa e trouxe informações relativas à influência do poder econômico sobre o posicionamento político durante as eleições de 2014. Segundo ele, as eleições para vereadores em 2020 serão mais limitadas economicamente, e por isso todos os candidatos devem estar atentos à participação nas mídias sociais. “Tudo aquilo que foi investido no deputado para ele ser eleito vai ser cobrado no futuro. Vai ser cobrado por meio das votações, do posicionamento parlamentar, para privatizar tudo aquilo que for possível. E a sociedade está em cima e vai cobrá-los no futuro”, alertou Dagoberto.

6.8 Comissão de Legislação Participativa realiza reunião interna para analisar sugestões da sociedade civil e definir plano de trabalho para 2018



A Comissão de Legislação Participativa - CLP realizou, em 23 de maio, reunião de trabalho para encaminhar as sugestões das entidades da sociedade civil organizada apresentadas em Mesa-Redonda realizada pela Comissão na primeira semana do mês. O presidente da CLP, deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), orientou os trabalhos com ações administrativo-legislativas, como a designação de relatorias no âmbito da CLP e gestões para designações de relatorias em outras Comissões.

Nas discussões feitas durante o café da manhã promovido para esta reunião interna, o deputado Lincoln Portela (PR-MG) decidiu acatar as sugestões da ANADEF, AFNBB, UGT e CNTI e apresentar requerimentos para a realização de audiências públicas. Uma delas trataria dos efeitos da edição da Emenda Constitucional 95 de 2018, conhecida como PEC do Teto de Gastos; outra abordaria os meios para implementação da Emenda Constitucional 80 de 2014, para alocação de defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais da União, dos estados e do Distrito Federal; e por último, uma audiência que debateria a Reforma Trabalhista promovida pelo Governo Michel Temer.

No decorrer da reunião, o Deputado Felipe Bornier (PROS-RJ) apresentou requerimento para realização de audiência pública objetivando discutir o tema da desburocratização da gestão da saúde, sugerido pela Sociedade Brasileira de Oncologia.

6.9 Audiência debateu sobre Carcinoma Hepatocelular – CHC



A Deputada Flávia Morais presidiu a reunião de Audiência Pública que debateu o tema: Carcinoma Hepatocelular – CHC. Essa audiência foi realizada, no dia 23 de maio de 2018, pela Comissão de Legislação Participativa (CLP), em conjunto com a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), em atendimento aos Requerimentos nº 188/2018-CLP e 674/2018-CSSF, de autoria da Deputada Flávia Morais.

A Primeira Vice-Presidente da CLP, Flávia Morais, tem atuação propositiva sobre o assunto e é membro da Frente Parlamentar de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer. Na oportunidade, a Deputada falou sobre a importância da audiência e disse que o Carcinoma Hepatocelular - CHC é um tumor agressivo. Esse tumor leva o paciente à morte rapidamente, logo após o início dos sintomas. Hoje, o CHC é a terceira maior causa de morte por câncer no mundo, sendo os principais fatores de risco: as infecções pelos vírus das hepatites B (HBV) e C (HCV); a cirrose relacionada ao consumo excessivo de álcool e a esteatose hepática não alcoólica que consiste em um acúmulo prejudicial de gordura no fígado.

A parlamentar defende a prevenção e o diagnóstico precoce como essenciais para combater o CHC. Essa doença é silenciosa e agressiva. Desse modo o diagnóstico não pode ser tardio, uma vez que as opções de tratamento nas fases mais avançadas desse câncer não possibilitam a cura.

Disse a Deputada aos participantes da audiência pública, que entre 2014 e 2015 foram diagnosticados 5.487 casos de pacientes com CHC, sendo que 88% dos casos não haviam sido

previamente diagnosticados como cirrose, HBV, HCV. Nesse sentido, o Departamento de Informática do SUS - Datasus mostra que apenas 10% dos diagnósticos são realizados em estágios iniciais e 62% já em fase muito avançada e com isso temos altas taxas de mortalidade. Somente entre 2011 e 2015 foram 44.541 casos de mortes por CHC.



A Deputada Flávia Morais reafirmou a necessidade de implantação de medidas para a realização do diagnóstico precoce, principalmente aos grupos de risco, como forma de combate à doença, e apelou ao Ministério da Saúde por mais campanhas informativas que sugiram à população a necessidade de uma alimentação e estilo de vida mais saudáveis, porque o desconhecimento das causas e da letalidade desse tipo de câncer é grande entre os brasileiros.

O Senhor Paulo Bittencourt, Presidente da Sociedade Brasileira de Hepatologia - SBH, durante a sua exposição, demonstrou aos participantes a clara correlação entre as Hepatites virais B e C, Cirrose Hepática e o CHC, requerendo assim o mais amplo cuidado com o paciente hepatopata. A confirmação do diagnóstico de CHC é realizada por exame de imagem de abdômen, necessitando o paciente de tratamento no prazo adequado e de acompanhamento por equipe multidisciplinar. Assim, as alterações clínicas do paciente determinam a evolução da doença, podendo ser de média ou de alta complexidade.

Sobre os esforços governamentais no amparo aos pacientes com essa patologia, o palestrante destaca o Programa de Hepatites do Ministério da Saúde como sendo um avanço necessário para o cuidado ao hepatopata no Brasil e falou da possibilidade de contribuição ativa da SBH no desenvolvimento de um protocolo de atendimento que ofereça o melhor suporte ao paciente com risco de desenvolver um carcinoma hepatocelular e outras complicações da doença hepática crônica.



O Presidente da SBH vê para o futuro a necessidade de maiores cuidados com os pacientes hepatopatas, pois, hoje, o paciente que evolui para o CHC deixa de ser acompanhado. Desse modo, os cuidados devem englobar o diagnóstico precoce, o tratamento com as terapias existentes e o acompanhamento do caso, sem desconsiderar a importância de campanhas de conscientização. Reconheceu que os estabelecimentos de saúde praticantes de rápidos diagnósticos e tratamento de qualidade levam os portadores de CHC a uma sobrevida maior. Finalizando, disse que as Sociedades Médicas e as Associações de Pacientes devem ter participação mais ativa na elaboração das políticas do Ministério da Saúde, a fim de permitir o melhor tratamento ao cidadão, respeitando os princípios do Sistema Único de Saúde – SUS: universalização, equidade e integralidade.

A Senhora Luciana Holtz de Camargo Barros, Presidente e Diretora Executiva do Instituto Oncoguia, participe das discussões por meio de videoconferência, falou das barreiras de acesso ao diagnóstico e ao tratamento da doença no País. Na sua visão, os maiores entraves de acesso ao serviço são: a demora no agendamento de exame; a ausência de senha e prazo para o atendimento; a transparência na forma e critérios de atendimento; o modelo de financiamento do sistema; e a ausência de infraestrutura, equipamentos e diagnósticos mais rápidos.

A expositora ressaltou as grandes disparidades nos protocolos oferecidos nas diferentes regiões do País, ou mesmo na própria cidade de origem do recebedor do tratamento. Sendo assim, é necessário enfrentar o problema com campanhas de conscientização, de esclarecimento e da forma de participação do usuário do sistema. Afinal, ponderou, a população brasileira não conhece, de um modo geral, os principais sintomas do câncer hepatocelular e os seus fatores de risco. Esse câncer possui alta letalidade, sendo o quinto tipo mais comum de câncer em homens e o sétimo em mulheres. Por ter diagnóstico tardio, o SUS detém um grande problema de saúde pública, visto que 80% dos casos diagnosticados estão em estágio avançado, apesar do excelente programa de atenção oferecido pelo SUS ao paciente.

Reafirmou a palestrante, que os desafios para superar a ausência de diagnóstico precoce, de tratamento de qualidade e de rapidez no acesso aos serviços dificultam o trabalho dos médicos no oferecimento de tratamento aos usuários do sistema de saúde. Apesar disso, os programas do SUS para os doentes de hepatite têm um nível de excelência invejável. Ao final de sua fala, considerou que há necessidade de mais campanhas de esclarecimento à população e enfatizou a importância de serem criados mais Centros de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia – CACON e Unidades de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia – UNACON.

Para o Senhor Sandro José Martins, Coordenador-Geral de Atenção Especializada do Ministério da Saúde, as pessoas mais propensas a esse tipo de câncer são aquelas de extrato social, renda e IDH baixos, afirmação essa, respaldada em dados internacionais.

Para enfrentar essas e outras problemáticas, o tratamento do SUS é pensado e modelado para ser oferecido à sociedade de maneira integral e de forma integrada, sendo os serviços ofertados de maneira tempestiva e conjugada aos esforços de todo o sistema. A sua governança



é tripartite e, por ser assim, necessita cada vez mais do uso intensivo das tecnologias da informação.

Com o aumento dos centros de tratamento, as despesas quase que dobraram em relação às despesas hospitalares. Essas limitações orçamentárias também se devem à edição da Emenda Constitucional nº 95 de 2016, a chamada Emenda do Teto dos Gastos. O sistema ainda convive com distintas realidades, por exemplo, se por um lado o SUS é o segundo maior transplantador de fígado do mundo, por outro lado não existe nos Estados uma padronização de atendimento em todos os hospitais.

Para além disso, há o desafio ao SUS em oferecer tratamento de saúde em todas as unidades do País. O custo das unidades hospitalares para tratamento de câncer no Brasil vem crescendo, e a despesa orçamentária sofre limitações, por isso o SUS precisa de mais eficiência para que suas ações alcancem a maximização dos resultados, até porque os custos tendem a não diminuir. Apesar disso, o SUS oferece o tratamento dentro de padrões internacionais, citando os resultados de excelência do Instituto do Câncer no Estado de São Paulo.

Para o Senhor Lucianno Santos, Diretor da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica – SBOC, boa parte do assunto já havia sido comentado. Como Oncologista, chama a atenção o desconhecimento sobre o Carcinoma Hepatocelular ou câncer de fígado. Segundo o médico, é muito mais comum do que se pensa e mais letal do que se imagina. O carcinoma não é tão famoso como o câncer de mama e de pulmão, e para boa parte da população esse tipo de câncer não existe, entretanto, são 800.000 mil novos casos anualmente com letalidade de até 90%.

Em se tratando dos profissionais ligados à área, o expositor disse que o fardo sobre os oncologistas é imenso, para esses profissionais, quanto mais cedo se diagnostica, mais cedo pode-se ajudar o paciente com propensão a esse tipo de patologia. Mas infelizmente a maioria dos pacientes chega ao hospital em fase terminal e acaba sendo tratado pelo Oncologista.

Quando se fala em tratamento integral e integralidade, não se pensa em cuidado compartimentalizado, sendo assim, ou há indicação para cirurgia, ou cuidado paliativo. O palestrante criticou a ausência de abordagem multidisciplinar do sistema de saúde, demonstrando que essa forma compartimentada gera um impacto negativo, não apenas quando se trata do carcinoma, mas para outras doenças também.

Precisamos de todos os especialistas em um mesmo universo, sem interrupção do cuidado com o paciente em tratamento. Afirmou novamente que a sobrecarga de trabalho fica com o oncologista. A Classificação de Barcelona é um estágio de tratamento necessário, mas se a cirurgia fosse curativa e o transplante a solução, então não haveria necessidade do tratamento sistêmico. Por fim, o palestrante disse ser o diagnóstico precoce a medida de maior impacto, sem deixar de falar da questão do financiamento dos tratamentos disponíveis e o melhor gerenciamento do reembolso do custo dos medicamentos aos pacientes.

O último participante a discursar, o Senhor Carlos Norberto Varaldo, Presidente do Grupo Otimismo, considerou que o diagnóstico tardio do câncer é o maior inimigo da saúde das



peças, visto que essa demora leva à cirrose do fígado. Diagnosticar as doenças precocemente para diminuir a necessidade de transplantes deveria ser o foco. Esse câncer é muito sofrível para o paciente e onera o Estado, pois há a tentativa de se prolongar de 5 a 10 meses a vida do doente até a chegada do transplante. Para finalizar, disse o debatedor, o Estado deve oferecer a assistência completa ao paciente e a educação da população para conhecer e combater as causas do câncer de fígado.

6.10 Comissão aprova audiências sobre Correios, problema da gagueira e violência contra jovens negros



A Comissão de Legislação Participativa (CLP) realizou, em 23 de maio, mais uma reunião ordinária e aprovou três requerimentos para a realização de audiências públicas relativas à situação dos trabalhadores e da empresa ECT; dos problemas vivenciados pelas pessoas que gaguejam; e da violência do Estado contra jovens pobres e negros da Baixada Fluminense.

O deputado Glauber Braga (PSOL-RJ) logrou êxito ao aprovar requerimento para a realização de audiência pública para debater as demissões de funcionários e o fechamento de agências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). O requerimento contou com a subscrição do deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG). Para esta audiência pública o parlamentar convidou, entre outros, representantes do Ministério das Comunicações, da ECT e da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios (FENTEC).

Outro requerimento aprovado por iniciativa do deputado Glauber Braga solicita a realização de reunião de audiência pública sobre a questão da gagueira no País. Esse requerimento também contou com a subscrição do deputado Subtenente Gonzaga. Glauber Braga citou dados do Instituto Brasileiro de Fluência, segundo os quais aproximadamente 1% das pessoas apresentam gagueira de forma crônica. Dentre os problemas relacionados à gagueira, estão as dificuldades de entrosamento, aceitação social e prejuízos na aprendizagem e na área profissional.

A deputada Luiza Erundina (PSOL-SP) contou igualmente com o apoio do deputado Subtenente Gonzaga na subscrição ao seu requerimento aprovado na reunião ordinária da CLP. Erundina solicitou a realização de audiência pública sobre a violência do Estado contra jovens pobres e negros, à luz do documentário “Nossos Mortos Têm Voz”. O documentário aborda histórias atravessadas por perdas e as memórias em torno de vidas interrompidas, trazendo uma visão crítica sobre a atuação das polícias na Baixada Fluminense.

6.11 CLP debate remoção de moradores de comunidades em áreas da União



O deputado Glauber Braga (PSOL-RJ), autor do requerimento que propiciou a realização do debate sobre a política de remoção de moradores de comunidades em área da União, informou que esta atividade inclui a realidade virtual, já que é possível, aos cidadãos, interagir com os parlamentares e expositores por meio do Portal e-Democracia da Câmara dos Deputados. O parlamentar conduziu a audiência pública e orientou por uma reunião de trabalho, esperando que os representantes dos moradores e do governo pactuassem resultados positivos para a resolução dos problemas de moradia.

Braga lembrou que a realização da audiência pública é um desdobramento do primeiro encontro, realizado na cidade do Rio de Janeiro, com os moradores das comunidades em áreas da União. Esse encontro surgiu da solicitação do morador Iuri, do município de Petrópolis, que falou sobre as dificuldades enfrentadas e as pessoas que ficaram sem moradias desde a tragédia climática de 2011. Ao final da reunião de Petrópolis, foi solicitada a realização de audiência pública em Brasília, objetivando estabelecer uma discussão ampla e objetiva.

A audiência pública contou com a participação dos expositores: Antônio Roberto Ferreira, diretor do Departamento de Caracterização e Incorporação do Patrimônio (DECIP/SPU); Emília Maria de Souza, representante da Comunidade do Horto/RJ; Edivalma Souza da Cunha, representante da Comunidade Sonda - Maracajás/RJ; Marcello Claudio Nunes Deodoro, representante da Comunidade de Araçatiba/RJ; Maria Haydée Alves da Silva Teruz, representante da Comunidade Vila Hípica/RJ; Paulo Russo, coordenador-geral do Instituto Chico Mendes (ICMBio); e Anjuli Tostes, advogada popular e auditora da Controladoria-Geral da União (CGU).



O deputado Luiz Sérgio (PT-RJ) afirmou que a comunidade do Horto sofre a injustiça dos meios de comunicação que utilizam a expressão “invasão”, quando a comunidade não é invasora. São famílias de funcionários aposentados do Ministério da Agricultura, autorizados pelo Ministério a residir no local há décadas. Segundo o deputado, a Escola Estadual existente no Horto foi inaugurada por Juscelino Kubitschek, para os filhos dos funcionários do Horto Florestal. A Câmara e a AGU precisam negociar a suspensão imediata das remoções.

O deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) disse que, se fôssemos uma República democrática de fato, o correto seria a moratória de qualquer decisão de remoção. Mas, infelizmente, é o despejo que vigora, o que afeta o elo mais fraco. Sendo assim, exigiu a suspensão dos despejos e o estabelecimento de mesa de diálogo entre o ICMBIO, SPU, AGU e Forças Armadas.

O Deputado Zé Augusto Nalin disse que, em viagem para o município de Magé (RJ), viu problema semelhante. Ele espera por mudanças a partir da iniciativa do deputado Glauber na Comissão de Legislação Participativa e acredita que a solução do problema está na criação da mesa de negociação.

Após ouvir os expositores e debatedores, o deputado Glauber Braga deliberou pelas seguintes considerações e encaminhamentos:



1 – Considerando que o princípio da dignidade humana, inscrito na Constituição Federal, está acima de qualquer parecer, que a situação de viver na escuridão é indigna, especialmente para a comunidade da Vila Hípica do Estado do Rio de Janeiro, que há décadas pagava a conta da energia, que a tarefa do legislador também é a de mediar os interesses para encontrar uma solução, urge que a negociação se inicie a partir da religação da energia elétrica, indiferentemente ao parecer jurídico do ICMBio que indica as dificuldades para a religação de luz;

2 – Considerando a ausência dos representantes das Forças Armadas, far-se-á tratativas para uma nova interlocução com a Aeronáutica, visando ao imediato estabelecimento de negociação, caso contrário convocaremos o ministro da Defesa para explicar na CLP as remoções sem indenizações. Se, por outro lado, houver ameaça de remoção imediata da comunidade Sonda – Maracajás do Estado do Rio de Janeiro, como já aconteceu em 2017, iremos com a CLP ao município;

3 – Considerando a reivindicação da comunidade de Araçatiba (RJ) quanto à solicitação de reunião com os representantes da SPU/RJ e do MPF, com a participação da CLP e da Senhora Ana, representante oficial da comunidade de Araçatiba, o deputado Glauber Braga encampou o pedido e participará da reunião atuando como o elo entre a comunidade e as instituições citadas; e

4 – Considerando a reivindicação da representante da comunidade do Horto (RJ) pela paralisação imediata das reintegrações, até que sejam terminadas as deliberações da Câmara de Conciliação que vêm ocorrendo na Advocacia-Geral da União (AGU); da solicitação de manifestação da CLP, na tentativa de sensibilizar o Judiciário para a necessidade de haver a paralisação imediata da reintegração; e da disponibilização de área para o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro para, com essas medidas, permitir a permanência da comunidade do Horto, que vive há 200 anos nesse local, o deputado Glauber Braga disse que faria a conversação com a DPU, o TRT-II e o ICMBio, na verificação das possibilidades de encaminhamento de solução para os casos enumerados.

Antes de encerrar os trabalhos, Glauber Braga passou a palavra para as considerações finais dos expositores. O Coordenador-Geral do ICMBio se comprometeu a manifestar-se favoravelmente ao encaminhamento da negociação do processo dos moradores da Vila Hípica e também a reativar a proposta oferecida pelo Instituto à comunidade do Horto, na Câmara de Conciliação da AGU.

A advogada popular e auditora da Controladoria-Geral da União (CGU) agradeceu a oportunidade e solicitou solução para a comunidade da Vila Beira Rio (RJ). São 200 famílias e é preciso resolver ou assentar em outro lugar, e, se permanecerem no local, que seja feita dragagem, pois vivem numa situação muito precária. Ela solicitou ao governo do Distrito Federal uma solução política para as questões dos moradores do Morro da Cruz, Capão Cumprido, Aguilhada, Nova Betânia, Sol Nascente, Pôr do Sol e Vila do Boa.

A representante da comunidade Sonda – Maracajás (RJ) e integrante do Conselho Popular do Rio de Janeiro, que luta pelo direito à moradia digna e contra as remoções, entregou ao deputado Glauber Braga o manifesto coletivo de moradores da cidade do Rio de Janeiro.

6.12 Comissão aprova debate sobre mudanças na Lei dos Agrotóxicos e Sugestão que trata da gestão e diminuição do consumo de água nas repartições públicas



Sob a Presidência do deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), a Comissão de Legislação Participativa (CLP) realizou, no dia 29 de maio, a sua nona reunião ordinária de 2018. A CLP aprovou quatro propostas, entre elas a dos deputados Patrus Ananias (PT-MG) e Nilto Tatto (PT-SP): eles pediram a realização de audiência pública para debater a nova regulamentação dos agrotóxicos prevista no Projeto de Lei 6.299/02, do senador Blairo Maggi, em discussão em Comissão Especial. O projeto sugere mudanças na Lei nº 7.802 de 1989, conhecida como Lei dos Agrotóxicos.

Apesar de o assunto estar sendo discutido na Comissão Especial, os deputados consideraram que a realização desse debate na CLP é de interesse da sociedade brasileira. De acordo com a denúncia dos autores do requerimento, respeitadas entidades médicas e científicas, inclusive a FIOCRUZ, já manifestaram preocupações com as mudanças na lei. Trata-se de lei importante para a proteção da saúde humana e do meio ambiente, mesmo havendo a necessidade de aprimoramentos pontuais no seu texto, dizem as entidades da área científica. É preocupante também a restrição da atuação dos órgãos de saúde e dos órgãos ambientais em todo o processo de fiscalização, com a transferência de competências desses órgãos para o setor da agricultura, conforme as mudanças sugeridas no projeto de lei. Caso essas mudanças sejam aprovadas, segundo os deputados Patrus Ananias e Nilto Tatto, órgãos como ANVISA e IBAMA passarão a ter papel consultivo, com prejuízo da atuação reguladora do Estado, ao deixar decisões que deveriam ser técnicas nas mãos do mercado.



Também foi aprovado o requerimento, de autoria da deputada Erika Kokay (PT-DF), para a realização de audiência pública sobre os riscos de retrocesso ambiental com a possibilidade de nomeação política do novo presidente do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBIO), considerando que o nome indicado não tem a experiência e o conhecimento esperados em gestão socioambiental.

A deputada citou a “Carta Aberta à Sociedade”, divulgada pela Rede Nacional Pro-Unidades de Conservação, dos servidores do ICMBIO. O documento repudia a possibilidade de assunção do novo presidente indicado ao Instituto, ou de qualquer outro nome, com base em proveitos políticos contraditórios ao interesse público e à missão do ICMBIO. Ainda de acordo com o documento da Rede Nacional, o instituto possui profissionais concursados e capacitados, atuando de forma compromissada e dentro da legalidade, garantindo gestão transparente e ética, voltada à execução da política ambiental pública de manutenção do equilíbrio ecológico do meio ambiente.

Outras duas Sugestões foram aprovadas. Uma delas, da Associação Energia Solar Ocidental-Asfour ES0-A, solicitou a elaboração de projeto de Lei sobre a gestão e diminuição do consumo de água nas repartições públicas. A sugestão mereceu o acolhimento do deputado Lincoln Portela (PR-MG), ao encaminhar projeto de lei sobre o assunto, já elaborado e entregue conjuntamente com o seu parecer aprovado. De acordo com o relatório do deputado, o tema é relevante e alcançou um grau de urgência que não pode ser ignorado. Como bem demonstrado na Sugestão, há uma série de ações necessárias para garantir a correta gestão dos recursos hídricos, sendo essencial que o Poder Público seja protagonista na aplicação de práticas sustentáveis.

A outra foi a Sugestão, do Sindicato dos Trabalhadores de Serviços Gerais Onshore e Offshore de Macaé, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Conceição de Macabu, Quissamã e Carapebus, do Estado do Rio Janeiro, que demandou a elaboração de projeto de lei para incluir cursos de qualificação profissional no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). A CLP acatou o parecer do deputado Lincoln Portela, pela aprovação na forma de Indicação ao Poder Executivo.

O parlamentar demonstrou a necessidade da criação dos seguintes cursos: Curso Básico de Segurança de Plataforma (CBSP), visando à qualificação do aluno para as tarefas a bordo de unidades offshore, por meio de conhecimentos básicos sobre medidas de segurança e proteção a bordo, de acordo com as recomendações da Organização Marítima Internacional; curso prático de escape de aeronave submersa (HUET), tratando de segurança em helicóptero, emergência em aeronave, riscos das operações sobre a água, controle de pânico e resgate em emergência com pouso na água, entre outros; e o Curso de Manobra e Combate a Incêndio de Aviação (MCIA), promovendo a habilitação do aluno para executar tarefas e assumir atribuições na operação de helicópteros em plataformas e em embarcações.

6.13 Audiência para debater sobre a Violência do Estado contra Jovens Pobres e Negros, à Luz do Documentário "Nossos Mortos têm Voz"



Foi realizada em 05 de junho de 2018 audiência pública com o intuito de debater a Violência do Estado contra Jovens Pobres e Negros, à Luz do Documentário "Nossos Mortos têm Voz". A audiência foi requerida pela deputada Luiza Erundina (PSOL/SP) e outros parlamentares da Comissão de Legislação Participativa – CLP, e encontra-se sob o nº 204/2018. Participaram da audiência pública a representante da Rede de Mães e Familiares Vítimas da Violência do Estado na Baixada Fluminense, o representante do Fórum Grita Baixada e o representante da Produtora Quiprocó Filmes.

Primeiramente, os representantes das instituições acordaram a importância do documentário “Nossos mortos têm Voz”, para a discussão em nível nacional das mortes em escala dos jovens na Baixa Fluminense e no país como um todo. Para os expositores, o Estado é conivente para com os grupos de extermínio que em muitos casos são financiados por grupos estatais e utilizam o aparato para adentrarem a política nacional, logrando em muitos casos cadeiras no legislativo municipal e federal.

Alertaram ainda para o fato de que a discussão levantada pelos seus respectivos grupos salienta a diferença entre aqueles que padecem em confrontos policiais e os que são executados por forças de segurança estatal. Houve ainda a crítica ao sistema prisional brasileiro que não cumpre o papel de socializar os detentos para a reinserção à sociedade em ocasião futura, o que provoca o aumento da criminalidade em nível municipal e nacional, sendo que expuseram



ainda o papel basilar que os municípios têm na formação de políticas de base para a segurança pública.

Por fim, mencionaram a importância da proteção e divulgação dos direitos humanos enquanto prerrogativas garantidas constitucionalmente e que adquiriram no imaginário brasileiro a significação de contrariedade às políticas de segurança.

6.14 Lançamento da publicação “Memórias Trabalhistas – Luís Carlos Prestes”



Ocorreu em 06 de junho de 2018 o lançamento da publicação “Memórias Trabalhistas – Luís Carlos Prestes”, requerido pelos deputados André Figueiredo (PDT/CE), Pompeo de Mattos (PDT/RS), Flávia Morais (PDT/GO) sob o requerimento nº 197/2018. A publicação foi realizada em conjunto com a Liderança do PDT e objetivou relembrar a trajetória de Luís Carlos Prestes na política brasileira.



6.15 XV Seminário LGBT do Congresso Nacional: O tempo de nossas vidas - Saúde, Bem-estar, Envelhecimento e Morte na Perspectiva da Comunidade LGBT, com a participação das Comissões de Direitos Humanos e Minorias, de Cultura, de Educação e de Seguridade Social e Família



A Comissão de Legislação Participativa, em conjunto com as Comissões de Direitos Humanos e Minorias, de Cultura, de Educação, e de Seguridade Social e Família, realizou o XV Seminário LGBT do Congresso Nacional, em atendimento à aprovação do requerimento nº 194, de 2018, de autoria das Deputadas Luiza Erundina, Érika Kokay e Deputado Glauber Braga.

Participou da abertura e discussão do evento o Presidente da Comissão de Legislação Participativa, Deputado Pompeo de Mattos. Em seu discurso o parlamentar destacou a questão dos idosos como fundamental para todos nós brasileiros, sob todos os aspectos e circunstâncias, especialmente no caso LGBT, uma vez que enquanto a expectativa de vida dos brasileiros em média é de 75 anos, a de uma travesti brasileira é de apenas 40 anos. É preciso que se faça o enfrentamento desse problema para superar os obstáculos, a intolerância e o preconceito. Sabe-se que a resiliência da comunidade LGBT e a força da mudança pelo respeito à diversidade é mundial e irreversível.

Na oportunidade discursaram os Deputados Luiz Couto, Raquel Muniz, Jean Wyllys,

Edmilson Rodrigues, Jandira Feghali, Luiza Erundina, Angelim, Chico Alencar, Glauber Braga, Benedita da Silva, Flávia Moraes, Adelmo Carneiro Leão, Érika Kokay, João Marcelo, Ivan Valente, Ronaldo Lessa e Senadora Lídice da Mata. O também coordenador do evento, Deputado Jean Wyllys, registrou a presença dos Deputados Paulão e Jorge Solla, bem como, a saudação escrita da Senadora Fátima Bezerra ao seminário. Foram registradas também as presenças das Deputadas Maria do Rosário e Carmen Zanotto; e das Senadoras Regina de Souza e Emília Fernandes.

Estiveram presentes como expositores: Andrey Lemos - Presidente da União Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – UNALGBT; Bernardo Mota, Diretor do Instituto de Transmasculinidade (IBRAT); Amanda Anderson, Presidenta do PDT Diversidade; Bayard Tonelli - ator, poeta, tradutor, diretor de arte, coreógrafo e um dos fundadores grupo artístico Dzi Croquettes; Margarida Pressburger - primeira representante do Brasil no Subcomitê de Prevenção à Tortura da Organização das Nações Unidas – ONU; Ana Brocanelo - advogada especialista em Direito de Família, Sucessões e Direito Homoafetivo; João Nery - psicólogo, professor universitário, psicoterapeuta e consultor em gênero e sexualidade; Raicarlos Durans - professor, filósofo, bacharel em direito; militante dos direitos humanos, conselheiro de Saúde do Município de Marituba/PA e articulador para a criação do processo transexualizador do Ministério da Saúde no Estado do Pará; Márcia Rachid - médica, mestre em Doenças Infecciosas e Parasitárias pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Fernando Ferry - diretor-geral do Hospital Universitário Gaffrée e Guinle/RJ; Cláudio Ferreira - jornalista da Rádio Câmara; Rogério Pedro - administrador de empresas e Presidente da ONG EternamenteSOU; Carlos Eduardo Renning - professor de antropologia da Universidade Federal de Goiás – UFG; Paula Bennet - pré-candidata a Deputada Federal pelo Distrito Federal do Partido Socialista Brasileiro - PSB, secretária eleita do segmento LGBTsocialista (PSB), assessora da Coordenação de Direitos da Diversidade LGBT, Conselheira do Conselho da Mulher; Beth Fernandes - Presidente do Fórum de Transexuais de Goiás e coordenadora da ASTRAL/GO; Heliana Hemetério – historiadora; Elcimar Rodrigues Reis Bitencourt - procurador do Trabalho, graduado em Direito pela UNEMAT - Universidade do Estado do Mato Grosso, especialista em Direito Constitucional pela UNIDERP - Anhanguera e especialista em Direito e Processo do Trabalho pela UNIDERP- Anhanguera.





O XV Seminário LGBT do Congresso Nacional de 2018 abordou quatro temas. O primeiro observou sobre a justiça inclusiva, e a atividade dos poderes Legislativo e Judiciário no âmbito dos direitos da população LGBT, abordando o Direito de Família – Sucessão, Previdência e Adoção. O segundo tema verificou a trajetória das pessoas LGBT no âmbito da saúde e do atendimento médico, enfocando a dinâmica do ser humano (corpos) e o envelhecimento. O terceiro sobre a convivência familiar, as moradias coletivas, a violência e o abandono dessa população que pode envelhecer na solidão. O último tema tratou da sobrevivência ao preconceito no mundo do trabalho, a empregabilidade, a formação, a previdência e a dignidade.

Um dos autores do requerimento para realização do seminário, o Deputado Jean Wyllys, declarou participar de uma comunidade desacreditada e dividida, e em relação ao tema do seminário, o tempo de vida da comunidade LGBT é bem diferente. Nem todos vivem muito e para aqueles que conseguem viver um pouco mais, inexistem políticas públicas específicas, não apenas para os (as) idosos (as) LGBT, mas para toda a comunidade.

O Deputado representante da comunidade LGBT afirmou que a sua comunidade se mata. O índice de suicídio é enorme, sobretudo na adolescência, sendo uma das causas o bullying. Os discursos homofóbicos na política e na televisão e o bullying nas famílias também contribuem para isso. Quando adultos, a comunidade LGBT é assassinada, vítima de outras violências como a homofobia e a transfobia. Portanto, a expectativa de vida é muito curta. E para os que chegam à senilidade existe o problema da identidade de gênero, da etnia e da situação socioeconômica.

Para além disso, continuou o autor do requerimento e membro da bancada federal pelo Estado do Rio de Janeiro, a comunidade que está no cárcere sofre com o desprezo e o desrespeito no presídio. Esses homens e mulheres não saem com vida e quando deixam esses lugares saem estigmatizados. Uma outra causa de morte se dá pelo uso indiscriminado de hormônios, pois não existe uma assistência médica específica e universal para uma hormonoterapia garantida.

Finalmente o Deputado Jean Wyllys lembrou que muitos são abandonados pelas famílias homofóbicas, que os expulsam de casa e, na maioria das vezes sem chance de refazer o laço familiar. Quando chega a senilidade vem o momento dos abrigos que são insuficientes. Nessa ocasião são obrigados a renegar a sua identidade de gênero, pois essas casas na sua maioria são religiosas e não permitem travestis, transexuais, gays e lésbicas nesses espaços.

O Senhor Raicarlos Durans, um dos palestrantes convidados, apesar de entender as necessidades da comunidade LGBT, discordou dos demais e declarou que existe sim uma política nacional de saúde integral das LGBT. Disse ainda ter realizado todas as transformações desejadas pelo SUS. Falou da obrigatoriedade de haver protagonismo político e organizado, e que se faz necessária a participação dos interessados nas conferências e conselhos de saúde do SUS.

O professor Raicarlos falou ainda sobre a necessidade de reformar o Poder Judiciário, pois é um poder intocável. Ressaltou que o movimento está dividido e parte dele está no



fascismo. Lembrou da sua participação política na sociedade brasileira, em que revelou a sua atuação política, inclusive sendo preso pela ditadura militar.

As assertivas sobre o envelhecer com dignidade para a comunidade LGBT, amplamente discutido e debatido pelos expositores e por todas as pessoas presentes, bem como as análises sobre essas afirmações indicaram como solução a elaboração de políticas públicas e programas de superação e negação das minorias, fruto de uma sociedade culturalmente envelhecida.

Ao se tomar como base o Código Civil de 1916, que não elencava nenhum direito para as LGBT, observa-se que os avanços não se deram a partir do poder legislativo, mas sim na judicialização das demandas, por meio dos operadores do direito e da Defensoria Pública. Apesar disso, a legislação está muito atrasada em relação à judicialização. Para enfrentar essa realidade e assegurar os mesmos direitos dos sisgênero aos transgêneros, o operador do direito se utiliza da tutela antecipatória e da medida cautelar.

A maioria dos processos na atualidade são de questões relacionadas à sucessão e às modificações de nome. Ainda assim muitas questões sucessórias geram dúvidas, mesmo depois de o Conselho Nacional de Justiça - CNJ ter editado resoluções sobre esses direitos. Em relação à saúde, o SUS está um pouco mais preparado para receber o público LGBT. Ainda assim, se por um lado temos o nome social em alguma ficha de atendimento ou cadastro, por outro lado o plano de saúde traz a identificação do nome masculino.

É necessário que o direito de família abarque o direito homoafetivo. É preciso observar também que a legislação previdenciária não está preparada para atender o público da terceira idade LGBT, e igualmente não se preparou para trabalhar com a hipótese da pensão por morte de companheiro homoafetivo. Ademais, nossa legislação previdenciária e trabalhista não se adequou para atender as questões de gênero. Há também dificuldade para conseguir o registro da maternidade e, ou da dupla maternidade. A primeira luta já logrou êxito, o direito ao casamento, agora a luta é pelo direito ao divórcio.

O Estatuto do Idoso tem algumas medidas de proteção para as pessoas idosas. Parte desse estatuto é trabalhado pela Defensoria Pública na ampliação desses direitos para os outros públicos. O que está contextualizado no ordenamento jurídico para o heterossexual, em relação ao direito do cidadão, a advocacia, na defesa dos direitos humanos, se utiliza para o público homotransafetivo ou homossexual.

Há urgência em convocar a sociedade brasileira para refletir sobre a chamada “LGBTfobia”. O Brasil é reconhecidamente um país racista, homofóbico e machista. A cada 27 horas um membro da comunidade é assassinado. Nosso país é o país que mais mata as LGBT no mundo, ficando atrás apenas do México, que mata quatro vezes menos homossexuais do que nós. São dados alarmantes, absolutamente aterradores.



Há urgência em reverter o quadro de suicídio dos jovens homossexuais. Essa realidade se confirma também na expectativa de vida dessa população no Brasil, que é de 30 a 35 anos. Esses jovens são vitimizados pelos pais, pela família, pela televisão e pelos vizinhos. Sofrem a tortura psicológica e física nas escolas, em casa, nas igrejas, nos espaços públicos e privados, no momento do atendimento médico e nos postos de saúde. Enfim, são humilhados, sofrem bullying, são abandonados pelas famílias homofóbicas que os expulsam de casa, e quase sempre não refazem o seu laço familiar.

Há urgência em aprovar-se o Estatuto da diversidade sexual e o Projeto de Lei nº 4.916 de 2012, de autoria do Deputado Jean Wyllys, que “Altera o artigo 3º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, para incluir o inciso V no §2º, e o §14º, a fim de assegurar preferência às empresas que tenham programas pró-equidade de gênero, identidade de gênero, orientação sexual e/ou raça/etnia, bem como projetos de inserção de idosos e idosas no mercado de trabalho como critério de desempate no processo licitatório.

Da mesma forma, há urgência em se criar espaços diferenciados ou únicos para a população LGBT, como a criação de abrigos para o acolhimento dos idosos e a criação de presídios especialmente para os transexuais. Afinal, essa população é sabidamente humilhada e torturada.

Urge também buscar tratamento precoce da pessoa portadora de HIV e usuária de hormônio e antiretrovirais por longo prazo, pois esse uso contínuo potencializa o envelhecimento celular interno, causando uma inflamação geral dos órgãos, como a do fígado e a do pâncreas; e de se criar políticas públicas para combater a fome na comunidade LGBT.

Há necessidade de replicar nas Assembleias Legislativas este evento de luta contra o preconceito na família e o reconhecimento da importância da política contra a brutalidade e



preconceitos de matizes diferentes, largamente existente nos municípios brasileiros. Nesse sentido, igualmente faz-se necessária a eleição de representantes da comunidade LGBT para influir na política.

É importante também divulgar os direitos já alcançados pela comunidade LGBT como, por exemplo, a realização da cirurgia de mastectomia e a aceitação do nome social, já assegurada pelo SUS desde o ano de 2008. Esse dever de divulgação dos direitos cabe a cada um dos ativistas.

Há necessidade de se criar cotas para que a comunidade LGBT se integre às polícias, humanizando essas instituições e empregando os homossexuais; estabelecer ações educativas e formativas para a aceitação da diversidade étnica, estética e socioeconômica do povo brasileiro, visando erradicar a violência contra a população homotransafetiva. Hoje, infelizmente, existem apenas 5 faculdades no País que têm a obrigatoriedade da cadeira de gênero e sexualidade.

Relevante também é a universalização das cirurgias de transexualidade, de lipodistrofia, plástica e plástica íntima; peniana e vulvar. Do atendimento em clínica médica e do acolhimento de casos de homofobia e estupro, no âmbito do SUS; do acesso aos tratamentos ginecológicos e de obstétricos; e da incorporação da comunidade LGBT no direito ao recebimento do Benefício de Prestação Continuada – BPC.

Há, por fim, a necessidade de denunciar a não aceitação pelo SUS do atendimento àquele que fez a mudança de nome. De alertar as autoridades sobre o aumento, no ano de 2016, dos casos de contaminação por HIV, em pessoas idosas. De denunciar a fragilidade das redes de apoio e acolhimento das pessoas idosas LGBT; e de a previdência e a seguridade social reconhecerem as lesões físicas das LGBT em razão da violação de direitos que deveriam estar assegurados para a população homossexual.

6.16 Crise nos hospitais universitários é tema de debate da CLP



Por iniciativa do deputado Glauber Braga (Psol-RJ), a Comissão de Legislação Participativa realizou, em 7/6, audiência pública para debater a Crise dos Hospitais Universitários após a edição da Lei nº 12.550 de 2011.

Participaram do debate Arnaldo Correia de Medeiros, vice-presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH); Moisés Rocha Bello, diretor da Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto do Tribunal de Contas da União (TCU); Antônio Alves Neto, coordenador-geral da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Técnico-Administrativos das Instituições de Ensino Superior do Brasil (FASUBRA); Maria de Fátima Silianky de Andreazzi, professora e representante da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde; Gibran Jordão, representante da Central Sindical e Popular (CSP/CONLUTAS); e Mauro Rabelo, diretor de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior do Ministério da Educação.

Após as discussões, o deputado Glauber Braga elencou os resultados alcançados com a realização da audiência pública, entre eles o compromisso dos senhores Arnaldo Correia de Medeiros e Mauro Rabelo de encaminhar, respectivamente, à CLP, resposta por escrito sobre os questionamentos feitos durante a audiência, no prazo de quinze dias; e responder sobre a possibilidade de retorno da FASUBRA à mesa de negociação, igualmente no prazo de quinze dias.



O deputado também estabeleceu, em acordo com o representante do Ministério da Educação, que haveria prerrogativa dos trabalhadores na escolha dos representantes das entidades dos servidores públicos para futura composição da mesa negociação. Além disso, colocou a CLP à disposição dos servidores da EBSERH para acompanhar qualquer iniciativa legal do movimento, no sentido de representar a empresa junto ao TCU.

Glauber Braga também recebeu, da FASUBRA, proposição legislativa que visa garantir as principais demandas debatidas durante a realização da audiência.

6.17 Audiência pública para debater a digitalização de documentos em mídia ótica ou eletrônica



Ocorreu em 12 de junho de 2018 audiência pública solicitada por meio da sugestão nº 107/2017, da Associação dos Servidores do Arquivo Nacional, aprovada em outubro de 2017. Compuseram o evento, o representante da Associação Nacional de História – ANPUH, Arquivista e doutoranda em Ciência da Informação, o presidente da Associação dos Servidores do Arquivo Nacional – ASSAN e o membro da Diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES.

No decorrer da Audiência foi salientada a necessidade do debate sobre a importância dos arquivos históricos na recordação e construção do futuro da sociedade brasileira, e foi frisado o impacto negativo que determinados projetos de Lei poderão acarretar aos arquivos nacionais e respectivamente à História, caso sejam aprovados no Congresso Nacional. Foi ponderado também o impacto financeiro anual que poderá ser provocado no governo federal com a aprovação da Lei nº 7.920/2017, que dispõe sobre a digitalização de documentos em mídia ótica ou eletrônica. Para os expositores, este projeto precariza a profissão de arquivista, além de possibilitar a 'terceirização' das atividades ao facultar à iniciativa privada a prerrogativa de exercer certas funções dos arquivistas.

6.18 Audiência mostrou riscos de retrocesso ambiental com possibilidade de nomeação política do novo presidente do ICMBio



Por iniciativa da deputada Erika Kokay (PT-DF), a Comissão de Legislação Participativa (CLP) realizou, no dia 12 de junho, a audiência pública sobre os riscos de retrocesso ambiental com a possibilidade de nomeação política do novo presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), do Ministério do Meio Ambiente. Representado na audiência da CLP, o movimento Maré Socioambiental, criado por servidores públicos, ajudou a mobilizar a sociedade contra nomeações políticas para cargos técnicos.

Participaram da audiência da CLP representantes de diversos povos indígenas e de entidades como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), o Sindicato dos Servidores Públicos Federais, o Conselho Regional de Biologia e o Sindicato dos Biólogos do Distrito Federal.

A deputada Erika Kokay e outros parlamentares sugeriram, na audiência, a adoção de medidas como um levantamento do processo de loteamento de cargos públicos para interesses político-partidários e das tentativas de desmonte de políticas ambientais.

O presidente da Associação dos Servidores de Carreira de Especialistas de Meio Ambiente (Asibama), Jonas Moraes Corrêa, afirmou que o desmonte das instituições



ambientais passa pela não autorização de concursos e pela tentativa de acabar com a legislação do setor. Segundo ele, a tentativa de ocupação partidária da presidência do ICMBio chamou a atenção por ter ocorrido depois da aprovação da Medida Provisória 809/17, que permitiu um aporte de recursos para o instituto. “Agora que a instituição vai ter recursos, de repente vem alguém totalmente estranho à área ambiental, indicado por um partido alinhado ao agronegócio, e quer ocupar a presidência. Os servidores vão usar todos os meios possíveis para resistir e combater esta e qualquer outra iniciativa de desmonte dos órgãos ambientais federais”, afirmou Corrêa.

O analista ambiental João Madeira, da Asibama/DF, alertou que a prática de loteamento político de cargos técnicos já vinha acontecendo em outros órgãos, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Fundação Nacional do Índio (Funai). “A missão do ICMBio é proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental. As unidades de conservação têm sobreposição de território com comunidades tradicionais, de indígenas, quilombolas e ribeirinhos, e precisamos de gente que entenda a situação”, explicou João Madeira.

A Deputada Erika Kokay leu, durante a audiência, carta pública de servidores da Funai contra o loteamento político do órgão e o desmonte da política indigenista. Segundo o texto, a Funai foi convertida em espaço de manifestação de interesses da bancada ruralista, o que resultou em nomeações sem critérios técnicos, impedindo o desenvolvimento de políticas indigenistas e ambientais.

A presidente da entidade civil Indigenistas Associados (INA), Andrea Bitencour Prado, salientou a importância de lutar para que os órgãos ambientais sejam de Estado, e não de governo. “A Funai, ao contrário do que disse em abril de 2017 um ex-ministro da Justiça, não é de um deputado, mas do Estado, do cidadão, dos povos indígenas”, afirmou.

Na avaliação do deputado Chico Alencar (Psol-RJ), a audiência pública sobre as nomeações políticas no ICMBio é “importante para a resistência contra esta quadra obscurantista da vida brasileira, que me faz lembrar a minha juventude na ditadura civil-militar que começou com o golpe de 1964”. Chico Alencar sugeriu a elaboração de um projeto de lei que estabeleça critérios técnicos para nomeações de cargos públicos.

De acordo com o deputado Glauber Braga (Psol-RJ), a tentativa de indicação política para a presidência do ICMBio “é, na verdade, a colocação de gente que captura os espaços públicos para atender a interesses contrários àquilo que fez com que esses espaços fossem criados”.

O deputado Edmilson Rodrigues (Psol-PA) alertou que “o ICMBio não pode ser destruído. Estamos debatendo a possibilidade de uma nova civilização, e eles querem destruir essa possibilidade; por isso, querem dizimar os povos indígenas, quilombolas e as instituições do Estado brasileiro que lutam para garantir a conservação da natureza e das comunidades humanas”.



O deputado Nilto Tatto (PT-SP) manifestou solidariedade aos servidores do ICMBio, da Funai e também do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e da Fundação Cultural Palmares. “As instituições do Estado que estão sendo destruídas atendem aos povos que são os guardiões da diversidade étnica, cultural, da biodiversidade, da floresta, das águas, daquilo que o Brasil tem de mais rico. Há um processo de desmonte, porque estamos numa conjuntura ruim, mas movimentos como a Maré Socioambiental e embates movimentos sociais têm conseguido algumas vitórias do ponto de vista da resistência”, frisou.

O presidente da Associação Nacional dos Servidores Ambientais (Ascema), Henrique Marques Ribeiro da Silva, destacou a necessidade de os grandes projetos de infraestrutura do País levarem em conta, com responsabilidade, a temática socioambiental. “Se formos por um caminho de desenvolvimento com práticas de ilegalidade, sem valorizar o meio ambiente para as próximas gerações, vamos ter problemas. A crise hídrica tira matéria-prima das grandes usinas hidrelétricas, que não possuem água. O que nós queremos é um desenvolvimento sustentável”, explicou.

6.19 Comissão aprova sugestões dos entes da Sociedade Civil apresentadas em Mesa Redonda organizada para debater as principais demandas da sociedade



A Comissão de Legislação participativa, após a Audiência Pública sobre a digitalização de documentos em mídia ótica ou eletrônica, aprovou seis requerimentos e duas sugestões. Entre os requerimentos, vale destacar a aprovação de várias audiências públicas para debater os seguintes temas: garantia de ambulâncias em eventos relacionados aos adolescentes; uso de tecnologias em apoio ao maior envolvimento entre a população e a política; não cumprimento da Emenda Constitucional nº 80, de 2014, após aprovação da Emenda Constitucional nº 95, de 2016; as possíveis correções das distorções aprovadas na nova Lei da Reforma Trabalhista; e as propostas sobre a saúde dos trabalhadores e reestruturação da defesa da classe trabalhadora. A maioria dessas matérias

aprovadas foram oriundas das sugestões dos entes da sociedade civil organizada que participaram da Mesa Redonda no início dos trabalhos da Comissão e trouxeram essas demandas para os parlamentares da CLP.

Das sugestões aprovadas: uma pretende alterar a Lei n.º 7.783 de 1989 evitando que os dias não trabalhados, decorrentes de paralisação por motivo de atraso de pagamento de salário e de recolhimento de contribuição previdenciária ou FGTS, sejam descontados pelo empregador; e a outra sugere projeto de lei para dispor que o trabalhador maior de 60 (sessenta) anos de idade e analfabeto deva ser assistido por sindicato ou pelo Ministério do Trabalho e Emprego, no momento da rescisão contratual.

6.20 X Seminário Nacional de Guardas Municipais e Segurança Pública



A Comissão de Legislação Participativa, em atendimento à Sugestão nº 150/2018, da ONG SOS Segurança Dá Vida, promoveu o 10º Seminário Nacional de Guardas Municipais e Segurança Pública. O ponto de concentração dos participantes do evento foi a Catedral de Brasília, com a presença da Marcha Azul e de parlamentares apoiadores da categoria, que caminharam até o local do evento, o auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados.

O seminário teve o objetivo de avaliar as necessidades legislativas e principais proposições em tramitação no Congresso Nacional que dizem respeito às Guardas Municipais e seus integrantes. Foi destacada a importância do reconhecimento da categoria como atividade policial.

Nas exposições realizadas pelos oradores, os guardas municipais reivindicaram o reconhecimento do seu exercício de atividade de risco, uma vez que solucionam conflitos, apresentam autores de infrações ao delegado de polícia, atuam como agentes de fronteiras do Brasil e passam por outras situações de perigo para proporcionar segurança pública ao cidadão.

De acordo com o expositor Claudio Frederico, o País tem mais de 130 mil guardas municipais. Ele destacou a importância da implantação do Sistema Único de Segurança Pública no Brasil, que entrou em vigor no dia 11 de junho de 2018.



O presidente da Comissão de Legislação Participativa, deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS), e outros parlamentares que prestigiaram o evento garantiram apoio aos guardas municipais e elogiaram o crescimento organizado da categoria, que é responsável por diversos tipos de serviços preventivos de segurança pública oferecidos à população.

6.21 Audiência mostra como a tecnologia incentiva a atuação política dos cidadãos



Sob a presidência do deputado Eros Biondini (PROS-MG), vice-presidente da Comissão de Legislação Participativa (CLP), foi realizada em 20/6 audiência pública para debater o uso de tecnologias em apoio ao maior envolvimento entre a população e a política. O deputado mencionou sua experiência em uma comissão da Assembleia Legislativa de Minas Gerais que trata da participação popular e ressaltou a relevância desse tema, uma vez que a contribuição da população no processo legislativo brasileiro é determinante para reforçar a aprovação de leis com melhor aplicabilidade em nossa sociedade. Biondini enfatizou, ainda, que neste momento de apatia do atual cenário político brasileiro a CLP se torna imprescindível para aproximar os cidadãos do processo legislativo.

O primeiro expositor, Gabriel Azevedo, vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte, apresentou seu aplicativo “Meu Vereador” cujo principal objetivo é tornar mais transparente o mandato parlamentar e aproximar o cidadão dos seus representantes, permitindo uma maior participação nas decisões políticas e fortalecendo, dessa forma, a democracia do País. Dentre as funcionalidades do aplicativo, há o envio de informações, aos usuários, referentes aos projetos de lei em votação na Assembleia Legislativa, para que o cidadão possa sugerir alterações a uma proposta ou manifestar apoio ou rejeição à matéria. Há também uma biografia do parlamentar e um campo que permite ao indivíduo agendar uma reunião com o político. E são disponibilizadas as metas de campanha, para que o eleitor possa acompanhar e fiscalizar o andamento das propostas de seu parlamentar. Gabriel Azevedo mencionou, por fim, que o aplicativo pode tirar muitos políticos de sua zona de conforto, mas ressaltou ser esse o caminho para a realização de mudanças.



Marco Konopacki, representante da Plataforma “Mudamos” e coordenador da área Democracia e Tecnologia do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (ITS/RJ), apresentou o aplicativo “Mudamos”, que objetiva criar um espaço digital para a coleta de assinatura virtual para projetos de iniciativa popular. Essas assinaturas devem ser únicas, auditáveis e verificáveis. Foram criados mecanismos para preservar essa segurança, como a criptografia. Após desenvolvida a solução técnica, foi necessário garantir a viabilidade política para as assinaturas eletrônicas. A subscrição eletrônica foi então tratada no texto da reforma política, matéria que se encontra pronta para pauta no Plenário da Câmara dos Deputados na forma do Projeto de Lei 7005/2013.

O diretor-executivo do aplicativo “Colab”, Gustavo Maia, trouxe a explicação dessa ferramenta, que é uma ponte entre cidadãos e políticos e foi estruturada para o governo poder agir de acordo com as demandas da sociedade. O aplicativo conta com mais de dois mil usuários e funciona da seguinte forma: o cidadão colabora enviando uma foto de um problema local e, a partir disso, a prefeitura toma as providências necessárias para resolver o problema. Maia citou o exemplo da cidade de Campinas, onde havia cinco projetos que aguardavam andamento e a prefeitura fez uma enquete para a população decidir qual dos projetos teria prioridade para a aplicação do orçamento disponível. Dessa forma, o governo conta com soluções colaborativas da sociedade ao mesmo tempo em que o governante adquire maior legitimidade em seu mandato.

Renato Dias foi o participante seguinte e explicou o funcionamento do “Ranking dos Políticos”. É um portal que proporciona e compara informações dos parlamentares aos cidadãos, com o objetivo de estimular o voto consciente e combater a corrupção e os privilégios, além de evitar o desperdício de recursos públicos. Os critérios para a avaliação parlamentar são os seguintes: gastos na cota parlamentar, assiduidade, fidelidade partidária, processos judiciais e qualidade legislativa. Com essas informações disponíveis, o cidadão pode decidir com maior propriedade qual político lhe representa.



Por último, Fernando Torres, servidor da Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação da Câmara dos Deputados, enfatizou que as instituições públicas vêm desempenhando um papel muito importante no sentido de fornecerem os dados reais e necessários para que outras pessoas e instituições possam desenvolver soluções e funcionalidades externas, como as apresentadas na audiência pública. Ele acrescentou que a Câmara dos Deputados apresenta dados em formato aberto, o que permite que todas as informações estejam disponíveis para consultas como, por exemplo, dados sobre gastos dos parlamentares, atuação dos deputados e tramitação dos projetos legislativos. Além disso, a Câmara desenvolve suas próprias aplicações, como transmissões em tempo real de seus eventos, plataforma de audiências públicas interativas, disponibilização da agenda dos deputados e Infoleg, entre outras. Assim, a Câmara dos Deputados também fomenta o desenvolvimento de soluções criativas para a integração do Parlamento com a sociedade civil, além de marcar presença em eventos externos como o “Campus Party”, que reúne projetos de inclusão digital e desenvolvimento tecnológico.

6.22 Audiência Pública sobre a Lei do Aprendiz: avanços e percalços



Por solicitação do presidente da Comissão de Legislação Participativa (CLP), deputado Pompeo de Mattos (Requerimento nº 201/2018), a CLP realizou audiência pública para debater a Lei do Aprendiz: avanços e percalços, no dia 14 de junho de 2018.

O deputado Celso Jacob (MDB-RJ) presidiu a audiência, ressaltando a importância de debater as relações da criança e do adolescente com o mundo do trabalho e de fazer um levantamento dos problemas e das propostas de soluções para os temas relacionados à aprendizagem profissional.

Compuseram a mesa de discussões: Guilherme Guimarães Feliciano, presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA; Antônio Alves Mendonça Júnior, coordenador nacional de Aprendizagem da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho - CGSIT/MT; Mariane Josviak, procuradora do Trabalho do Ministério Público do Trabalho - PRT 9ª Região; Dulce Martini Torzecki, procuradora do Trabalho e gerente do Eixo de Aprendizagem - COORDINFÂNCIA; Maфра Meris, secretária-executiva da Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Protagonismo Infanto-juvenil e presidente do Instituto Solidário Estudantil do Empreendedor Individual - ISEEI; e Rudimar Braz De Melo, conselheiro fiscal da Associação Nacional das Empresas Amigas do Jovem Aprendiz - ANDEAJA e do ISEEI.

Guilherme Guimarães Feliciano afirmou ser necessário aumentar o número de auditores fiscais para verificar a ocupação indevida de crianças e adolescentes, enfatizando que o Brasil



abriga as piores formas de trabalho infantil, como trabalho análogo ao de escravos; o trabalho em atividades ilícitas; atividades criminosas; a prostituição infantil; e os trabalhos prejudiciais à saúde, à moral e à formação da criança e do adolescente. No que concerne à aprendizagem, o expositor considerou ser maior a importância da dimensão educacional sobre a econômica, uma vez que se trata da pessoa em formação, e fez considerações sobre a regulação do contrato, abordando temas como a estabilidade, cálculos de cotas e falsas aprendizagens.

Em sua exposição, Antônio Alves Mendonça Júnior observou que o contrato de aprendizagem é um contrato de trabalho especial, com regras específicas e mais protetivas. Além disso, afirmou que é fundamental para a definição de aprendizagem que o aprendiz tenha aulas teóricas. Com isso, muitas das falsas aprendizagens seriam evitadas. Segundo o expositor, dos 100% de cotas existentes no Brasil para aprendizagem, só 45,4% estão cumpridas, e os principais objetivos da aprendizagem são a qualificação profissional e a política pública de combate ao trabalho infantil.

Mariane Josviak defendeu a aprendizagem profissional, observando que ela possibilita o cumprimento do artigo 227 da Constituição Federal, que assegura à criança, ao adolescente e ao jovem o direito à educação e à profissionalização. A expositora sugeriu a elaboração de uma proposta legislativa para que a Administração Pública seja obrigada a contratar aprendizes, observando que o estado do Paraná já possui legislação nesse sentido. Segundo ela, se outros estados e municípios adotarem leis semelhantes será ampliado o atual número de aprendizes.

Em sua fala, Dulce Martini Torzecki ressaltou a falta de um trabalho mais eficaz de articulação de toda a rede de proteção da criança e do adolescente. Além disso, afirmou que, para a aprendizagem funcionar como política pública, é preciso haver cobrança de todos os envolvidos, de toda a sociedade, e sensibilização das empresas para contratar o jovem que tem defasagem escolar.

Rudimar Braz de Melo falou sobre a importância da existência da lei que, há 18 anos, determina que os adolescentes têm direito a um emprego. Ele ressaltou que há pessoas engajadas para que a Lei da Aprendizagem seja cumprida.

Mafra Meris registrou que há empresas que, desejando realmente contratar o aprendiz e entendendo a importância da lei, listaram obstáculos para a contratação de jovens. Diante disso, foi elaborado um programa para obtenção de verbas oriundas de emendas orçamentárias, impondo à Secretaria Nacional de Juventude a execução. Segundo a expositora, com esses recursos financeiros serão custeadas toda a qualificação profissional, o seguro do aluno, o fardamento, o material escolar, as aulas e a verificação biométrica da presença dos alunos.

6.23 Demissão de funcionários e o fechamento de agências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos



Em 26 de junho de 2018 foi realizada na Câmara dos Deputados audiência pública conjunta entre a Comissão de Legislação Participativa – CLP e a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público – CTASP para debater a demissão de funcionários e o fechamento de agências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. A audiência pública foi requerida no âmbito da CLP sob o nº 202/2018, de autoria do deputado Glauber Braga (PSOL/RJ), enquanto que na CTASP encontra-se sob o requerimento nº 325/2018, do deputado Leonardo Monteiro (PT/MG). Compuseram a mesa os representantes dos Correios, da ANATEC, FENTECT, FINDECT, Cut, Intersindical, CSP Conlutas, CTB e FAACO.

O Sr. Cristiano Barata Morbach, vice-presidente dos Correios, argumentou que a empresa não cogita a demissão em escala dos funcionários, mas precisa adotar meios que visem angariar ganhos econômicos e a preferência do público frente outras empresas, embora tenha enfatizado o caráter público da empresa. Entretanto, ressaltou que poderá haver um Plano de Demissão Incentivado – PDI ainda no ano de 2018, e que o último PDI contou com a adesão de 6000 funcionários.

Entre os representantes das organizações citadas houve o consenso de que a diretoria dos Correios está atuando de forma a precarizar os serviços prestados pela empresa para que esta possa ser privatizada a médio prazo. Corroborando com o consenso citado acima, as entidades pontuaram ainda o impacto negativo no âmbito social e econômico que as demissões poderão provocar aos trabalhadores e às respectivas regiões.

Em resposta aos questionamentos e argumentos proferidos durante a audiência, o Sr. Morbach expôs como improcedente a informação de que os Correios passam por um processo deliberado de precarização para posterior privatização, enfatizando a característica estatal da mesma. Por fim, alertou os presentes para a função de integração que os Correios detêm no âmbito social e mostrou-se aberto ao diálogo para com as entidades representativas, parlamentares e os funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

6.24 Reunião Ordinária que deliberou sobre temas como índice de emissão de gases e normas gerais sobre a proteção da vegetação



Em 04 de julho de 2018 na Câmara dos Deputados realizou-se reunião deliberativa ordinária, com o intuito de debater e colocar em votação requerimentos e sugestões da Comissão de Legislação Participativa – CLP.

O presidente da comissão, deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS), apresentou na ordem do dia os requerimentos n°s 214/2018, 215/2018, 216/2018, 217/2018 e 218/2018 dos deputados Glauber Braga (PSOL/RJ), Lincoln Portela (PR/MG) e Erika Kokay (PT/DF), que dispunham sobre pedidos de audiências públicas para debater a esterilização compulsória feita em uma mulher residente em Mococa SP; Moção de apoio ao Plano de Carreiras, Cargos e Salários dos Trabalhadores da Saúde do Estado do Rio de Janeiro e discussão sobre a Terapia Ocupacional.

Debateu-se ainda a sugestão n° 238/2010, do Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul, que sugeriu a realização de audiência pública para discutir o tema: Taxas, Custas, Despesas e Emolumentos no Sistema judicial. Também foi apreciada a sugestão n° 07/2015, da Associação Energia Solar Ocidental – Asfour ESO- A, que sugeriu Projeto de Lei que visa estabelecer multa pecuniária anual para os veículos automotores que extrapolarem o índice de emissão de gases estabelecido por órgãos competentes.



Por fim, apreciou-se a sugestão n° 78/2016, da Associação de Moradores do Setor Jóquei Clube, que sugeriu Projeto de Lei que modificasse a Lei n° 12.651/2012, que estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos.

6.25 Reunião Deliberativa que tratou de temas como isenção de impostos na aquisição de veículos novos para professores



No dia 11 de julho de 2018, foi realizada Reunião Deliberativa Ordinária, presidida pelo Deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS), para deliberar o requerimento nº 219/2018, do deputado Glauber Braga (PSOL/RJ), que requeria a realização de audiência pública para debater a política nacional de adoção compulsória.

Deliberaram ainda sobre a sugestão nº 197/2010, da Associação Pankararu Fonte da Serra e Centro de Etnoconhecimento Sócio Ambiental Cauieré, que sugeriu Projeto de Lei para criar o Conselho Nacional dos Direitos Indígenas. Houve também a sugestão de nº 111/2017, do Coletivo de Entidades Negras da Bahia – CEN-BA, que propôs a realização de seminário de sustentabilidade e organização das comunidades tradicionais de terreiro.

Tal qual, apresentou-se a sugestão nº 136/2018, do Centro de Desenvolvimento Social Convida, que sugeriu Projeto de Lei para considerar o dia 8 de março como feriado nacional pelo Dia Internacional da Mulher.

Por fim, a sugestão do Instituto Nacional Elogística Reversa, nº 147/2018, que propunha Projeto de Lei de isenção de impostos na aquisição de veículos novos para professores. Na referida sugestão, o Sr. Jomateleno dos Santos Teixeira, representante do instituto abordou a importância da medida para os professores, alertando o impacto positivo que a medida trará nos âmbitos econômico e social no país.

6.26 Debate sobre esterilização compulsória



Em 11 de julho de 2018, foi realizada na Câmara dos Deputados audiência pública conjunta entre a Comissão de Legislação Participativa – CLP e a Comissão de Seguridade Social e Família – CSSF para debater decisão judicial recente que determinou a esterilização compulsória de uma mulher residente em Mococa - SP. A audiência pública foi requerida no âmbito da CLP sob o nº 214/2018, de autoria do deputado Glauber Braga (PSOL/RJ), enquanto que na CSSF encontra-se sob o requerimento nº 748/2018, do deputado Jean Wyllys (PSOL/RJ).

Compuseram a mesa as representantes do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher e Defensora Pública do Estado de São Paulo; Associação Artemis - ONG contra violência doméstica e obstetrícia; Rede de Instituições do Borel e Coordenadora do Grupo Arteiras; e ANIS - Instituto de Bioética.

As palestrantes consideraram de forma consensual que o procedimento acometido contra a Sra. Janaína Aparecida Quirino foi uma violência institucional, onde o Estado atuou de forma autoritária, racista, misógina, desconsiderando os direitos humanos. As expositoras falaram ainda sobre as dificuldades econômicas e sociais enfrentadas pela Sra. Quirino e consideram o Estado brasileiro relapso no atendimento básico que deve prestar aos cidadãos carentes.

6.27 Seminário Lei do Aprendiz: oportunidade que insere os jovens no mundo do trabalho



Em 07 de agosto de 2018 na Câmara dos Deputados, ocorreu o seminário Lei do aprendiz: oportunidade que insere os jovens no mundo do trabalho. O seminário foi requerido pelos deputados Celso Jacob (MDB/RJ) e Julião Amin (PDT/MA) sob o nº 220/2018. Integraram este evento a presidente do Tribunal Superior do Trabalho – TST, conciliadora de justiça, presidente do fórum de juventude da comunidade dos países de Língua Portuguesa, diretor do departamento de políticas de empregabilidade – DPE/MT, coordenadora nacional da coordinfância do MPT/RS, representante do Corpo de Bombeiros/MA, articulador social do Centro Salesiano do Menor/CESAM e o supervisor do centro de integração empresa escola.

Os presentes acordaram a importância da inserção dos jovens no mercado de trabalho alertando para o fato de as empresas precisarem seguir a legislação nacional acerca do tema, onde o mínimo de 5% do quadro funcional deve ser destinado aos jovens aprendizes. Houve ainda a menção ao fato de que a Lei tange indiretamente as pastas da educação e da segurança pública, pois as taxas de criminalidade e evasão escolar decaem com os jovens obtendo oportunidades trabalhistas.



Apontaram ainda para o quantitativo populacional de jovens no Brasil para o volume de oportunidades no mercado. Contudo, é válido ressaltar que os expositores salientaram a diferença entre o trabalho exercido pelos jovens aprendizes e o trabalho escravo, pois o segundo é amplamente combatido pelo Estado e passível de punições legais para aqueles que a utilizarem. O jovem aprendiz é concebido para introduzir os jovens em atividades laborais, mas sem abdicar da questão educacional, que é de suma importância para o pleno desenvolvimento do jovem na sociedade.

6.28 Reunião que deliberou sobre Seminário de Segurança Pública



No dia 08 de agosto de 2018, foi realizada Reunião Deliberativa Ordinária, presidida pelo Deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS), que deliberou sobre o requerimento n° 221/2018, do deputado Glauber Braga (PSOL/RJ), que requeria a realização de Seminário na Comissão de Legislação Participativa, para debater acerca da Segurança Pública, Polícia e Sociedade: Construindo um novo paradigma de Segurança Pública e outro Modelo de Polícia no Brasil.

6.29 Seminário incentiva a parceria de vereadores com a CLP



No dia 22 de agosto de 2018, ocorreu em Porto Alegre, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, o Seminário de Vereadores do Estado do Rio Grande do Sul, promovido pela Comissão de Legislação Participativa (CLP) em conjunto com a União dos Vereadores do Estado do Rio Grande do Sul (UVERGS).

O objetivo foi estimular o debate de temas e legislações referentes ao trabalho dos vereadores em relação ao Poder Público municipal, assim como apresentar o trabalho da CLP, que possibilita a participação da sociedade civil no processo legislativo, para estreitar a parceria da comissão com os vereadores.

Palestraram no evento José Francisco Seabra Mendes Junior, coordenador do Grupo Civil e de Proteção do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa, representando o Ministério Público do Rio Grande do Sul; Lieverson Luiz Perin, advogado e diretor da Associação Gaúcha Municipalista; Robson Zahn, representante da UVERGS; e André Maya, professor e doutor em Direito Penal.

Na abertura do seminário, o presidente da CLP, deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), falou sobre o trabalho da comissão e a importância de os legislativos municipais criarem os seus próprios mecanismos de participação direta dos cidadãos. Ele explicou que, dentro das atribuições da CLP, está a de recepcionar as ideias e propostas de iniciativa da sociedade civil organizada, que pode, ao apresentar Sugestões, vocalizar os seus anseios e suas ideias — que, depois de analisadas e aprovadas pela Comissão, passam tramitar como projetos de lei e propostas de emenda à Constituição, por exemplo.



José Francisco Seabra Mendes Junior discorreu sobre o trabalho do Ministério Público estadual na defesa do patrimônio público e destacou que, em muitos municípios, têm sido feitas parcerias proveitosas com Câmaras de Vereadores, o que resulta numa atuação de grande relevância, principalmente na prevenção de litígios envolvendo a administração pública.

Lieverson Luiz Perin falou sobre a sua experiência na atuação jurídica envolvendo a defesa de direitos de gestores públicos e de agentes políticos. Ele destacou que, em muitos casos, os administradores sofrem com o fato de que a independência constitucional assegurada ao Ministério Público leva a situações *sui generis* em que gestores de algumas localidades são aplaudidos quando tomam determinadas iniciativas, mas, quando o prefeito de um município vizinho resolve tomar uma iniciativa idêntica, sofre, por parte do mesmo Ministério Público, toda a sorte de constrangimento e perseguição jurídica. Esse fato, segundo ele, causa elevado grau de insegurança junto aos administradores, que ficam à mercê do Judiciário.

Robson Zahn falou sobre a atuação da UVERGS, que tem uma constante preocupação em qualificar a atuação dos parlamentares municipais. A UVERGS tem realizado diversos eventos sempre focando na melhoria do trabalho dos vereadores, que representam a parte do Poder Legislativo mais próxima do cidadão, recebendo manifestações diretamente dos eleitores para oferecer soluções para problemas que, na maioria das vezes, estão fora da competência legislativa municipal.

André Maya falou sobre a importância de as administrações municipais adotarem políticas e mecanismos de compliance (cumprimento de regras). Nesse painel, foi apresentada a Lei 12.846/13, sobre práticas anticorrupção que devem ser adotadas por empresas que contratem com a administração pública, bem como das empresas públicas e de economia mista. Foi explicado que a aplicação de um programa de compliance por empresas públicas assegura uma maior proteção do seu patrimônio e de seus dirigentes.

6.30 CLP aprova escolha de entidades premiadas por atuação na Câmara



O presidente da Comissão de Legislação Participativa, deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), coordenou os trabalhos na reunião ordinária da CLP realizada em 17 de outubro. A primeira deliberação foi a aprovação de uma mudança no Regulamento Interno da CLP para incluir a possibilidade de cadastramento de entidades da sociedade civil e o envio de sugestões pela internet, no site da comissão. O objetivo é modernizar a interface da CLP com a sociedade, ao facilitar e estimular o recebimento de proposições legislativas. As sugestões vão poder continuar sendo enviadas pelos meios tradicionais.

Em seguida, foram escolhidas as entidades da sociedade civil a serem premiadas no Selo de Participação Legislativa de 2018. O prêmio é destinado às organizações que tiveram atuação mais relevante junto à CLP em 2017. Na categoria de maior número de sugestões apresentadas, as vencedoras do Selo são:

1º lugar: Sindicato dos Trabalhadores de Serviços Onshore e Offshore de Macaé, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Conceição de Macabu, Quissamã e Carapebus/RJ – 13 sugestões

2º lugar: Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – 6 sugestões

3º lugar: Centro de desenvolvimento social (Convida) – 5 sugestões

Na modalidade de maior número de sugestões aprovadas, as vencedoras são:



1º lugar: Sindicato dos Trabalhadores de Serviços Onshore e Offshore de Macaé, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Conceição de Macabu, Quissamã e Carapebus/RJ – 6 sugestões

2º lugar: Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil — 3 sugestões

3º lugar: Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte – 1 sugestão

Já na categoria de maior número de participantes em eventos propostos pelas entidades, são premiadas:

1º lugar: ONG SOS Segurança Dá Vida – 300 participantes

2º lugar: Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – 180 participantes

3º lugar: Instituto Solidário Estudantil do Empreendedor Individual (ISEEI) – 104 participantes

Na quarta categoria: “Entidades que realizaram atividades relevantes à sociedade brasileira”, a CLP escolheu as seguintes organizações:

1º lugar: Instituto Doméstica Legal – É uma organização não governamental que vem atuando, desde 2009, pela melhoria do emprego doméstico no Brasil.

1º lugar: Associação Nacional dos Aposentados, Deficientes, Idosos, Pensionistas e dos Segurados da Previdência Social – A Anadips tem o objetivo de elevar a qualidade de vida do seu público-alvo por meio da promoção de assistência social, atividades recreativas, culturais, sociais e comunitárias. Além disso, representa os interesses coletivos dos associados em nível nacional e fornece assessoria jurídica para garantir seus direitos.

1º lugar: Com dez anos de experiência, o Cuidar Jovem, de Porto Alegre, trabalha pela garantia de eventos seguros, principalmente os destinados aos jovens e adolescentes, e na prevenção ao álcool e drogas.

Na reunião de 17/10, a CLP também aprovou parecer favorável da deputada Flávia Moraes (PDT-GO) à transformação, em Proposta de Emenda à Constituição (PEC), da Sugestão 146/18, de autoria da Associação Nacional dos Aposentados, Deficientes, Idosos, Pensionistas e dos Segurados da Previdência Social (Anadips). O objetivo é mudar o artigo 62 da Constituição Federal para impedir que direitos previdenciários e trabalhistas sejam suprimidos por medidas provisórias (Mps).

O representante da Anadips, Clodoaldo Nery, argumentou durante a reunião que a proposta visa trazer segurança jurídica para os trabalhadores, pois, atualmente, o Presidente da República pode alterar por MP regras relativas a pensões, por exemplo. “Temas sensíveis como esse devem ser debatidos nesta Casa no rito de projeto de lei, para preservar a competência



legislativa do Congresso Nacional, cujo exercício é o núcleo fundamental da nossa democracia. A nossa proposta é necessária para garantir aos brasileiros proteção em matéria trabalhista e previdenciária”, disse Nery.

A CLP aprovou o Requerimento 222/18, do deputado Lincoln Portela (PR-MG), subscrito pelo deputado Celso Jacob (MDB-RJ). O texto propõe realização de audiência pública para debater portaria do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG) que visa organizar, padronizar e regulamentar a atuação das atividades auxiliares da instituição ligadas à formação profissional. De acordo com Portela, existe uma preocupação sobre os meios a serem usados pelo estado para implementar a portaria e quanto às despesas a serem geradas para os cofres públicos.

Outro requerimento aprovado foi o 223/18, do deputado Celso Jacob, para a realização de Seminário Nacional, em data a ser definida, com o tema: "Protagonismo Juvenil: saberes, fazeres e direitos conquistados pela juventude". “Tenho certeza de que os debates serão relevantes e servirão para o desenvolvimento de futuros projetos sobre o tema. O jovem precisa ser encaminhado ao mercado de trabalho e ser orientado para o bem, para o bom caminho”, ressaltou Jacob.

Foi aprovado também o Requerimento 224/18, do deputado Glauber Braga (Psol-RJ), subscrito por Celso Jacob, para a realização de audiência pública sobre a situação do Instituto de Previdência Complementar dos Correios (Postalís). De acordo com Glauber Braga, um dos pontos a serem discutidos é a mudança do estatuto do Fundo de Pensão Postalís sem a participação das representações de classe, como as federações, sindicatos e associações de empregados.

Outro item aprovado, com parecer favorável do deputado Pompeo de Mattos, foi a Sugestão 131/17, a Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil, que propõe audiência pública sobre as taxas de juros para os recursos dos fundos constitucionais. O objetivo do debate é garantir mais transparência e participação social no processo de definição dessas taxas.

Com parecer favorável do deputado Glauber Braga, a CLP aprovou ainda a Sugestão 156/18, do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro (Sindipetro), para realização de audiência sobre “Equacionamento do Plano Petros (PPSP), a privatização da Petrobras e as suas responsabilidades com o plano”. Braga alerta que os trabalhadores da Petrobras vêm enfrentando ataques que enfraquecem a instituição, com ameaça de privatização.

Durante a reunião, o presidente da CLP agradeceu as presenças do prefeito e do presidente da Câmara de Vereadores de Nova Petrópolis (RS), respectivamente Régis Luiz Hahn e Jerônimo Stahl Pinto. Pompeo de Mattos ressaltou a importância turística e econômica do município da Serra Gaúcha.

6.31 CLP aprova sugestões sobre aposentadoria de agricultor familiar, preservação de veredas, custas judiciais e fundo de pensão



A Comissão de Legislação Participativa aprovou, por unanimidade, quatro sugestões na reunião ordinária do dia 31/10, dirigida pelo presidente da CLP, deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS).

Uma das principais propostas aprovadas foi a Sugestão 148/14, do Sindicato dos Produtores Rurais de Juazeiro (BA), que autoriza o agricultor familiar a contratar até dois empregados permanentes sem perder o direito ao enquadramento na categoria de segurado especial da Previdência. Assim, esse trabalhador terá direito à aposentadoria por idade após comprovar 15 anos de atividade rural.

Atualmente, de acordo com o artigo 195, § 8º da Constituição Federal, o agricultor familiar não pode ter empregados permanentes para fazer jus a esse benefício. Por isso, a sugestão aprovada pela CLP precisará tramitar na Câmara em forma de Proposta de Emenda à Constituição (PEC), com a coleta de assinaturas de apoio de um terço dos deputados.

O parecer favorável à sugestão foi dado pelo deputado Pompeo de Mattos, que ressalta a relevância da proposta. “Será uma emenda constitucional de importância extrema, pois



estamos falando de um pequeno produtor rural que trabalha em regime de economia familiar, mas que, para viabilizar a sua produção, além de todo o apoio da família, precisa contar com a ajuda de um a dois empregados permanentes. ”

Na avaliação de Pompeo de Mattos, a contratação de até dois empregados não descaracteriza o regime de economia familiar. “É importante lembrar que as famílias estão cada vez menores e, mantida a restrição de contratação de funcionários, muitos agricultores familiares não conseguirão manter suas atividades no campo. Em muitos casos, os filhos buscam outra atividade profissional e o casal, cada vez mais idoso, fica sem condições de manter sua produção sem um auxílio permanente para as atividades de plantio, colheita e outras necessárias para garantir a produção agrícola”, afirma o deputado.

Outra matéria aprovada foi a Sugestão 78/16, da Associação de Moradores do Setor Jôquei Clube, que assegura a inclusão das veredas nas Áreas de Preservação Permanente (APPs). A legislação em vigor (Lei 12.651/12), segundo o entendimento da associação, acatado pelo relator da proposta na CLP, deputado Patrus Ananias (PT-MG), permite a interpretação de que apenas as faixas de 50 metros em torno das veredas, e não as próprias veredas, fazem parte das APPs. A sugestão agora passará a tramitar na Câmara dos Deputados em forma de projeto de lei.

As veredas, que são um tipo de formação vegetal do Cerrado, presentes em estados como Minas Gerais e Bahia, são ambientes sensíveis, especialmente importantes para a conservação dos recursos hídricos e da biodiversidade. “A faixa de 50 metros é um limite para a demarcação das veredas para efeito de proteção, assim como as faixas de APPs ao longo dos cursos d’água estabelecem um limite para a proteção das matas e outras formas de vegetação ciliar”, explicou o deputado Patrus Ananias. “São as veredas que justificam a existência dessa faixa de proteção de 50 metros. Sem as veredas, essa faixa de proteção não teria razão de ser. Não faz sentido proteger uma faixa de 50 metros no entorno das veredas se as próprias veredas não estiverem igualmente protegidas”, acrescentou o relator. O deputado Patrus Ananias ressaltou também a importância cultural das veredas, que inspiraram uma das obras-primas da literatura brasileira — “Grande Sertão: Veredas”, de Guimarães Rosa.

Também foi aprovada a Sugestão 238/10, do Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul (Condesul), para realização de audiência pública na Câmara dos Deputados sobre o tema “Taxas, Custas, Despesas e Emolumentos no Sistema Judicial”. O relator, deputado Marcos Rogério (DEM-RO), recomendou a aprovação da sugestão. Ele avalia que, de fato, é necessário aprofundar o debate sobre o assunto, pois não existem normas ou padrões nacionais que estabeleçam princípios lógicos e uniformes para a fixação, nas diferentes unidades da Federação, dos valores das custas, despesas, taxas e emolumentos. Assim, ocorrem “grandes discrepâncias” em diferentes lugares do Brasil.

“Em todos os países democráticos, há uma conscientização crescente sobre a importância da ampliação do acesso à Justiça, considerado um direito fundamental e uma ferramenta poderosa no sentido de combater a pobreza, prevenir conflitos e fortalecer a democracia”, lembra Marcos Rogério. Ele resalta que é fundamental garantir o exercício pleno da cidadania.



A data da audiência ainda será definida pela CLP. Deverão participar do debate representantes das seguintes entidades: Corregedoria Nacional de Justiça; Advocacia-Geral da União; Associação dos Notários e Registradores do Brasil; Conselho Nacional do Ministério Público; Receita Federal; e advocacias e receitas fazendárias estaduais.

A CLP aprovou também a Sugestão 149/18, do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro (Sindipetro), que propõe a realização de audiência pública para discutir o "Equacionamento do Plano Petros (PPSP), a privatização da Petrobras e as suas responsabilidades com o plano". A data do debate será definida pela CLP.

O presidente da CLP, deputado Pompeo de Mattos, apresentou parecer favorável à sugestão e lembrou a importância do aprofundamento dos debates sobre o fundo de pensão dos trabalhadores petroleiros. “Trata-se de um tema extremamente relevante, por abordar a questão dos fundos de pensões, que são alvos, algumas vezes, de interesses obscuros. O fundo dos trabalhadores da Caixa Econômica Federal, o Funcef, praticamente quebrou, e o Petros teve prejuízos enormes. É dinheiro dos trabalhadores – se esse dinheiro se perde, lá se vai a aposentadoria”, alertou Pompeo de Mattos.

De acordo com o Sindipetro, a Petrobras vive um processo de privatização fatiada e boa parte dos seus ativos estratégicos, como campos do pré-sal e empresas subsidiárias, vêm sendo vendidos a preços irrisórios. O Sindipetro alega que os gestores do Petros propuseram um equacionamento “absurdo, consistente em descontos de até 30% nos salários ou benefícios de ativos, aposentados e pensionistas, a fim de cobrir o déficit atuarial, sem cobrar as dívidas e responsabilidades das patrocinadoras, BR e Petrobras, e dos gestores”.

Diante da “insistência em repassar a conta da negligência histórica e dos desmandos das patrocinadoras para os trabalhadores”, o sindicato propôs a realização de audiência pública na Câmara.

6.32 Especialistas pedem reforço de políticas públicas de saúde sobre a gagueira



Em audiência pública promovida em 13 de novembro pela Comissão de Legislação Participativa (CLP), especialistas alertaram sobre a necessidade de combater o preconceito e reforçar as políticas públicas de saúde para atendimento às pessoas que gaguejam. O debate aconteceu por iniciativa do deputado Glauber Braga (Psol-RJ), atendendo a uma sugestão do estudante Filipe Sepulveda Leão, do Rio de Janeiro.

Um dos expositores foi Luiz Fernando de Souza Ramos Ferreira, presidente da Associação Brasileira de Gagueira (Abragagueira), organização não governamental fundada em 2004, sem fins lucrativos, para apoiar e valorizar as pessoas que gaguejam. “Nós precisamos superar vários obstáculos por dia, que se tornam maiores quando olhamos ao redor e nos sentimos numa sociedade excludente, que só nos enxerga para fazer chacota”, disse ele. No Brasil há uma média de 700 pessoas que gaguejam para cada fonoaudiólogo em atuação, o que dificulta o atendimento.

O coordenador da área de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde, Danilo Campos da Luz e Silva, informou que, embora a Pasta não tenha uma política específica para essa questão, o tratamento e a reabilitação das pessoas que gaguejam estão disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS), por meio de serviços de fonoaudiologia.

Campos ressaltou que o ministério vem investindo na capacitação e qualificação profissional de fonoaudiólogos credenciados no SUS e está aberto a parcerias para melhorar o atendimento.



O coordenador-geral de Educação Ambiental e Temas Transversais da Educação Básica do Ministério da Educação, Leonardo Lapa Pedreira, disse que há oportunidades para atender às pessoas que gaguejam em programas já estabelecidos pela Pasta, como o Saúde na Escola, iniciado em 2007. Uma forma de abordar a questão, segundo ele, é incluir essa temática nas ações de prevenção de saúde dos alunos e professores.

A fonoaudióloga Renata Donadelli, da ABragagueira, informou que há cerca de 10 milhões de pessoas que gaguejam no Brasil e 360 milhões em todo o mundo. “Existe muito preconceito. Não há cura, mas a gagueira precisa ser tratada desde o aparecimento dos primeiros sintomas, da maneira mais precoce possível, por um profissional especializado”, alertou.

A presidente do Instituto Brasileiro de Fluência (IBF), Anelise Junqueira Bohnen, reforçou esse argumento ao informar que, em geral, o adulto que gagueja foi uma criança que não recebeu tratamento na hora adequada. “Há tratamentos com crianças de 2 anos que têm 98% de chances de recuperação total”, ressaltou. “Não temos cura, mas temos tratamentos e ações preventivas que fazem maravilhas”, acrescentou.

Anelise Bohnen também observou que não há amparo legal para as pessoas com gagueira se inscreverem como deficientes em concursos públicos, nem para serem incluídas nas cotas de pessoas com deficiência para serem contratadas por empresas.

Renata Donadelli propôs a adoção oficial da data de 22 de outubro como o Dia Nacional de Atenção à Gagueira, com o slogan “gagueira não tem graça; tem tratamento”.

“Precisamos tratar este assunto com severidade e respeito, e o primeiro passo é com ações educativas. A temática da gagueira e de outros problemas de fluência da fala deve ser incluída na formação dos professores e dos demais profissionais ligados à educação. Assim, todos poderão ter propriedade para abordar o assunto em sala de aula. A criança que gagueja precisa ter acesso a um professor que entenda o que é a gagueira”, disse Renata Donadelli.

A representante do Conselho Federal de Fonoaudiologia, Silvia Tavares de Oliveira, explicou que as desordens na fluência da fala podem afetar a funcionalidade do indivíduo em termos sociais, afetivos e culturais, ao restringir o seu convívio social e a sua capacidade de comunicação. “Estamos ampliando os conhecimentos sobre essa situação; o diagnóstico deve ser objetivo e formal, o que valoriza ainda mais a atuação do fonoaudiólogo nesses casos”, destacou.

Sandra Merlo, fonoaudióloga e diretora científica do IBF, explicou que a gagueira começa geralmente entre dois e cinco anos de idade. “5% das crianças começam a gaguejar e 1% delas vão se tornar adolescentes e adultos com gagueira persistente. Assim, há dois milhões de adultos com gagueira persistente no Brasil, o equivalente à população de Manaus, uma das maiores cidades do País”, informou.



A especialista observou que a gagueira gera desafios diários de comunicação na família, na escola, no mercado de trabalho e nas relações sociais: “Além disso, as pessoas têm de lidar com o preconceito e a discriminação, com situações de deboche e chacota que, no limite, geram processos judiciais por danos morais. Estão sujeitas a apelidos pejorativos e podem ter uma série de prejuízos de escolarização, socialização e no mercado de trabalho.” Ela explicou que, ao contrário do que se costuma pensar, a gagueira não é um problema de ansiedade, e sim de controle neuromotor da fala.

O deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ) salientou que temas como este unem deputados de diferentes correntes políticas em busca de soluções para as questões de saúde pública. O parlamentar elogiou a perseverança das pessoas que gaguejam na luta pela melhoria do atendimento e pelo fim dos preconceitos.

O deputado Glauber Braga leu perguntas e comentários de cidadãos que acompanhavam



os debates pelo portal e-democracia, da Câmara dos Deputados. Ele sugeriu que, em 2019, a CLP continue acompanhando o tema da gagueira e as propostas apresentadas pela sociedade civil para abordar a questão.

Além disso, pessoas que gaguejam deram testemunhos, durante a audiência, sobre as dificuldades que enfrentam no cotidiano.

“As pessoas não têm noção do preconceito sofrido na escola, no trabalho e em qualquer lugar. A maioria sofre sem rebater as discriminações. Precisamos de uma sociedade com equidade, com oportunidades iguais”, disse Daniel Barbosa, do Rio de Janeiro, produtor de um documentário sobre o assunto. Ele contou que, ao se candidatar a deputado estadual, recebeu do seu partido apenas três segundos para se pronunciar no horário eleitoral gratuito da TV, enquanto candidatos sem dificuldades de fala receberam tempos maiores.

Filipe Sepulveda Leão contou quase ter desistido da luta para enfrentar as dificuldades da gagueira, mas percebeu a importância de seguir em frente: “Aprendi que vale a pena lutar por coisas difíceis”, disse ele, que hoje se empenha para apoiar outras pessoas que gaguejam.

6.33 CLP aprova saque do PIS por trabalhador desempregado



Na reunião deliberativa ordinária de 13/11, a Comissão de Legislação Participativa (CLP) aprovou sugestão da sociedade civil para que os trabalhadores demissionários ou desempregados possam sacar os rendimentos do Programa de Integração Social (PIS). O deputado Felipe Bornier (PROS-RJ) deu parecer favorável à proposta, lido na reunião pelo deputado Celso Jacob (MDB-RJ): “Justifica-se, sem sombra de dúvida, autorizar o saque nessas situações, dado o elevadíssimo número de desempregados e as dificuldades para a retomada do crescimento econômico”, argumentou.

Atualmente, de acordo com a Lei 13.677/18, as situações que permitem o saque dos recursos do PIS são vinculadas à idade, aposentadoria, invalidez ou doença grave.

A Sugestão sobre o PIS é a 101/17, do Sindicato dos Trabalhadores de Serviços Gerais Onshore e Offshore de Macaé, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Conceição de Macabu, Quissamã e Carapebus (RJ), que agora passará a tramitar na Câmara dos Deputados como uma proposta de autoria da CLP.

Na mesma reunião, a CLP aprovou a Sugestão 150/14, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, para acrescentar emenda ao Projeto de Lei 5807/13, do Poder Executivo, que trata da regulação das atividades de mineração. De acordo com a emenda aprovada pela CLP, o projeto deixará claro que a mineração no Brasil deverá atender a diretrizes como o fomento à pesquisa, o compromisso com o desenvolvimento sustentável e a



proteção à saúde e à segurança dos trabalhadores e da população. “Trata-se de matéria de importância para o desenvolvimento do País, já que a mineração influencia vários campos da atividade econômica e social, fornecendo empregos e gerando renda para milhares de cidadãos brasileiros”, explicou o relator da proposta, deputado Felipe Bornier.

A CLP também aprovou a Sugestão 135/18, do Centro de Desenvolvimento Social Convida, que propõe a apresentação de projeto de lei para reforçar a inclusão da prática de esportes nas escolas. “Ainda não temos oferta regular e de qualidade de práticas desportivas nas escolas brasileiras, seja nas aulas de Educação Física, seja em atividades extracurriculares”, explicou o deputado Celso Jacob, ao ler o parecer de Felipe Bornier. “Há problemas na infraestrutura esportiva das escolas, a exemplo de falta de espaços adequados e ausência de quadras ou presença de quadras sem coberturas em áreas muito quentes, além de professores não licenciados. Incentivar a oferta da prática esportiva nas escolas públicas é medida de grande relevância”, acrescentou.

Com base na Sugestão 139/18, do Sindicato dos Trabalhadores de Serviços Gerais Onshore e Offshore de Macaé, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Conceição de Macabu, Quissamã e Carapebus (RJ), a CLP também aprovou Indicação, ao Poder Executivo (Ministério da Educação), para sugerir a implantação de Centros Escolares de Línguas Internacionais nas escolas públicas do ensino básico.

6.34 Seminário sobre o Protagonismo Juvenil, promovido pela CLP, teve a presença do cantor Leo Chaves, da dupla Victor & Leo, que recebeu o diploma de "Embaixador do Jovem Aprendiz", tocou bateria com estudantes e cantou um dos seus sucessos



Parlamentares e representantes do Poder Executivo e de organizações não governamentais ressaltaram no dia 20/11, em seminário promovido pela Comissão de Legislação Participativa (CLP), a importância de a sociedade cobrar o cumprimento da Lei 10.097 de 2000, que determina a contratação, por empresas de médio e grande porte, de jovens de 14 a 24 anos como aprendizes. O Seminário Nacional “Protagonismo Juvenil: Saberes, Fazeres e Direitos Conquistados pela Juventude”, que aconteceu no Auditório Nereu Ramos da Câmara, foi realizado por iniciativa do deputado Celso Jacob (MDB-RJ), com apoio do Instituto Solidário Estudantil do Empreendedor Individual (ISEEI).

O cantor Leo Chaves, da dupla Victor & Leo, recebeu durante o evento o título de "Embaixador do Jovem Aprendiz", por sua atuação em prol desta causa. Ele é o fundador e presidente do Instituto Hortense, um projeto social de educação para alunos de escolas de periferias e de áreas rurais. Leo tocou bateria junto com a Orquestra Mirim da Casa Azul, uma ONG que oferece assistência a crianças e adolescentes em cidades do Distrito Federal, e também cantou um dos sucessos da dupla, “Borboletas”.

Leo Chaves comentou a importância do seminário e do incentivo ao protagonismo juvenil por meio da aprendizagem profissional. “Para que nós tenhamos a construção de uma geração com mais altruísmo, ética, empatia e consciência social, precisamos fortalecer valores, princípios e ferramentas que potencializem, em nosso País, o engajamento de

empresários para a formação dos jovens. É um privilégio e uma honra participar desse esforço”, afirmou Leo Chaves.



O deputado Celso Jacob ressaltou que os jovens vão assumir o Brasil e precisam de apoio para seguir caminhos corretos: “A aprendizagem profissional é muito importante, para os nossos jovens, no sentido de fazer o bem e de ser alguém na vida.”

Na avaliação da deputada Erika Kokay (PT-DF), é preciso resgatar o princípio constitucional da prioridade absoluta para os direitos das crianças e adolescentes. “Eles devem ser destinatários da política de proteção integral, o que equivale a dizer que o Estado, a sociedade e família têm de entender que crianças e adolescentes devem estar em primeiro lugar no Orçamento e nas políticas públicas”, explicou. Nesse contexto, ela destacou que é fundamental para a juventude o direito de aprender uma profissão.

O deputado Julião Amin (PDT-MA) contou ter sido um aprendiz e salientou a necessidade de mais políticas públicas para evitar a exploração indevida do trabalho infantil.

A presidente do ISEEI, Maфра Meris, pediu a aprovação, pela Câmara, do Projeto de Lei 10644/18, dos deputados Celso Jacob e Pompeo de Mattos (PDT-RS), presidente da CLP, que impede a contratação, pelo governo federal, de empresas que não cumprirem a obrigatoriedade de contratação de jovens aprendizes prevista na Lei 10.097/00.

“Se esse projeto for aprovado, serão geradas 1,5 milhão de vagas de aprendizes. Ao

longo de 18 anos de vigência da lei, não passamos do preenchimento de um terço das vagas necessárias de aprendizes, por falta de fiscalização do cumprimento das cotas pelas empresas”, alertou Mafra Meris. “Precisamos gerar mais vagas, para que novos jovens possam ser protagonistas das suas vidas”, acrescentou.

A presidente da ONG Casa Azul, Daise Lourenço, também lamentou a falta de cumprimento da Lei 10.097/00. “As empresas têm receio de fazer a contratação do aprendiz. Preferem pagar as multas, e isso tem de mudar. Se a multa for maior do que o investimento a ser feito no aprendiz, com certeza a empresa irá contratar o aprendiz. Já ouvi isso de várias empresas”, lamentou.

O representante do Programa de Estágio e Jovem Aprendiz do Instituto Brasileiro Pró-Educação, Trabalho e Desenvolvimento (ISBET), Douglas Soares, também lamentou a resistência das empresas em contratar jovens aprendizes. “Este é um problema que vivemos todos os dias. Muitas vezes, as empresas descumprem as cotas por ignorância, por não saberem como cumpri-las; então, nós lançamos projetos de orientação e conscientização”, informou.

A coordenadora de Políticas Públicas do Ministério do Trabalho, Patricia Casanova, disse que a Pasta vem se empenhando para convencer as empresas a acreditarem na força e na capacidade dos jovens.



O Secretário Nacional de Juventude adjunto, Diego Antonio da Silva, foi outro debatedor a ressaltar a importância do protagonismo dos jovens. “Trata-se somente de liberar o potencial que vocês já têm, em mãos, de transformar o nosso presente e o nosso futuro. O jovem só precisa de oportunidade e o próximo governo tem de ser sensível à causa da juventude. O futuro é agora e o jovem é agora”, salientou, dirigindo-se aos estudantes da plateia.



O conselheiro fiscal da Associação Nacional das Empresas Amigas do Jovem Aprendiz, Rudimar Braz, destacou a necessidade de o Brasil apostar nos jovens. “As leis e decisões que se tomam têm de pensar urgentemente em vocês”, disse.

O presidente da Associação dos Jovens Aprendizes com Deficiência Visual, Josef Andrer de Carvalho, lamentou o fato de os jovens muitas vezes serem deixados de fora das discussões de leis e de políticas públicas. “A Lei de Aprendizagem Profissional é muito importante, porque a primeira coisa que o empregador pergunta é qual é a nossa experiência, e a nossa é só de estudar”, lembrou.

A representante do Instituto Igarapé, Dandara Tinoco, alertou que os jovens de 15 a 29 anos, sobretudo negros e do sexo masculino, são as vítimas de mais de metade dos homicídios no Brasil. Segundo ela, os programas para capacitação e inserção profissional dos jovens, assim como as iniciativas de combate à evasão escolar e de revitalização dos espaços urbanos, são fundamentais para reduzir a vulnerabilidade e a exposição dos jovens à violência. “Segurança pública é uma condição para o desenvolvimento”, ressaltou.

Samuel Oliveira, diretor do Conselho Nacional da Juventude, disse que os jovens precisam acompanhar e cobrar a execução das políticas públicas e o cumprimento das leis criadas para beneficiá-los, como o Estatuto da Juventude (Lei 12.852/13): “Políticas públicas existem, mas, para que saiam do papel, é necessário que haja um acompanhamento de perto por cada um de vocês.”

6.35 Entidades da sociedade civil recebem o reconhecimento da CLP por sua atuação na Câmara dos Deputados



A Comissão de Legislação Participativa (CLP) entregou no dia 21/11, em cerimônia no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, o Selo de Participação Legislativa 2018, destinado às entidades da sociedade civil organizada que tiveram atuação mais relevante na Casa no ano anterior. Foi a quinta edição do prêmio, cujo objetivo é estimular a atuação da sociedade civil no processo legislativo em parceria com a CLP — que recebe, das organizações cadastradas, sugestões de projetos de lei, de emendas ao Orçamento da União e de realização de audiências públicas, entre outras propostas.

O presidente da CLP, deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), apresentou durante a cerimônia uma nova ferramenta digital que facilita ainda mais o encaminhamento de propostas à comissão: a Sugestão Eletrônica, que permite o cadastramento das entidades e o encaminhamento de sugestões pela página da CLP no Portal da Câmara dos Deputados. Os mecanismos tradicionais, como os correios e o correio eletrônico, também podem continuar sendo usados pelas organizações que preferirem.

Pompeo de Mattos falou sobre a importância do Selo de Participação Legislativa. “A Câmara não pode buscar saber a vontade dos brasileiros apenas de quatro em quatro anos. Este prêmio é um estímulo a mais para que as reivindicações da sociedade sejam interpretadas pela CLP”, ressaltou o presidente.

A 1ª vice-presidente da CLP, deputada Flávia Morais (PDT-GO), disse que a comissão é uma das mais importantes da Câmara, pelo fato de facilitar o acesso da população às decisões da Casa.

Também integrante do colegiado, o deputado Julião Amin (PDT-MA) ressaltou que a CLP é a ponte entre o povo e o Parlamento: “Este evento fortalece a democracia, ao reconhecer a importância da sociedade civil organizada na elaboração das leis.”

O deputado Arnaldo Faria de Sá (PP-SP) participou da solenidade e destacou a relevância da atuação da CLP: “Muitas propostas que tramitam na Câmara passaram inicialmente pela CLP, que abre as portas da Câmara para o povo.”

Na avaliação do deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG), a CLP permite que os cidadãos defendam as suas propostas independentemente da iniciativa dos deputados, que precisam analisá-las.

“A CLP está sempre aberta aos anseios da comunidade”, acrescentou o deputado Celso Jacob (MDB-RJ).

Veja quais foram as entidades premiadas e o que disseram os seus representantes durante a cerimônia. Na categoria de maior número de sugestões apresentadas em 2017, as vencedoras foram:



1º lugar: Sindicato dos Trabalhadores de Serviços Onshore e Offshore de Macaé, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Conceição de Macabu, Quissamã e Carapebus/RJ – 13 sugestões.

“Este prêmio é de grande valia não só para o sindicato, mas para todos os nossos trabalhadores, que têm a sua atuação reconhecida pelo Parlamento”, Joelson Nunes, presidente.

2º lugar: Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) – 6 sugestões.



“É com grande satisfação que recebemos este prêmio. O BNB é importante banco nacional de desenvolvimento e atua para reduzir as desigualdades, gerar empregos e renda e melhorar as condições de vida dos trabalhadores”, Rita Josina Feitosa da Silva, presidente.

3º lugar: Centro de desenvolvimento social (Convida) – 5 sugestões.

O prêmio foi recebido pela vice-presidente do Convida, Marcela Viana Neves, que fez um breve agradecimento à CLP.

Na modalidade de maior número de sugestões aprovadas, as vencedoras foram:

1º lugar: Sindicato dos Trabalhadores de Serviços Onshore e Offshore de Macaé, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Conceição de Macabu, Quissamã e Carapebus/RJ – 6 sugestões.

2º lugar: Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil — 3 sugestões.

3º lugar: Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte – 1 sugestões.

O presidente da entidade, Vitor Penido de Barros, é o atual prefeito de Nova Lima (MG) e teve dois mandatos como deputado federal. “Em 2019, a nossa associação continuará encaminhando à CLP, sugestões para os problemas dos municípios, em especial nas áreas de saúde, educação e esporte”, disse Penido, ao receber o prêmio.

Já na categoria de maior número de participantes em eventos propostos pelas entidades, são premiadas:

1º lugar: ONG SOS Segurança Dá Vida – 300 participantes.

“Graças à CLP, hoje as guardas municipais do Brasil têm o seu estatuto e lutam agora pelo nascimento da Polícia Municipal”, disse o presidente da entidade, Maurício Domingues Naval.

2º lugar: Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – 180 participantes.

3º lugar: Instituto Solidário Estudantil do Empreendedor Individual (ISEEI) – 104 participantes.

“O meu coração está hoje cheio de gratidão e alegria. A CLP não é só a porta de entrada da sociedade no Parlamento. Ela entrelaça o Legislativo ao povo e é a nossa porta-voz. Crescemos muito graças à parceria com a CLP”, afirmou a presidente do ISEEI, Mafra Meris.

Na quarta categoria: “Entidades que realizaram atividades relevantes à sociedade brasileira”, a CLP escolheu as seguintes organizações:

1º lugar: Instituto Doméstica Legal.

“Há 13 anos, temos parceria com a CLP para lutar pela melhoria do emprego doméstico. Dentro da legislação que regulamentou esse trabalho, boas ideias partiram desta comissão”, ressaltou o presidente Mario Avelino.

2º lugar: Associação Nacional dos Aposentados, Deficientes, Idosos, Pensionistas e dos Segurados da Previdência Social (Anadips).

“Esta comissão é a interface do Parlamento com a sociedade, e receber este reconhecimento é uma grande honra para nós”, disse o presidente da Anadips, Clodoaldo Nery Jr. O escritor mirim brasileiro Ryan Maia, de 7 anos, também recebeu o prêmio como “embaixador da Anadips” e transmitiu a sua mensagem sobre a atuação da entidade: “É de suma importância a luta para dar mais proteção aos trabalhadores.”

3º lugar: Instituto Cuidar Jovem

“Temos realizado vários eventos de grande relevância em parceria com a CLP, como os debates sobre os riscos da legalização da maconha, os efeitos do álcool na sociedade e os perigos das bebidas energéticas”, lembrou o fundador do instituto, Marcos Daudt.



6.36 Debatedores cobram reconhecimento da ultrassonografia como especialidade médica independente



Em audiência pública promovida pela Comissão de Legislação Participativa (CLP) no dia 27/11, especialistas pediram o reconhecimento da ultrassonografia como área de atuação e especialidade médica independente. Os debatedores também defenderam a adoção do dia 21 de agosto como Dia Nacional do Médico Ultrassonografista, pelo fato de ser a data em que foi fundada a Sociedade Brasileira de Ultrassonografia (SBUS), em 1993. A audiência aconteceu por iniciativa dos deputados Flávia Moraes (PDT-GO) e Glauber Braga (PSOL-RJ).

O presidente da SBUS, Rui Gilberto Ferreira, explicou que a adoção da data comemorativa daria mais visibilidade à importância da ultrassonografia. “A história da medicina se confunde com a própria história da humanidade, e temos uma medicina antes e outra depois da ultrassonografia, que é uma extensão da mão e do olho do médico, pelo fato de aperfeiçoar muito as ações de diagnóstico e terapêutica”, ressaltou.

Ele informou que o uso da ultrassonografia no mundo começou mais efetivamente a partir dos anos 40, com grandes avanços nos anos 60, 70 e 80 do século passado. No Brasil, o primeiro aparelho chegou em 1971.

O vice-presidente da Sociedade Goiana de Ginecologia e Obstetrícia, Reisson Serafim Cruz, salientou a importância da ultrassonografia na obstetrícia: “É uma ferramenta simples e barata, um exame que não demanda muita tecnologia, como uma ressonância ou tomografia, e contribui inclusive para a redução de gastos na saúde pública”.

Segundo ele, todos os anos no Brasil cerca de 340 mil bebês nascem prematuros, ou seja, antes de completada a 37ª semana de gestação. “Isso equivale a 931 bebês prematuros por dia, que podem ter muitas complicações e falecer em função da prematuridade. Um exame simples de ultrassom endovaginal, que dura cinco minutos e tem o resultado na hora, seleciona a



gestante que vai para um pré-natal de alto risco e aquela que vai para um pré-natal de baixo risco, com menos gastos públicos”, explicou.

Outra aplicação do exame, conforme destacou Reisson Cruz, é a identificação de fetos anencéfalos. “É algo que pode ser detectado precocemente e dar a opção, para a gestante, de como ela vai conduzir a gestação”.

Além disso, ele salientou que a ultrassonografia pode ajudar na prevenção da pré-eclâmpsia, uma doença da gestação que pode causar uma série de transtornos para a saúde da mulher e até a sua morte. “Podemos diminuir mortalidade materno-fetal com essa ferramenta simples”, afirmou.

A deputada Flávia Morais apoiou a proposta de reconhecimento da ultrassonografia como área de atuação da medicina. “Acompanho o trabalho de ultrassonografia e sei a importância desse exame na vida das pessoas, principalmente na prevenção de doenças. É importante valorizar esse profissional, essa área de atuação, para que tenhamos cada vez mais diagnósticos rápidos e precisos sem comprometer a saúde dos pacientes”, concluiu.

6.37 Audiência Pública em Comemoração aos 10 anos da articulação para a Lei de Cotas



Em 28 de novembro de 2018 na Câmara dos Deputados ocorreu audiência pública em comemoração aos dez anos da articulação para a Lei de Cotas (12.711/2012). A audiência foi requerida pelo deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS), e encontra-se sob o nº 228/2018. Participaram desta audiência o representante do Movimento dos Sem Universidades – MSU, o representante da Educação de Afrodescendentes – Educafro, o vice-coordenador das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB e o ex-secretário executivo do Ministério da Educação.

Em todo o debate, a Lei de Cotas foi considerada em sua importância e na sua necessidade de fortalecimento. Destacou-se a Lei de Cotas como uma ferramenta de redução das desigualdades no sistema educacional e de construção de uma sociedade mais equânime. Seu amplo alcance, por se estender não somente a negros e pardos, mas também a pessoas com baixa renda familiar e a indígenas, também foi ressaltado.

Enfatizou-se a necessidade de fortalecer as políticas de assistência estudantil, para a redução dos problemas que enfrentam os alunos que ingressam na universidade pelo sistema de cotas, entre eles a dificuldade de se manter estudando devido à baixa renda.

Os deputados Ronaldo Lessa (PDT/AL) e Reginaldo Lopes (PT/MG) corroboraram com os expositores e reafirmaram a importância da referida Lei para a sociedade brasileira, assim como enfatizaram a necessidade do fortalecimento da mesma para os próximos anos.

O requerente da audiência pública, deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS), salientou a importância das exposições e relembrou a articulação política realizada na Câmara dos Deputados durante a tramitação do PLC nº 180, de 2008 que gerou a norma nº 12.711/2012, a chamada Lei de Cotas.

6.38 Reunião Deliberativa que tratou de matérias como Fundo Nacional para o Semiárido, desmatamento zero, restituição do INSS do empregador doméstico e a importância de ambulâncias em eventos públicos



No dia 05 de dezembro de 2018, foi realizada Reunião Deliberativa Ordinária, presidida pelo Deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS), com o intuito de deliberar sobre sugestões da Comissão de Legislação Participativa – CLP.

Primeiramente, de acordo com o parecer do relator Dep. Patrus Ananias, foi aprovada a Sugestão nº 119/2017, da Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil, para realização de audiência pública a fim de debater políticas públicas para a região do Semiárido e a criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento do Semiárido. A Diretora-presidente, Rita Josina Feitosa da Silva, participou da discussão da Sugestão, por videoconferência, e defendeu a importância da realização do evento.

Em seguida, foram apreciados os pareceres do Deputado Eros Biondini às Sugestões nºs 40/2015, 157/2018 e 164/2018. A primeira Sugestão (nº40/2015), de autoria da Greenpeace do Brasil, recebeu parecer favorável à realização de “Mesa Redonda para discutir o desmatamento zero e sua importância para o Brasil”.

A Sugestão nº 157/2018, do Instituto Cuidar Jovem, para tornar obrigatória a instalação de ambulatório médico móvel ou fixo em shows e competições esportivas e outros eventos públicos, tanto ao ar livre como em ambientes fechados foi aprovada, de acordo com o relatório do Deputado Eros Biondini, na forma de um Projeto de Lei.



Por último, foi aprovada a Sugestão nº 164/2018, do Instituto Doméstica Legal, que propõe a apresentação de “Projeto de Lei para tornar permanente a restituição do INSS do empregador doméstico na Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda”. Antes de ser apreciado o parecer favorável à matéria, o senhor Mário Avelino, representante do Instituto, manifestou-se, por videoconferência, enfatizando a importância da matéria.

Ao final, o Presidente fez referência ainda a presença de parlamentares do Rio Grande do Sul, o prefeito Jacques Gonçalves Barbosa, os vereadores Pedro Silvestre Perkoski e Vinícius Damião Makvitz, que acompanharam a reunião, frisando o trabalho desempenhado em suas respectivas regiões.

6.39 Audiência pública sobre o Equacionamento do Plano Petros (PPS), a privatização da Petrobras e as suas responsabilidades com o plano



Em 12 de dezembro de 2018, realizou-se audiência pública para tratar sobre o equacionamento do Plano Petros (PPS), a privatização da Petrobras e as suas responsabilidades com o plano, em atendimento às sugestões nº 149/2018 e 156/2018, do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro. Participaram da audiência o Diretor-Geral da Associação Nacional dos Petroleiros e Petroleiras – ANPP, o Diretor da Federação Única dos Petroleiros – FUP, o Secretário-Geral da Federação Nacional dos Petroleiros – FNP e o Coordenador-Geral de Processo Sancionador da Diretoria de Fiscalização e Monitoramento da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Os representantes da ANPP, FUP e FNP argumentaram de forma consensual que o atual Plano Petros não contempla de forma eficaz os trabalhadores do setor por estar embasado em cálculos que, na visão dos expositores, são prejudiciais aos beneficiários do fundo de pensão. Enfatizaram ainda o fato de a composição funcional da Petros ter relação com as patrocinadoras do Plano, pois assim sendo, não haveria possibilidade de maior fiscalização e participação por parte dos integrantes do fundo de pensão.

Em oposição aos argumentos expostos acima, o representante da PREVIC que expôs o caráter administrativo da mesma em relação à Petros.



Alertou ainda para resoluções de autoria do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC que normatizam o funcionamento dos fundos de pensões e trazem normas para possíveis equacionamentos. O Sr. Hilton de Enzo Mitsunaga, representante da PREVIC, salientou ainda que uma possibilidade a ser discutida pelos integrantes do Plano Petros tange sobre a extensão do prazo temporal ao qual o equacionamento deve ser implementado aos participantes do fundo de pensão e, assim, diminuir os impactos econômicos aos colaboradores.

Ademais, o presidente da CLP, deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS), e a deputada Erika Kokay (PT/DF) lembraram aos presentes a importância dos fundos de pensões para diversos grupos laborais que se beneficiam dos mesmos e para o Estado. Expuseram ainda a importância social e econômica que a Petrobras detém no âmbito social e financeiro do país, enfatizando a necessidade da preservação da mesma a médio e longo prazo.

7. SUGESTÕES LEGISLATIVAS

7.1 Sugestões APROVADAS na CLP em 2018

Proposições:	Autor:	Situação na CD:
<p>SUG 197/2010</p> <p>Sugere Projeto de Lei para criar o Conselho Nacional dos Direitos Indígenas.</p> <p>RELATOR: Dep. Lincoln Portela (PR-MG), pela aprovação, na forma do Projeto de Lei apresentado.</p>	<p>Associação Pankararu Fonte da Serra</p>	<p>Originou o PL nº 10.750/18</p>
<p>SUG 238/2010</p> <p>Sugere a realização de reunião de audiência pública para discutir o tema: "Taxas, Custas, Despesas e Emolumentos no Sistema Judicial".</p> <p>RELATOR: Dep. Marcos Rogério (DEM-RO), pela aprovação nos termos do requerimento apresentado.</p>	<p>Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul</p>	<p>CLP - Aguardando Providências Internas</p>
<p>SUG 23/2011</p> <p>Sugere a apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 6.959/2010, que 'dispõe sobre a regulamentação da profissão de Terapeuta Naturista'.</p> <p>RELATORA: Dep. Erika Kokay (PT-DF), pela aprovação, na forma do Projeto de Lei apresentado.</p>	<p>Assoc. Terapeutas Naturalistas Alternativos na Saúde e Cultura do Brasil</p>	<p>Originou o PL nº 10.313/18</p>
<p>SUG 148/2014</p> <p>Sugere Projeto de Lei, visando alterar a Lei 8.213/91, para que o produtor rural, que tenha até dois empregados, seja considerado segurado especial da Previdência Social.</p> <p>RELATOR: Dep. Pompeo de Mattos (PDT-RS), pela aprovação na forma da Proposta de Emenda à Constituição apresentada.</p>	<p>Sindicato dos Produtores Rurais de Juazeiro/BA</p>	<p>CLP - Aguardando encaminhamento.</p>
<p>SUG 150/2014</p> <p>Sugere Emendas ao Projeto de Lei nº 5807/2013, do Poder Executivo, que "dispõe sobre a atividade de mineração, cria o Conselho Nacional de Política Mineral e a Agência Nacional de Mineração - ANM, e dá outras providências".</p> <p>RELATOR: Dep. Felipe Bornier (PROS-RJ), pela aprovação, na forma da emenda ao PL 5.807/2013 apresentada.</p>	<p>Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria</p>	<p>CLP - Aguardando Encaminhamento</p>

[SUG 78/2016](#)

Sugere à Comissão de Legislação Participativa Projeto de Lei que modifica a Lei nº 12.651/12, que "estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos".

RELATOR: Dep. Patrus Ananias (PT-MG), pela aprovação, na forma do Projeto de Lei apresentado.

[SUG 101/2017](#)

Sugere a apresentação de Projeto de Lei que dispõe sobre a autorização para que os empregados demissionários ou desempregados possam sacar os rendimentos do Programa de Integração Social - PIS.

RELATOR: Dep. Felipe Bornier (PROS-RJ), pela aprovação, nos termos do Projeto de Lei apresentado.

[SUG 109/2017](#)

Sugere Projeto de Lei que dispõe sobre a gestão e diminuição do consumo de água nas repartições públicas.

RELATOR: Dep. Lincoln Portela (PRB-MG), pela aprovação, na forma do Projeto de Lei apresentado.

[SUG 111/2017](#)

Sugere a realização de seminário de sustentabilidade e organização das comunidades tradicionais de terreiro, a ser realizado em Brasília, pela Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados.

RELATOR: Dep. Erika Kokay (PT-DF), pela aprovação, na forma do Requerimento apresentado.

Associação de Moradores do Setor Jôquei Clube	Originou o PL nº 10.982/18
SINTEPSGAP	Originou o PL nº 11.028/18
Associação Energia Solar Ocidental-Asfour ES0-A	Originou o PL nº 10.394/18
Coletivo de Entidades Negras da Bahia - CEN-BA	CLP - Aguardando Providências Internas

[SUG 118/2017](#)

Sugere projeto de lei, que "altera a Lei nº 7.783/89, para vedar ao empregador o desconto pelos dias não trabalhados, decorrente de paralisação por motivo de atraso de pagamento de salário e de recolhimento de contribuição previdenciária ou FGTS".

RELATOR: Dep. Felipe Bornier (PROS-RJ), pela aprovação, na forma do Projeto de Lei apresentado.

[SUG 121/2017](#)

Sugere a realização de audiência pública para debater uma nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR.

RELATOR: Dep. Pompeo de Mattos (PDT-RS), pela aprovação, na forma do Requerimento apresentado.

[SUG 131/2017](#)

Sugere a realização de "audiência pública para debater sobre a taxa de juros dos Fundos Constitucionais, tendo em vista a nova Taxa de Longo Prazo - TLP e o Coeficiente de Desequilíbrio - CDR, previsto na Lei nº 13.340/2017".

RELATOR: Relator, Dep. Pompeo de Mattos (PDT-RS), pela aprovação na forma do requerimento apresentado.

[SUG 135/2018](#)

Sugere projeto de lei para "inclusão de práticas de esportes nas escolas".

RELATOR: Dep. Felipe Bornier (PROS-RJ), pela aprovação, na forma do Projeto de Lei apresentado.

[SUG 136/2018](#)

Sugere projeto de lei para considerar o dia 8 (oito) de março como feriado nacional pelo Dia Internacional da Mulher.

RELATORA: Dep. Erika Kokay (PT-DF), pela aprovação, na forma do Projeto de Lei apresentado.

SINTEPSGAP	Originou o PL nº10.468/18
Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil	CLP - Aguardando Providências Internas
Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil	CLP - Aguardando Providências Internas
Centro de Desenvolvimento Social Convida	Originou o PL nº 11.027/18
Centro de Desenvolvimento Social Convida	Originou o PL nº 10.752/18

[SUG 139/2018](#)

Sugere projeto de lei para implantar "Centro Escolar de Línguas Internacionais".

RELATOR: Dep. Felipe Bornier (PROS-RJ), pela aprovação, na forma da Indicação apresentada.

[SUG 143/2018](#)

Sugere projeto de lei para inclusão de cursos de qualificação profissional no PRONATEC.

RELATOR: Dep. Lincoln Portela (PR-MG), pela aprovação, na forma do Requerimento de Indicação apresentado.

[SUG 146/2018](#)

Sugere Proposta de Emenda Constitucional que altera o art. 62 da Constituição Federal para vedar edição de medida provisória que trate de matéria de Direito Previdenciário e Direito do Trabalho.

RELATORA: Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), pela aprovação na forma da Proposta de Emenda à Constituição apresentada.

[SUG 147/2018](#)

Sugere projeto de lei de "isenção de impostos na aquisição de veículos novos para professores".

RELATOR: Dep. Pompeo de Mattos (PDT-RS), pela aprovação, na forma do Projeto de Lei apresentado.

[SUG 149/2018](#)

Sugere a realização de audiência pública para discutir o "Equacionamento do Plano Petros (PPSP), a privatização da Petrobrás e as suas responsabilidades com o plano".

RELATOR: Dep. Pompeo de Mattos (PDT-RS), pela aprovação na forma do Requerimento apresentado.

[SUG 150/2018](#)

Sugere a realização do X Seminário de Guardas Municipais e Segurança Pública.

RELATOR: Dep. Pompeo de Mattos (PDT-RS), pela aprovação na forma do requerimento apresentado.

SINTEPSGAP	Originou a INC nº 5.638/18
SINTEPSGAP	Originou a INC nº 5.363/18
Associação Nacional dos Aposentados, Deficientes, Idosos, Pensionistas e dos Segurados da Previdência Social - ANADIPS	Originou a PEC nº 442/18
Instituto Nacional Elogística Reversa	Originou o PL nº 10.751/18
Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro - SINDIPETRO	CLP - Aguardando Providências Internas
ONG - SOS Segurança dá Vida	CLP – Seminário realizado em 13 de junho de 2018.

[SUG 153/2018](#)

Sugere projeto de lei para dispor que o trabalhador maior de 60 (sessenta) anos de idade e analfabeto deverá ser assistido por sindicato ou pelo Ministério do Trabalho e Emprego, no momento da rescisão contratual.

RELATOR: Dep. Felipe Bornier (PROS-RJ), pela aprovação, na forma do Projeto de Lei apresentado.

[SUG 156/2018](#)

Sugere a realização de audiência pública para discussão do tema "Equacionamento do Plano Petros (PPSP), a privatização da Petrobrás e as suas responsabilidades com o plano".

RELATOR: Dep. Glauber Braga (PSOL-RJ), pela aprovação na forma do Requerimento apresentado.

[SUG 40/2015](#)

Solicita Mesa Redonda para discutir o desmatamento zero e sua importância para o Brasil".

RELATOR: Dep. Eros Biondini (PROS-MG), pela aprovação, na forma do Requerimento apresentado.

[SUG 119/2017](#)

Sugere a realização de audiência pública para debater políticas públicas para a região do Semiárido e a criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento do Semiárido".

RELATOR: Dep. Patrus Ananias (PT-MG), pela aprovação, na forma do Requerimento apresentado.

[SUG 157/2018](#)

Sugere projeto de lei para "tornar obrigatória a instalação de ambulatório médico móvel ou fixo em shows e competições esportivas e outros eventos públicos, tanto ao ar livre como em ambientes fechados".

RELATOR: Dep. Eros Biondini (PROS-MG), pela aprovação, na forma do Projeto de Lei apresentado.

SINTEPSGAP	Originou o PL nº 10.467/18
Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro - SINDIPETRO	CLP - Aguardando Providências Internas
Greenpeace do Brasil	CLP - Aguardando Providências Internas
Associação dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil	CLP - Aguardando Providências Internas
Instituto Cuidar Jovem	Originou o PL nº 11.182/2018

[SUG 164/2018](#)

Sugere Projeto de Lei para tornar permanente a restituição do INSS do empregador doméstico na Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda".

RELATOR: Dep. Eros Biondini (PROS-MG), pela aprovação, na forma do Projeto de Lei apresentado.

Instituto Doméstica Legal	Originou o PL nº 11.181/2018
---------------------------	------------------------------

7.2 - Sugestões REJEITADAS na CLP em 2018

Proposição	Ementa	Autoria	Última ação
<u>SUG 252/2006</u>	Sugere alteração na Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, que concede anistia e dá outras providências. Explicação: Limita o valor da indenização paga pela Lei de Anistia a 100 (cem) salários mínimos, devendo ser paga a quem efetivamente comprovar o prejuízo profissional decorrente da ditadura militar.	Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul	25/05/2018
<u>SUG 107/2014</u>	Sugere Projeto de Lei que visa alterar a ementa da Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, restaurando a redação anterior daquele diploma legal, modificada pela Lei n. 12. 376, de 2010.	Associação Antiga e Iluminada Sociedade Banksiana	12/11/2018
<u>SUG 108/2014</u>	Sugere Projeto de Lei que dispõe sobre a constituição de enfiteuses e sub-enfiteuses, altera o disposto no artigo 1225 do Código Civil e revoga o artigo 2038 desse diploma legal.	Associação Antiga e Iluminada Sociedade Banksiana	25/05/2018
<u>SUG 7/2015</u>	Sugere Projeto de Lei que visa estabelecer multa pecuniária anual para os veículos automotores que extrapolarem o índice de emissão de gases estabelecidos por órgãos competentes	Associação Energia Solar Ocidental-Asfour ES0-A	04/07/2018
<u>SUG 53/2016</u>	Sugere Projeto de Lei que altera o art. 614 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, que trata do registro das convenções coletivas de trabalho junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.	SINTEPSGAP	13/11/2018
<u>SUG 125/2017</u>	Sugere Projeto de Lei que dispõe sobre o descarte adequado de resíduos de cigarros, maços de papel, plásticos e alumínio.	Associação Energia Solar Ocidental-Asfour ES0-A	12/11/2018
<u>SUG 128/2017</u>	Sugere projeto de lei para estabelecer que o ensino fundamental seja ministrado em horário integral.	Centro de Desenvolvimento Social Convida	17/05/2018
<u>SUG 133/2017</u>	Sugere projeto de lei para "impedir o corte de fornecimento de água e energia elétrica por falta de pagamento".	Centro de Desenvolvimento Social Convida	12/11/2018
<u>SUG 134/2017</u>	Sugere projeto de lei para "implantar complexo universitário em todos os municípios".	Centro de Desenvolvimento Social Convida	12/11/2018
<u>SUG 144/2018</u>	Sugere projeto de lei para excluir a exigência da certificação da ABRACO em cursos de qualificação e treinamentos.	SINTEPSGAP	12/11/2018
<u>SUG 163/2018</u>	Sugere Projeto de Lei que cria programa habitacional popular para beneficiários do programa Bolsa Família.	Centro de Desenvolvimento Social Convida	23/11/2018
<u>SUG 93/2013</u>	Sugere projeto de lei que dispõe sobre a "Lei Orgânica da Controladoria-Geral da União, Organização do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências".	Sindicato Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle - UNACON SINDICAL	05/12/2018

7.3 – Sugestões APRESENTADAS na CLP em 2018

SUG 135/2018

Ementa: Sugere projeto de lei para "inclusão de práticas de esportes nas escolas".

Autoria: Centro de Desenvolvimento Social Convida

SUG 136/2018

Ementa: Sugere projeto de lei para considerar o dia 8 (oito) de março como feriado nacional pelo Dia Internacional da Mulher.

Autoria: Centro de Desenvolvimento Social Convida

Situação: Originou o PL nº 10.752/2018

SUG 137/2018

Ementa: Sugere projeto de lei para incluir a prática de músicas instrumentais nas escolas públicas.

Autoria: Centro de Desenvolvimento Social Convida

SUG 138/2018

Ementa: Sugere projeto de lei para estabelecer que todas as escolas públicas deverão ter salas de informática.

Autoria: Centro de Desenvolvimento Social Convida

SUG 139/2018

Ementa: Sugere projeto de lei para implantar "Centro Escolar de Línguas Internacionais".

Autoria: Sindicato dos Trabalhadores de Serviços Gerais Onshore e Offshore de Macaé, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Conceição de Macabu, Quissamã e Carapebus/RJ

SUG 140/2018

Ementa: Sugere projeto de lei que dispensa a apresentação de código sindical às agências da Caixa Econômica Federal, a fim de facilitar o recolhimento e repasse da contribuição sindical.

Autoria: Sindicato dos Trabalhadores de Serviços Gerais Onshore e Offshore de Macaé, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Conceição de Macabu, Quissamã e Carapebus/RJ

SUG 141/2018

Ementa: Sugere proposta de emenda constitucional que altera a redação do art. 8º, I, da Constituição Federal.

Autoria: Sindicato dos Trabalhadores de Serviços Gerais Onshore e Offshore de Macaé, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Conceição de Macabu, Quissamã e Carapebus/RJ

SUG 142/2018

Ementa: Sugere emenda à PEC nº 287/2016 para acrescentar o § 14 e incisos I, II e III ao artigo 201 do texto constitucional e acrescentar o § 22 e inciso I ao artigo 40 do texto constitucional.
Autoria: Associação Civil Educacional Carrossel de Esperança

SUG 143/2018

Ementa: Sugere projeto de lei para inclusão de cursos de qualificação profissional no PRONATEC.

Autoria: Sindicato dos Trabalhadores de Serviços Gerais Onshore e Offshore de Macaé, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Conceição de Macabu, Quissamã e Carapebus/RJ
Situação: Originou a INC nº 5.363/2018

SUG 144/2018

Ementa: Sugere projeto de lei para excluir a exigência da certificação da ABRACO em cursos de qualificação e treinamentos.

Autoria: Sindicato dos Trabalhadores de Serviços Gerais Onshore e Offshore de Macaé, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Conceição de Macabu, Quissamã e Carapebus/RJ
Situação: Rejeitada em 31/10/2018

SUG 145/2018

Ementa: Sugere emenda ao Projeto de Lei nº 3.883/2015, para acrescentar inciso X no artigo 11 e alterar a redação dos artigos 19 e 20 da Lei 8.429/1992.

Autoria: Ordem dos Trabalhadores do Brasil

SUG 146/2018

Ementa: Sugere Proposta de Emenda Constitucional que altera o art. 62 da Constituição Federal para vedar edição de medida provisória que trate de matéria de Direito Previdenciário e Direito do Trabalho.

Autoria: Associação Nacional dos Aposentados, Deficientes, Idosos, Pensionistas e dos Segurados da Previdência Social – ANADIPS

Situação: Originou a PEC nº 442/2018

SUG 147/2018

Ementa: Sugere projeto de lei de "isenção de impostos na aquisição de veículos novos para professores".

Autoria: Instituto Nacional Elogística Reversa

Situação: Originou o PL nº 10.751/2018

SUG 148/2018

Ementa: Sugere projeto de lei de "isenção de impostos na aquisição de veículos novos para formandos universitários".

Autoria: Instituto Nacional Elogística Reversa

SUG 149/2018

Ementa: Sugere a realização de audiência pública para discutir o "Equacionamento do Plano Petros (PPSP), a privatização da Petrobrás e as suas responsabilidades com o plano".

Autoria: Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro – SINDIPETRO

SUG 150/2018

Ementa: Sugere a realização do X Seminário de Guardas Municipais e Segurança Pública.

Autoria: ONG - SOS Segurança dá Vida

Situação: Seminário realizado em 13 de junho de 2018.

SUG 151/2018

Ementa: Sugere Proposta de Emenda Constitucional que "altera o art. 5º, inciso XLII, da Constituição Federal, para tornar imprescritíveis os crimes de sonegação das contribuições sociais que financiam a Seguridade Social, a sonegação das contribuições previdenciárias e os crimes de apropriação indébita referente às contribuições previdenciárias".

Autoria: Associação Nacional dos Aposentados, Deficientes, Idosos, Pensionistas e dos Segurados da Previdência Social - ANADIPS

SUG 152/2018

Ementa: Sugere projeto de lei que "altera a Lei nº 12.158, de 28 de dezembro de 2009, que 'dispõe sobre o acesso às graduações superiores de militares oriundos do Quadro de Taifeiros da Aeronáutica' e dá outras providências".

Autoria: Associação do Pessoal Ativo e Inativo da Aeronáutica

SUG 153/2018

Ementa: Sugere projeto de lei para dispor que o trabalhador maior de 60 (sessenta) anos de idade e analfabeto deverá ser assistido por sindicato ou pelo Ministério do Trabalho e Emprego, no momento da rescisão contratual.

Autoria: Sindicato dos Trabalhadores de Serviços Gerais Onshore e Offshore de Macaé, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Conceição de Macabu, Quissamã e Carapebus/RJ

Situação: Transformada no PL nº 10.467/2018

SUG 154/2018 CLP

Ementa: Sugere a realização de seminário que trate da Reforma do Código de Processo Penal, com enfoque ao título V-Do Direito da Vítima, para debater a redução ou extinção da progressão de penas dos crimes hediondos.

Autoria: Associação Comercial da Vila Planalto

SUG 155/2018 CLP

Ementa: Sugere a realização de seminário que trate da Reforma do Código de Processo Penal, com enfoque ao título V-Do Direito da Vítima, para debater a redução ou extinção da progressão de penas dos crimes hediondos.

Autoria: Associação Comercial da Vila Planalto

Situação: Arquivada a pedido do autor.

SUG 156/2018

Ementa: Sugere a realização de audiência pública para discussão do tema "Equacionamento do Plano Petros (PPSP), a privatização da Petrobrás e as suas responsabilidades com o plano".

Autoria: Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro – SINDIPETRO

SUG 157/2018

Ementa: Sugere projeto de lei para "tornar obrigatória a instalação de ambulatório médico móvel ou fixo em shows e competições esportivas e outros eventos públicos, tanto ao ar livre como em ambientes fechados".

Autoria: Instituto Cuidar Jovem

SUG 158/2018

Ementa: Sugere a realização de audiência pública para debater mudanças no texto da Emenda Constitucional nº 95/2016, que "altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências".

Autoria: Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais

SUG 159/2018

Ementa: Sugere Proposta de Emenda Constitucional para alterar o texto da Emenda Constitucional nº 95/2016, que "altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências".

Autoria: Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais

SUG 160/2018

Ementa: Sugere alteração no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para priorização e acompanhamento de projetos de lei nascidos de sugestões da sociedade civil na CLP.

Autoria: Instituto Doméstica Legal

SUG 161/2018

Ementa: Sugere a criação da "Comissão de Fiscalização de respeito às leis".

Autoria: Instituto Doméstica Legal

SUG 162/2018

Ementa: Sugere Projeto de Lei para inserção nos sites das instituições públicas e privadas de um banner eletrônico e um link alusivos à campanha de doação de órgãos coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

Autoria: Associação Civil Educacional Carrossel de Esperança

SUG 163/2018

Ementa: Sugere Projeto de Lei que cria programa habitacional popular para beneficiários do programa Bolsa Família.

Autoria: Centro de Desenvolvimento Social Convida

SUG 164/2018

Ementa: Sugere Projeto de Lei para tornar permanente a restituição do INSS do empregador doméstico na Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda.

Autoria: Instituto Doméstica Legal

SUG 165/2018

Ementa: Sugere projeto de lei para liberar subvenção para entidades do terceiro setor que prestam serviços sociais.

Autoria: Centro de Desenvolvimento Social Convida

SUG 166/2018

Ementa: Sugere projeto de lei para dispor que o acordo extrajudicial entre empregado e empregador tenha força de lei e não possa ser revogado pela Justiça do Trabalho.

Autoria: Sindicato dos Trabalhadores de Serviços Gerais Onshore e Offshore de Macaé, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Conceição de Macabu, Quissamã e Carapebus/RJ

SUG 167/2018

Ementa: Sugere projeto de lei para banir sacolas plásticas de circulação em supermercados, hipermercados, mercearias, padarias, confeitarias, lojas de vestuários e outros estabelecimentos comerciais.

Autoria: Associação Energia Solar Ocidental-Asfour ES0-A

SUG 168/2018

Ementa: Sugere projeto de lei para estabelecer convênio com o Ministério da Saúde para tratamento de dependência química.

Autoria: Centro de Desenvolvimento Social Convida

SUG 169/2018

Ementa: Sugere projeto de lei para estabelecer convênio com o Ministério do trabalho para realização de cursos de qualificação, treinamento e requalificação profissional.

Autoria: Centro de Desenvolvimento Social Convida

SUG 170/2018

Ementa: Sugere projeto de lei para implantar a Educomunicação Digital.

Autoria: Associação Energia Solar Ocidental-Asfour ES0-A

SUG 171/2018

Ementa: Sugere projeto de lei, que “altera a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para tipificar como crime de responsabilidade a omissão no envio ao Poder Legislativo da proposta de revisão geral anual da remuneração e do subsídio dos agentes dos públicos”.

Autoria: Associação Nacional dos Aposentados, Deficientes, Idosos, Pensionistas e dos Segurados da Previdência Social - ANADIPS

SUG 172/2018

Ementa: Sugere projeto de lei para implantar o Cadastro Único de Saúde e a política pública de saúde preventiva.

Autoria: Associação Energia Solar Ocidental-Asfour ES0-A

SUG 173/2018

Ementa: Sugere projeto de lei para proibir a aquisição de água mineral por meio de envasamento e instalar bebedouros com purificadores de água nas repartições públicas.

Autoria: Associação Energia Solar Ocidental-Asfour ES0-A

SUG 174/2018

Ementa: Sugere projeto de lei para dispensar o exame de proficiência em língua estrangeira para ingresso em cursos de mestrado e doutorado.

Autoria: Associação Energia Solar Ocidental-Asfour ES0-A

SUG 175/2018

Ementa: Sugere projeto de lei que dispõe sobre "logística reversa das hidrelétricas no fim de sua vida útil e providências gerais para o ciclo de vida útil, manutenção, monitoramento, reflorestamento, piscicultura, reassentamentos".

Autoria: Associação Energia Solar Ocidental-Asfour ES0-A

SUG 176/2018

Ementa: Sugere projeto de lei que dispõe sobre "logística reversa de óleo de cozinha e lubrificantes para motorizados".

Autoria: Associação Energia Solar Ocidental-Asfour ES0-A

SUG 177/2018

Ementa: Sugere convênio com o Ministério da Educação para doação de computadores para curso de informática.

Autoria: Centro de Desenvolvimento Social Convida

SUG 178/2018

Ementa: Sugere projeto de lei para cessão de uso real de área pertencente ao Governo Federal e do INSS.

Autoria: Centro de Desenvolvimento Social Convida

SUG 179/2018

Ementa: Sugere Proposta de Emenda à Constituição para alterar os arts. 169 e 201 da Constituição Federal, que tratam da dispensa de pessoal ativo e inativo da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Autoria: Associação Nacional dos Petroleiros Pedevistas - ANPP CONREPPV NACIONAL

SUG 180/2018

Ementa: Sugere Proposta de Emenda à Constituição para alterar os arts. 175 e 202 da Constituição Federal, para tratar das regras do regime de previdência privada do servidor público.

Autoria: Associação Nacional dos Petroleiros Pedevistas - ANPP CONREPPV NACIONAL

8 REQUERIMENTOS

8.1 Requerimentos apresentados na CLP em 2018

Proposição	Ementa	Autor Partido/UF	Situação na CD (em 17/12/2018)	Última Ação
<u>REQ 187/2018</u> <u>CLP</u>	Requer a realização de Audiência Pública para debater a crise dos Hospitais Universitários pós Lei nº 12.550 de 15 de dezembro de 2011	Glauber Braga PSOL/RJ	CLP - Arquivada	Audiência pública realizada em 07/06/2018.
<u>REQ 188/2018</u> <u>CLP</u>	Requer a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Seguridade Social e Família, para debater sobre Carcinoma Hepatocelular - CHC.	Flávia Morais PDT/GO	CLP - Arquivada	Audiência pública realizada em 23/05/2018.
<u>REQ 189/2018</u> <u>CLP</u>	Requer a realização de Audiência Pública conjunta para discutir a instituição do 21 de agosto como o Dia Nacional do Ultrassonografista.	Flávia Morais PDT/GO	CLP - Arquivada	Audiência pública realizada em 27/11/2018.
<u>REQ 190/2018</u> <u>CLP</u>	Requer a realização de Mesa-Redonda para ouvir as demandas da Sociedade Civil Organizada com o objetivo de elaborar um plano de trabalho da CLP para o ano de 2018.	Pompeo de Mattos PDT/RS	CLP - Arquivada	Mesa-Redonda realizada em 09/05/2018.
<u>REQ 191/2018</u> <u>CLP</u>	Requer a realização de Seminário de Vereadores no Estado do Rio Grande do Sul.	Pompeo de Mattos PDT/RS	CLP - Arquivada	Seminário realizado em 22/08/2018.
<u>REQ 192/2018</u> <u>CLP</u>	Requer a realização de Seminário de Vereadores do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.	Pompeo de Mattos PDT/RS	CLP - Arquivada	Seminário realizado em 16/05/2018.
<u>REQ 193/2018</u> <u>CLP</u>	Requer a realização de Audiência Pública para debater a política de remoção de moradores de comunidade em área da União.	Glauber Braga PSOL/RJ	CLP - Arquivada	Audiência Pública realizada em 24/05/2018.
<u>REQ 194/2018</u> <u>CLP</u>	Requer a realização do 15º Seminário LGBT.	Luiza Erundina PSOL/SP	CLP - Arquivada	Seminário realizado em 06/06/2018.

<u>REQ 195/2018</u> <u>CLP</u>	Requer que seja aprovada a produção da Cartilha de orientação para o exercício do direito de participação junto ao Poder Legislativo.	Pompeo de Mattos PDT/RS	CLP - Arquivada	Aprovado em 25/04/2018.
<u>REQ 196/2018</u> <u>CLP</u>	Requerer a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para fazer um balanço da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH	Erika Kokay PT/DF	CLP - Arquivada	Aprovado em 15/05/2018.
<u>REQ 197/2018</u> <u>CLP</u>	Requer a participação da Comissão de Legislação Participativa - CLP, em conjunto com a Liderança do PDT na Casa, no lançamento da publicação "Memórias Trabalhistas - Luís Carlos Prestes".	André Figueiredo PDT/CE	CLP - Arquivada	Evento realizado em 06/06/2018.
<u>REQ 198/2018</u> <u>CLP</u>	Requer a realização de Seminário da Comissão de Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em conjunto com a Comissão de Participação Popular daquela Casa Legislativa, para discussão sobre a situação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e propostas que evitem o fechamento de agências e demissões de trabalhadores da empresa.	Leonardo Monteiro PT/MG	CLP - Arquivada	Audiência Pública realizada em 07/06/2018
<u>REQ 199/2018</u> <u>CLP</u>	Requer a realização de Evento de Premiação das entidades da Sociedade Civil que tiveram relevante participação nos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Legislação Participativa - CLP perante a sociedade Civil Organizada.	Pompeo de Mattos PDT/RS	CLP - Aguardando Providências Internas	Aprovado em 15/05/2018.

<u>REQ 200/2018</u> <u>CLP</u>	Requer a realização de Audiência Pública para discutir as violações de direitos previdenciários de jovens, adolescentes e pessoas com deficiência contratados como aprendizes.	Erika Kokay PT/DF	CLP - Aguardando Providências Internas	Aprovado em 15/05/2018.
<u>REQ 201/2018</u> <u>CLP</u>	Requer seja realizada audiência Pública alusiva ao Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil comemorado no dia 12 de Junho, sobre o tema: "LEI DO APRENDIZ: Avanços e Percalços", destinado disseminar o debate sobre as relações da criança e do adolescente com o mundo do trabalho, levantar problemas e propostas de solução para temas relacionados à Aprendizagem Profissional".	Pompeo de Mattos PDT/RS	CLP - Arquivada	Audiência pública realizada em 14/06/2018.
<u>REQ 202/2018</u> <u>CLP</u>	Requer a realização de Audiência Pública para debater as demissões de funcionários e o fechamento de agências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.	Glauber Braga PSOL/RJ	CLP - Arquivada	Audiência pública realizada em 26/06/2018.
<u>REQ 203/2018</u> <u>CLP</u>	Requer a realização de Reunião de Audiência Pública para debater a questão da gagueira no país.	Glauber Braga PSOL/RJ	CLP - Arquivada	Audiência pública realizada em 13/11/2018.
<u>REQ 204/2018</u> <u>CLP</u>	Requer reunião de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para tratar da violência do Estado contra jovens pobres e negros, à luz do documentário "Nossos Mortos Têm Voz".	Luiza Erundina PSOL/SP	CLP - Arquivada	Audiência pública realizada em 05/06/2018.
<u>REQ 205/2018</u> <u>CLP</u>	Requer a realização reunião de audiência pública para debater propostas relativas à regulamentação dos agrotóxicos (PL 6299/02).	Patrus Ananias PT/MG	CLP - Aguardando Providências Internas	Aprovado em 29/05/2018.

<u>REQ 206/2018</u> <u>CLP</u>	Requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para discutir os riscos de retrocesso ambiental com a possibilidade de nomeação política do novo presidente do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBIO).	Erika Kokay PT/DF	CLP - Arquivada	Audiência pública realizada em 12/06/2018.
<u>REQ 207/2018</u> <u>CLP => SUG</u> <u>150/2018 CLP</u>	Requer a inclusão de expositor para participar da mesa do X Seminário de Guardas e Segurança Pública.	Lincoln Portela PR/MG	CLP - Arquivada	Aprovado em 12/06/2018.
<u>REQ 208/2018</u> <u>CLP</u>	Requer audiência pública para debater o uso de tecnologias em apoio ao maior envolvimento entre a população e a política.	Eros Biondini PROS/MG	CLP - Pronta para Pauta	Apresentação do Requerimento em 08/06/2018.
<u>REQ 209/2018</u> <u>CLP</u>	Requer audiência pública para debater a garantia de ambulâncias em eventos relacionados aos adolescentes.	Eros Biondini PROS/MG	CLP - Aguardando Providências Internas	Aprovado em 12/06/2018.
<u>REQ 210/2018</u> <u>CLP</u>	Requer audiência pública para debater o uso de tecnologias em apoio ao maior envolvimento entre a população e a política.	Eros Biondini PROS/MG	CLP - Arquivada	Audiência pública realizada em 21/06/2018.
<u>REQ 211/2018</u> <u>CLP</u>	Requer a realização de audiência pública para tratar do "Não cumprimento da Emenda Constitucional nº 80, de 2014, após aprovação da Emenda Constitucional nº 95, de 2016".	Lincoln Portela PR/MG	CLP - Aguardando Providências Internas	Aprovado em 04/07/2018.
<u>REQ 212/2018</u> <u>CLP</u>	Requer a realização de audiência pública para debater "As possíveis correções das distorções aprovadas na nova Lei da Reforma Trabalhista".	Lincoln Portela PR/MG	CLP - Aguardando Providências Internas	Aprovado em 04/07/2018.
<u>REQ 213/2018</u> <u>CLP</u>	Requer a realização de audiência pública para "Debater propostas sobre a saúde dos trabalhadores, reestruturação da defesa da classe trabalhadora".	Lincoln Portela PR/MG	CLP - Aguardando Providências Internas	Aprovado em 12/06/2018.

<u>REQ 214/2018</u> <u>CLP</u>	Requer a realização de Audiência Pública, conjunta com a Comissão de Seguridade Social e Família, para debater decisão judicial recente que determinou a esterilização compulsória de uma mulher residente em Mococa (SP).	Glauber Braga PSOL/RJ	CLP - Arquivada	Audiência pública realizada em 11/07/2018.
<u>REQ 215/2018</u> <u>CLP => REQ</u> <u>212/2018 CLP</u>	Requer a inclusão de expositores na audiência pública para debater "As possíveis correções das distorções aprovadas na nova Lei da Reforma Trabalhista".	Lincoln Portela PR/MG	CLP - Arquivada	Aprovado em 04/07/2018.
<u>REQ 216/2018</u> <u>CLP => REQ</u> <u>211/2018 CLP</u>	Requer a inclusão de expositor na audiência pública para tratar do "Não cumprimento da Emenda Constitucional nº 80, de 2014, após aprovação da Emenda Constitucional nº 95, de 2016".	Lincoln Portela PR/MG	CLP - Arquivada	Aprovado em 04/07/2018.
<u>REQ 217/2018</u> <u>CLP</u>	Requer aprovação de Moção de apoio ao Plano de Carreiras, Cargos e Salários dos trabalhadores da Saúde do Estado do Rio de Janeiro.	Glauber Braga PSOL/RJ	CLP - Arquivada	Aprovado em 04/07/2018.
<u>REQ 218/2018</u> <u>CLP</u>	Solicita a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para discutir a Terapia Ocupacional (TO), suas transversalidades e o enfrentamento da escassez dos cursos.	Erika Kokay PT/DF	CLP - Aguardando Providências Internas	Aprovado em 04/07/2018.
<u>REQ 219/2018</u> <u>CLP</u>	Requer a realização de Audiência Pública para debater a política nacional de adoção compulsória.	Glauber Braga PSOL/RJ	CLP - Aguardando Providências Internas	Aprovado em 11/07/2018.

<u>REQ 220/2018</u> <u>CLP</u>	Requer seja realizado II SEMINÁRIO NACIONAL alusivo ao DIA INTERNACIONAL DA JUVENTUDE, em 7 de agosto DE 2018, sobre o tema: "LEI DO APRENDIZ: OPORTUNIDADE que insere os jovens no mundo do trabalho", destinado a disseminar o debate sobre o protagonismo juvenil nas relações com o mundo do trabalho, levantando problemas e propostas de solução para temas como APRENDIZAGEM PROFISSIONAL."	Celso Jacob MDB/RJ	CLP - Arquivada	Audiência pública realizada em 07/08/2018.
<u>REQ 221/2018</u> <u>CLP</u>	Requer a realização de Seminário na Comissão de Legislação Participativa, para debater acerca da "Segurança Pública, Polícia e Sociedade: Construindo um novo paradigma de Segurança Pública e outro modelo de Polícia no Brasil"	Glauber Braga PSOL/RJ	CLP - Aguardando Providências Internas	Aprovado em 08/08/2018.
<u>REQ 222/2018</u> <u>CLP</u>	Requer a realização de audiência pública para discutir a portaria nº 033/2018 do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.	Lincoln Portela PR/MG	CLP - Aguardando Providências Internas	Aprovado em 17/10/2018.
<u>REQ 223/2018</u> <u>CLP</u>	Requer seja realizado SEMINÁRIO NACIONAL alusivo à Semana Nacional de Apoio ao Protagonismo Infantojuvenil, com o tema: "Protagonismo Juvenil: saberes, fazeres e direitos conquistados pela juventude" a ser realizado em 16 de outubro de 2018, destinado a disseminar o debate sobre o protagonismo entre os jovens do país, levantando problemas e propostas de solução para temas como APRENDIZAGEM PROFISSIONAL	Celso Jacob MDB/RJ	CLP - Arquivada	Seminário realizado em 23/11/2018.
<u>REQ 224/2018</u> <u>CLP</u>	Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Legislação Participativa, para debater a situação do Instituto de Previdência Complementar dos Correios - POSTALIS.	Glauber Braga PSOL/RJ	CLP - Aguardando Providências Internas	Aprovado em 17/10/2018.

<u>REQ 225/2018</u> <u>CLP</u>	Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Legislação Participativa, para debater a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Semiárido Brasileiro.	Chico Lopes PCdoB/CE	CLP - Aguardando Providências Internas	Aprovado em 13/11/2018.
<u>REQ 226/2018</u> <u>CLP</u>	Requer a apresentação de projeto de resolução de autoria desta Comissão que institui o Prêmio Selo de Participação Legislativa às entidades da sociedade civil organizada.	Pompeo de Mattos PDT/RS	Originou o PRC nº 349/2018	Aprovado em 13/11/2018. Originou o PRC nº 349/2018
<u>REQ 227/2018</u> <u>CLP</u>	Requer que seja realizada audiência Pública em comemoração aos 10 anos da Lei de Cotas, a ser realizada no dia 19 de Novembro de 2018.	Pompeo de Mattos PDT/RS	CLP - Pronta para Pauta	Apresentação do Requerimento em 07/11/2018.
<u>REQ 228/2018</u> <u>CLP</u>	Requer que seja realizada audiência Pública em comemoração aos 10 anos da Lei de Cotas.	Pompeo de Mattos PDT/RS	CLP - Arquivada	Audiência Pública realizada em 28/11/2018.
<u>REQ 229/2018</u> <u>CLP</u>	Requer que seja aprovada a produção do Relatório Anual da Comissão de Legislação Participativa - CLP.	Pompeo de Mattos PDT/RS	CLP - Tramitação do Requeriment o Finalizada	Aprovado em 13/11/2018.
<u>REQ 230/2018</u> <u>CLP</u>	Requer, em sintonia com as disposições constitucionais, legais e regimentais, a realização de Seminário Regional, a ser realizada no dia 17/12/2018 no Município de Três Rios, RJ, para debater o Protagonismo Infanto-juvenil, com o tema: "protagonismo Juvenil: Saberes, Fazeres e direitos conquistados pela juventude", destinado a disseminar o debate sobre o protagonismo entre os jovens de Três Rios e região, levantando problemas e propostas de solução para temas como APRENDIZAGEM PROFISSIONAL.	Celso Jacob MDB/RJ	CLP - Aguardando Providências Internas	Aprovado em 05/12/2018.



<u>REQ 231/2018</u> <u>CLP</u>	Requer a realização de Audiência Pública para discutir a situação da Casa da Mulher Brasileira.	Erika Kokay PT/DF	CLP - Pronta para Pauta	Apresentação do Requerimento em 11/12/2018.
-----------------------------------	---	----------------------	-------------------------	---

9. EQUIPE TÉCNICA

Secretária-Executiva da Comissão:

Paula Lou'Ane Matos Braga

Servidores Efetivos

Edna Maria Glória Dias Teixeira

João Pitella Júnior

Marcelo Martins Silva

Milano Campelo de Aragão

Renata Pessoa Castro Amaral

Vítor Côrtes Magalhães

Servidores em cargo de natureza especial:

João Carlos de Mattos

Maria Goreti Gonçalves Lemos

Estagiária:

Dalila Santos Costa

Pró-Adolescentes:

Leonardo Gleuber S. Ferreira

Wilker Vinícius Neves Moreira

Diagramação:

Humberto de Mattos

Pedro Rabelo

Fotos:

Agência Câmara

Liderança do PDT

Secretaria da Comissão de Legislação Participativa

